



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT  
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA E ECOLOGIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PERICIA AMBIENTAL

RICARDO DA COSTA CARVALHO

DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO  
TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS - PNGATI: O CASO DOS  
DENI DO RIO XERUÃ - AM, BRASIL.

CUIBÁ - MATO GROSSO  
2013

RICARDO DA COSTA CARVALHO

DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO  
TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS - PNGATI: O CASO DOS  
DENI DO RIO XERUÃ - AM, BRASIL.

**Monografia apresentada ao Depto. de  
Botânica e Ecologia do Instituto de Biociências  
da Universidade Federal de Mato Grosso,  
como requisito final para obtenção do Grau de  
Especialista em Gestão e Perícia Ambiental.**

JERRY MAGNO FERREIRA PENHA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO

CUIABÁ - MT  
2013

RICARDO DA COSTA CARVALHO

DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO  
TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS - PNGATI: O CASO DOS  
DENI DO RIO XERUÃ - AM, BRASIL.

**Monografia apresentada ao Depto. de  
Botânica e Ecologia do Instituto de Biociências  
da Universidade Federal de Mato Grosso,  
como requisito final para obtenção do Grau de  
Especialista em Gestão e Perícia Ambiental.**

BANCA EXAMINADORA

---

PROF. DR. JERRY MAGNO FERREIRA PENHA - ORIENTADOR  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO

---

PROF. DR<sup>A</sup>. MARIA SALETI FERRAZ DIAS FERREIRA - AVALIADOR 1  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO

---

PROF. MSC. EDWARD BERTHOLINE DE CASTRO - AVALIADOR 2  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO

Local: Cuiabá, MT.  
Data de aprovação: 27/11/2013.

Carvalho, Ricardo da Costa

Desafios para implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Brasil - PNGATI: O caso dos Deni do Rio Xeruã - AM, Brasil./

Carvalho, Ricardo da Costa, Monografia sob a orientação do Prof. Dr. Jerry Magno Ferreira Penha– Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. 114 f.

ISBN.....

1. Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas 2. PNGATI 3. Povo Deni do Rio Xeruã.

CDD

Índices para catálogo sistemático

1. Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

2. Povo Deni do Rio Xeruã.

“Nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.”

“Feliz daquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”

**(Cora Coralina)**

“Agora o povo Deni tem Plano de Gestão, esse documento vai ajudar Deni a planejar como viver bem hoje e no futuro. Agora Deni vai trabalhar com Plano de gestão e esperamos que melhore nossa vida na aldeia.”

**(Baba Hava Deni, liderança da aldeia Boiador)**

Dedico este trabalho aos povos indígenas no Brasil, em especial o Povo Deni do Rio Xerua.

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos se estendem a todos os queridos amigos, colegas e familiares. Em especial a minha companheira Mônica, e aos sogros Angélica e Antônio Carlos que sempre estiveram e estão presentes na minha trajetória acadêmica, profissional e de crescimento pessoal.

Ao Povo Deni, pela convivência, amizade e ensinamentos.

A OPAN, pela contribuição no meu crescimento profissional e pela oportunidade de conhecer os Deni.

Ao meu orientador, Jerry Magno Ferreira Penha, pela compreensão, conversas e ensinamentos durante o processo de elaboração dessa monografia.

Ao curso de Pós-graduação em Gestão e Perícia Ambiental.

Aos meus companheiros de trabalho na OPAN, Edeimar, Pé embaixo, Wallace, Fernando, Rochele, Diogo, Saide, Gustavo, Marcelino, Genoveva, Miguel, Ivar, Fernanda, Lucirlene, Rosa, Magno, Mirian, Lola, Télia, Sérgio e Marcelo.

Aos amigos Rodrigo e Roberta (ICV), Walter Sass (COMIN), Fábio e Amaral (CIMI), Mirela (VM), Dri, Artema, Vinícios, Paulo, Andrea, Andreia, Diogo, Carlos (OPAN), Maria José, Laura, Almires, Sindicato, Antônio, Cachorro bruto (Carauari), Sol e Luciana Bonfim.

A minha companheira de lutas, Aitana, que deu uma grande ajuda na tradução do resumo.

Aos meus pais Fernando e Deise, ao meu irmão Fernandinho, a minha tia Mauricéia e a meu primo (irmão) Lincoln. Pelo apoio e amor incondicional em todos os momentos da minha vida.

Aos meus cachorros Pajé e Kaia.

## RESUMO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a realização da Rio 92 são marcos que mudaram a forma como o Estado brasileiro passou a lidar e a assumir a questão indígena. Essas mudanças se fazem pela aproximação e pela interação de instituições governamentais e da sociedade civil organizada na gestão dos territórios indígenas. Desse processo se desencadeou a construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a partir da atuação conjunta entre Organizações Indígenas, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça, representado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Nesse contexto, o Projeto Aldeias - Conservação na Amazônia Indígena, desenvolvido junto ao povo Deni do Rio Xeruã pela OPAN, tinha como uma de suas prioridades, em relação a PNGATI, ensaiar e promover processos locais, de base, e influenciar a implementação regional de modelos de gestão das terras indígenas junto aos povos e organizações indígenas e à FUNAI. Nessa monografia objetiva-se analisar os instrumentos de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã correlacionando-os com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. Fez-se a descrição e análise dos métodos de abordagem de cada um dos componentes do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni (Diagnóstico Socioeconômico, Avaliação Ecológica, Etnomapeamento e Etnozoneamento) que se utilizou de inúmeras discussões, novas parcerias e metodologias participativas. Esse processo, para além da construção do plano de gestão, trouxe ganhos para a população Deni como: desenvolvimento de ferramentas de gestão de recursos naturais, compreensão da legislação pesqueira, apropriação e melhor conhecimento do seu território, estabelecimento de acordos entre as aldeias no sentido de gestão dos recursos naturais, desenvolvimento de estratégias de proteção territorial, aproximação entre os vários atores regionais (povos indígenas, ribeirinhos, ong's e instituições governamentais), entre outros. Deste modo, observou-se que, a garantia da autonomia indígena na gestão dos seus territórios está presente na PNGATI que tem suas diretrizes calcadas no protagonismo, governança indígena e em relações interculturais, sendo as trocas de saberes entre indígenas e não indígenas a base para uma efetiva gestão. No entanto, até os dias de hoje, o órgão indigenista oficial, a FUNAI, não conseguiu assumir um protagonismo nas ações relativas à implementação das ações previstas no Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni. Assim, concluímos que é necessário fortalecer a articulação do povo Deni com outros povos indígenas e comunidades ribeirinhas do entorno, órgãos municipais, estaduais e

federais para formação de uma rede de colaboração entre todos esses atores, no sentido de promover não tão somente soluções para a gestão da sua terra indígena, mas para a própria "gestão da Amazônia".

**Palavras-chave: Gestão Ambiental. Gestão Territorial. PNGATI. Povo Deni. Indigenismo. Política Pública.**

## RESUMEN

La promulgación de la Constitución Federal de 1988 y la realización de la Cumbre de Rio 92 son marcos que cambiaron la forma del Estado brasileño para lidiar y asumir la cuestión indígena. Esos cambios se hacen por la aproximación y por la interacción de instituciones gubernamentales y de la sociedad civil organizada en la gestión de los territorios indígenas. De ese proceso se desencadenó la construcción de la Política Nacional de Gestión Territorial y Ambiental de Tierras Indígenas (PNGATI), a partir de la actuación conjunta entre Organizaciones Indígenas, Ministerio de Medio Ambiente y Ministerio de Justicia, representado por la Fundación Nacional del Indio (FUNAI). En ese contexto, el proyecto Aldeas-Conservación en la Amazonia Indígenas, desarrollado junto al pueblo Deni del río Xerua por OPAN, tenía como una de sus prioridades, en relación al PNGATI, ensayar y promover procesos locales, de base, e influenciar la implementación regional de modelos de gestión de tierras indígenas junto a los pueblos y organizaciones indígenas y la FUNAI. En esta monografía pretende analizar los instrumentos de construcción del Plan de Gestión Territorial y Ambiental de la Tierra Indígena Deni del río Xerua, correlacionándolo con la Política Nacional de Gestión Territorial y Ambiental de las Tierras Indígenas – PNGATI. Se hizo una descripción y análisis de los métodos de abordaje de cada uno de los componentes del Plan de Gestión Territorial y Ambiental de la Tierra Indígena Deni (Diagnóstico Socioeconómico, Evaluación Ecológica, Etnomapeamiento y Etnozonificación) que utilizó inúmeras discusiones, nuevas asociaciones y metodologías participativas. Ese proceso, además de la construcción del plan de gestión, trajo ganancias para la población de Deni como: desarrollo de herramientas de gestión de recursos naturales, comprensión de la legislación pesquera, apropiación y mejor conocimiento de su territorio, establecimiento de acuerdos entre aldeas en el sentido de gestión de los recursos naturales, desarrollo de estrategias de protección territorial, aproximación entre varios actores regionales (pueblos indígenas, ribeiriños, ong's e instituciones gubernamentales), entre otros. De este modo, se observó que la garantía de la autonomía indígena en la gestión de sus territorios está presente en el PNGATI que tiene sus directrices basadas en el protagonismo, gobernanza indígena y en relaciones interculturales, siendo el intercambio de saberes entre indígenas y no indígenas la base para una gestión efectiva. Sin embargo, hasta hoy en día, el órgano indigenista oficial, la FUNAI, no consiguió asumir un protagonismo en las acciones relativas a la implementación de las acciones previstas en el Plan de Gestión Territorial y Ambiental de la Tierra Indígena Deni. Así, concluimos que es necesario fortalecer la articulación del pueblo Deni con otros

pueblos indígenas y comunidades ribeiriñas del entorno, organismos municipales, estatales y federales para la formación de una red de colaboración entre todos esos actores, en el sentido de promover, no únicamente soluciones para la gestión de su tierra indígena, sino para la propia “gestión de la Amazonia”.

**Palabras-clave: Gestión Ambiental. Gestión Territorial. PNGATI. Pueblo Deni. Indigenismo. Política Pública.**

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1:</b> Fundamentos e marcos legais da PNGATI.	23
<b>Quadro 2:</b> Extratos do Decreto da PNGATI em que constam as diretrizes desta política.	26
<b>Quadro 3:</b> Extratos do decreto da PNGATI em que constam os artigos que tratam da governança dessa política.	28
<b>Quadro 4:</b> Extratos do decreto da PNGATI em que constam as disposições finais.	29
<b>Quadro 5:</b> Extratos do decreto que aprova o estatuto da FUNAI em que constam as competências dos órgãos descentralizados (CR e CTL).	90

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1:</b> Localização da Terra Indígena Deni no estado do Amazonas.	37
<b>Figura 2:</b> Mapa da porção ocidental da T.I Deni (Rio Xeruã).	38
<b>Figura 3:</b> Metodologias utilizadas na avaliação ecológica.	54
<b>Figura 4:</b> Calendário de caça feito em 2010 na aldeia Itauba.	56
<b>Figura 5:</b> Calendário com representações Deni de atividades realizadas ao longo do ano.	57
<b>Figura 6:</b> Principais locais de pesca da aldeia Morada Nova.	59
<b>Figura 7:</b> Etapas da construção do etnomapeamento.	61
<b>Figura 8:</b> Mapa mental das áreas de pesca da aldeia Boiador.	62
<b>Figura 9:</b> a) Identificação e coleta de informações pela interpretação visual de imagem de satélite; e b) conferência dos pontos em SIG.	64
<b>Figura 10:</b> Porcentagem das subcategorias de hidrografia.	65
<b>Figura 11:</b> Legendas das subcategorias de hidrografia.	66
<b>Figura 12:</b> Etnomapa da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã.	67
<b>Figura 13:</b> Zoom no etnomapa mostrando a região do entorno da aldeia Morada Nova.	68
<b>Figura 14:</b> Validação das informações contidas no etnomapa, a) aldeia Itauba , e b) aldeia Morada Nova.	68
<b>Figura 15:</b> Passo a passo da construção do plano de gestão ambiental.	71
<b>Figura 16:</b> Pesquisadores indígenas e lideranças apresentando informações coletadas nas aldeias.	72
<b>Figura 17:</b> Etnozoneamento das áreas de pesca da Terra indígena Deni.	74
<b>Figura 18:</b> Etnozoneamento das áreas de vigilância da Terra Indígena Deni.	76
<b>Figura 19:</b> Indígenas confeccionando malhadeiras.	81
<b>Figura 20:</b> Organograma da incompetência.	87

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1:</b> Dados demográficos das aldeias Deni localizadas no Rio Xeruã.	41
<b>Tabela 2:</b> Estrutura de atenção à saúde nas aldeias da TI Deni do Rio Xeruã.	42
<b>Tabela 3:</b> Estrutura de atenção à educação escolar nas aldeias da TI Deni do Rio Xeruã.	44
<b>Tabela 4:</b> Números de habitações por aldeias da TI Deni do Rio Xeruã entre 2009 e 2012.	45
<b>Tabela 5:</b> Organização social e lideranças das aldeias Deni do Rio Xeruã.	46
<b>Tabela 6:</b> Animais caçados pelos Deni.	48
<b>Tabela 7:</b> Espécies capturadas nas pescarias Deni.	49
<b>Tabela 8:</b> Atividades comerciais nas aldeias Deni do Rio Xeruã.	52
<b>Tabela 9:</b> Principais culturas encontradas nos roçados das aldeias Deni (2010).	60
<b>Tabela 10:</b> Modelo de Banco de Dados utilizado no etnomapeamento.	63
<b>Tabela 11:</b> Resultados das contagens de Pirarucu nos lagos das aldeias Deni do Rio Xeruã.	83

**LISTA DE SIGLAS**

- ACT-Brasil - *Amazon Conservation Team* - Brasil
- AER - Avaliação Ecológica Rápida
- AERs - Administrações Executivas Regionais
- AIS - Agentes Indígenas de Saúde
- AMIMP - Associação das Mulheres Indígenas do Médio Purus
- ASPODEX - Associação do Povo Deni do Rio Xeruã
- ASPROC - Associação dos Produtores Rurais de Carauari
- ASPROJU - Associação dos Produtores Extrativistas do Rio Jutai
- CDB - Convenção da Diversidade Biológica
- CEUC - Centro Estadual de Unidades de Conservação
- CF - Constituição Federal
- CI - Conservação Internacional
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário
- CGETNO - Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento
- CGGAM - Coordenação Geral de Gestão Ambiental
- CGIIRC - Coordenação de Índios Isolados de Recente Contato
- CGMT - Coordenação Geral de Monitoramento Territorial
- CNPI - Comissão Nacional de Política Indigenista
- CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
- COMIN - Conselho de Missão Entre Índios
- COPIJU - Conselho dos Povos Indígenas de Jutai
- CR - Coordenação Regional
- CTL - Coordenação Técnica Local
- DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena
- FAO - *Food and Agriculture Organization*
- FOCIMP - Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- FVS - Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas
- GATI - Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena
- GEF - *Global Environment Fund*
- GIZ - *Deutsch Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*

GPS - *Global Positioning System*

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICV - Instituto Centro de Vida

IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

ISA - Instituto Socioambiental

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome

MJ - Ministério da Justiça

MMA - Ministério do Meio Ambiente

OI - Organização Indígena

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OPAN - Operação Amazônia Nativa

PD/A - Subprogramas de Projetos Demonstrativos A

PDPI - Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas

PFNM - Produtos Florestais Não Madeireiros

PIN - Postos Indígenas

PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA - Plano Plurianual

PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reserva Extrativista

Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

SasiSUS - Subsistema de Atenção à Saúde Indígena

SDS - Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação

SEIND - Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SIG - Sistemas de Informação Geográficas

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

SUS - Sistema Único de Saúde

TI - Terra Indígena

TNC - *The Nature Conservancy*

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

VM - Visão Mundial

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	19
1.1. O Projeto Aldeias .....	19
1.2. Marco Legal Nacional da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.....	22
1.3. Breve Histórico do Povo Deni .....	31
1.3.1. Nome e Língua .....	32
<b>2. Objetivo Geral</b> .....	36
2.1. Objetivos Específicos .....	36
<b>3. Metodologia</b> .....	37
3.1. Área de Estudo .....	37
3.2. Plano de Gestão Territorial e Ambiental .....	39
3.2.1. Diagnóstico Socioeconômico .....	40
3.2.2. Avaliação Ecológica .....	54
3.2.3. Etnomapeamento .....	61
3.2.4. Etnozoneamento e elaboração dos indicadores de gestão .....	70
3.2.5. Validação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental .....	76
3.2.6. Encontro regional de apresentação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã .....	78
3.2.7. Apoio a proteção territorial e manejo de recursos pesqueiros .....	79
3.3. Fatores que afetam a implementação do Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã .....	86
3.4. Caminhos para implementação do Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã .....	93
<b>4. Conclusão</b> .....	99
<b>5. Referências Bibliográficas</b> .....	101

Neste trabalho descrevemos e analisamos as metodologias utilizadas para elaboração de alguns componentes do Projeto Aldeias - Conservação na Amazônia Indígena, e os resultados obtidos no desenvolvimento do projeto, no período de 2008 a 2011, na Terra Indígena Deni do Rio Xeruã. O referido projeto foi uma iniciativa da Operação Amazônia Nativa (OPAN) em parceria com a Visão Mundial (VM) e contou com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Pretende-se ainda correlacionar o Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Deni às diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas - PNGATI, editadas no Decreto 7.747 de 5 de Dezembro de 2012.

## **1. Introdução**

Na introdução apresenta-se uma breve descrição do projeto Aldeias a partir de alguns de seus componentes: Diagnóstico Socioeconômico, Avaliação Ecológica, Etnomapeamento e Etnozoneamento. Aborda-se ainda o processo que culminou na consolidação do Decreto que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), os marcos legais que as fundamentam, suas principais diretrizes, seus objetivos, assim como os sistemas de governança dessa política. Finalmente, descreve-se alguns aspectos históricos do povo Deni, que permitem ancorar a compreensão da elaboração do Plano de Gestão da Terra Indígena Deni.

### **1.1. O Projeto Aldeias**

O Projeto Aldeias - Conservação na Amazônia Indígena, se desenvolveu em sete terras indígenas do estado do Amazonas, nas bacias dos rios Purus, Juruá e Jutai. Os objetivos gerais do projeto foram: 1) Buscar a melhoria da conservação da biodiversidade e do manejo de recursos naturais entre os povos indígenas Paumari, Katukina do Biá e Deni; e 2) Fortalecer a capacidade organizacional das organizações indígenas de base, entidades locais e regionais. Houve também um componente desenvolvido em parceria com a Coordenação de Índios Isolados de Recente Contato (CGIIRC/FUNAI) de proteção etnoambiental dos povos indígenas Hi-Merimã e Zuruaha (OPAN, 2010c).

As equipes de campo do projeto eram compostas por indigenistas com formação em ciências sociais e ambientais. Essas equipes ficaram responsáveis por desenvolver as agendas de trabalhos nas aldeias, orientadas para conjugar a articulação entre os manejos tradicionais indígenas e a introdução de novas ferramentas de gestão ambiental; e promover ações de articulação regional - no médio Purus, médio Juruá e na bacia do Rio Jutáí -, que desenvolviam agendas de *advocacy*<sup>1</sup> e fortalecimento organizacional.

As ações realizadas para alcance do objetivo 1 do projeto foram: diagnósticos socioambientais, avaliações ecológicas, etnomapeamentos e etnozoneamentos colaborativos junto aos Paumari, Katukina e Deni. Todos esses componentes, permitiram a construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental dos Katukina do Rio Biá, dos Deni do Rio Xeruã e dos Paumari do Rio Tapauá. Simultaneamente a essas ações, ainda houve a introdução de técnicas de manejo sustentável, dos recursos pesqueiros junto aos povos Paumari e Deni, e de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) junto ao povo Katukina.

Os diagnósticos socioambientais realizados colocaram em evidência, principalmente, as dinâmicas de interação entre os “sistemas tradicionais” e os “sistemas de inovação”, como dinâmicas constitutivas da cultura em todos os seus eixos (OPAN, 2009). Os citados diagnósticos permitiram colher informações atualizadas dos povos indígenas beneficiados pelo projeto, para posterior avaliação da efetividade das ações e também contribuir para a construção dos planos de gestão ambiental de suas terras.

Foram realizadas avaliações ecológicas com a finalidade de evidenciar as potencialidades, identificar impactos ambientais e sociais sobre os recursos e promover um ordenamento dos recursos naturais utilizados. As metodologias priorizadas foram os calendários ecológicos e a recordação de alimentação (Recall 24hs). De modo geral, analisaram-se os universos de gestão de recursos nas áreas de caça, pesca, agricultura, coleta florestal, energia e comercialização.

As atividades de etnomapeamento basearam--se na implementação de metodologias participativas buscando dar destaque à perspectiva dos atores indígenas

---

<sup>1</sup> Conjunto de ações, junto ao governo e à sociedade como um todo, que visam influenciar a formulação e execução de políticas públicas.

locais, a partir das suas concepções de territorialidade combinando a aplicação de tecnologias de Sistemas de Informação Geográficas (SIG) e o conhecimento tradicional dos povos indígenas através do mapeamento. Essas atividades pretendiam espacializar informações referentes ao uso do território, através do protagonismo e conhecimento das comunidades indígenas, como base para elaboração do etnozoneamento e dos planos de gestão das terras indígenas (LIMA et. al., 2012).

Segundo Little (2006), o etnozoneamento é um instrumento de diagnóstico, zoneamento e planejamento dos povos indígenas para a gestão dos seus territórios, sendo elaborado de forma participativa com o intuito de contribuir com a autonomia indígena. No projeto Aldeias, o etnozoneamento definiu as temáticas e as "categorias nativas" de zoneamento, representando em diferentes níveis de intensidade de uso das zonas para o estabelecimento de "acordos de uso" que, posteriormente, iriam compor os planos de gestão.

Como dito anteriormente, um dos eixos fundamentais da demanda indígena de apoio à gestão dos seus territórios, foi a expectativa de introdução de técnicas de manejo sustentável de recursos naturais (PFNM e Recursos pesqueiros).

Para atendimento a essa demanda, o projeto preparou, inicialmente, um Estudo para Elaboração de um Plano de Manejo Pesqueiro das Terras Indígenas Deni e Paumari<sup>2</sup>, que contou com a colaboração das equipes indigenistas. Esse estudo apontou para a necessidade de implementação de experiências piloto de manejo, capacitação dos indígenas, promoção de acordos de pesca entre as aldeias e fortalecimento organizacional destes povos indígenas. Como ponto de partida, foram introduzidas técnicas de manejo de Pirarucu. Com o povo Katukina, foi realizada uma capacitação em manejo de espécies florestais não madeireiras como, a copaíba, cipó titica e andiroba.

Para alcance do objetivo 2 do projeto, realizaram-se ações que tiveram como foco, o fortalecimento da gestão organizacional e a promoção de agendas colaborativas entre organizações indígenas e extrativistas. As agendas de trabalho com as organizações foram promovidas pela equipe da Visão Mundial com o auxílio das equipes indigenistas. Na região do médio Solimões (entorno Katukina), o projeto

---

<sup>2</sup> Estudo elaborado por uma equipe de consultores da UFPA, coordenada por Juarez Carlos Brito Pezzuti.

executou ações junto ao Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí (COPIJU) e a Associação dos Produtores Extrativistas do Rio Jutaí (ASPROJU). No médio Purus (entorno Paumari), houve atividades de apoio à Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) e à Associação das Mulheres Indígenas do Médio Purus (AMIMP). No contexto Deni, a agenda organizacional teve como beneficiária a Associação do Povo Deni do Rio Xerua (ASPODEX) (OPAN, 2010c).

Na fase final do Projeto, foram construídos os Planos de Gestão Territorial dos Katukina do Rio Biá, dos Deni do Rio Xerua e dos Paumari do Rio Tapauá. Na escala regional, foram elaborados ao longo do processo os Planos de Vida do Movimento Indígena de Jutaí (junto a organização indígena COPIJU) e do Movimento Indígena do Médio Purus (com a FOCIMP). Foram apresentados em encontros regionais com ampla representação indígena, participação da FUNAI e outros órgãos dos governos federal, estadual e municipal, associações extrativistas, agências socioambientais e entidades parceiras da sociedade civil nas cidades de Jutaí, Carauari e Lábrea, (OPAN, 2011c).

## 1.2. Marco Legal Nacional da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

Grande parte das Terras Indígenas (TIs), atualmente reconhecidas pelo Estado brasileiro, é considerada extremamente importante para a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que essa biodiversidade é fundamental à manutenção física, cultural e econômica dos povos indígenas. Esse reconhecimento vem sendo incorporado de forma crescente pela legislação brasileira, tomando como marco a própria Constituição Federal de 1988 e respectiva legislação infraconstitucional, além de planos, programas e projetos conduzidos nacional ou regionalmente<sup>3</sup>. Partindo de uma visão socioambiental, essas políticas envolvem desafios relacionados à transversalidade das demandas indígenas em relação às demandas ambientais. Assim, se

---

<sup>3</sup> Tais como: PPTAL – MJ; PDPI - MMA, Carteira Indígena - MMA, Fundo Nacional do Meio Ambiente – MMA; Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – MMA; Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) – MMA; Programa de Agentes Ambientais Voluntários – MMA; projetos da CCGAM e CGETNO/FUNAI voltados a acompanhar licenciamentos de obras que impactam as TIs e atividades produtivas – MJ; Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Indígena - MDA; Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - MDA; Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF – MDA; Projeto Corredores Ecológicos – MMA; Programa Territórios da Cidadania – MDS; entre outros.

torna cada vez mais necessário implantar ações que apoiem os povos indígenas na proteção, gestão e manejo dos recursos naturais existentes em seus territórios, visto serem estes recursos a base para a sobrevivência física e cultural, enfim a subsistência desses povos (MILLER, 2008).

Partindo do acúmulo de experiências adquiridas pelas organizações indígenas, por meio do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), dos Subprogramas de Projetos Demonstrativos A (PD/A), do Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI) e Carteira Indígena, juntamente com parceiros governamentais e não governamentais, o governo instituiu, em 2008, um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI<sup>4</sup>, responsável por elaborar uma proposta de Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI (PRINTES, 2012).

Quadro 1: Fundamentos e marcos legais da PNGATI, ancorados na Constituição Federal, Decretos, Declarações e Convenções publicados por organismos nacionais e internacionais.

**Constituição Federal – Art. 225 e 231**, que tratam do direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e do reconhecimento dos direitos indígenas. **Art. 37**, que trata sobre o princípio da eficiência na Administração Pública, sendo necessário coordenar políticas públicas, projetos e programas, relativos ao etnodesenvolvimento e a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais em TI's, com participação indígena nas esferas deliberativas e de controle social.

**Decreto 1.141, de 5 de maio de 1994** – “Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas”. Estabelece a competência da FUNAI para coordenar as ações indigenistas no âmbito federal, que passam a ser de responsabilidade compartilhada entre os diversos Ministérios com interface com a questão indígena, os quais assumem atribuições relativas às suas respectivas áreas de atuação.

**Convenção da Diversidade Biológica (CDB)** – assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), cujo texto foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 2 de 1994. Dentre os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro está o de preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas dos povos indígenas relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica.

**Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006** – instituiu o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) contemplando as terras indígenas numa agenda de políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

**Decreto 6040/07** – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

<sup>4</sup> Criado pelas Portarias Interministeriais nº 276 12/09/2008 e também Portaria Interministerial nº 434, de 09/12/2009.

**Decreto 6.101, de 26 de abril de 2007 (em seus Artigos 27 e 28 do Anexo I):** estabelece a competência do MMA, no âmbito da Diretoria de Extrativismo da SEDR, na promoção do fomento à gestão ambiental e ao desenvolvimento sustentável das populações tradicionais e povos indígenas.

**Convenção 169 – da Organização Internacional do Trabalho (OIT):** adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, e promulgada no Brasil pelo Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004 – especialmente o disposto no Artigo 6º, sobre Povos Indígenas e Tribais, segundo o qual os governos devem consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e por meio de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

**Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas que, em seu Artigo 29,** determina “Os povos indígenas têm direito à conservação e proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras, territórios e recursos. Os Estados deverão estabelecer e executar programas de assistência aos povos indígenas, para assegurar essa conservação e proteção, sem discriminação alguma”.

**Novo Estatuto dos Povos Indígenas:** texto que reúne as propostas para o substitutivo da câmara dos deputados, aprovado pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) após um amplo processo de consultas regionais envolvendo os Povos Indígenas, as organizações indígenas de base e o Acampamento Terra Livre 2009, já encaminhado ao Congresso Nacional, visando à atualização do PL 2057;

**Portaria Interministerial 276/2008** – que cria o GTI e define as diretrizes do processo de criação da PNGATI e sua composição.

Fonte: Minuta de Decreto da PNGATI (BRASIL, 2010a), grifos nossos

O GTI, instituído em 2008, contou com a participação de representantes do governo da Fundação Nacional do Índio/ Ministério da Justiça (FUNAI/MJ) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de seis representantes de organizações indígenas de todo o Brasil. O GTI também contou com apoio de colaboradores de instituições não governamentais: *The Nature Conservancy* (TNC), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Conservação Internacional (CI), *Deutsch Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e *Global Environment Fund* (GEF) (OLIVEIRA, 2011).

Em março de 2009, foi realizado um Seminário Nacional em Brasília que deu início aos trabalhos do GTI. O GTI de maneira consensual elaborou um Documento Base orientador -“Documento de Apoio as Consultas Regionais”<sup>5</sup>, para subsidiar cinco Consultas Regionais, conforme estabelecido no art. 6º da Convenção 169. O processo consultivo teve como objetivo contar com a presença de “representantes de todos os povos indígenas contatados no país”, considerando também a “representatividade por

<sup>5</sup> Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas “Documento de Apoio as Consultas Regionais” – BRASIL, novembro de 2009 a junho de 2010.

estados”, desse modo conclui-se que “a participação se fundou em critérios geográficos e étnicos” (OLIVEIRA, 2011, p.68).

Os resultados das consultas foram sistematizados pelo GTI no formato de Minuta de Decreto e aprovada em plenária da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em agosto de 2010. Alguns Ministérios manifestaram a necessidade de comentar o conteúdo da Minuta, por meio de notas técnicas, para posterior deliberação do GTI e envio à Casa Civil, Presidência da República (SCHMIDT, 2009). Em seguida, após aprovação da presidente Dilma Russeff, foi instituída através do Decreto N° 7.747 de 5 de Junho de 2012, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.

Segundo o Decreto N° 7.747/2012, o objetivo geral da PNGATI é garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

Ainda segundo o Decreto N° 7.747/2012, são ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozoneamento. Sendo o etnomapeamento, o mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e o etnozoneamento, o instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

É interessante observar que no objetivo geral da PNGATI está contemplada, entre outras coisas, a garantia e promoção do uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural. Além disso, também é muito importante o reconhecimento do etnomapeamento e etnozoneamento como ferramentas para gestão territorial e ambiental de terras indígenas. Deixando claro, dessa forma, o respeito pelos conhecimentos e saberes indígenas.

O Decreto que institui a PNGATI inclui 13 diretrizes (Quadro 2) e 47 objetivos específicos separados em sete temas que abarcam as seguintes questões: proteção

territorial e dos recursos naturais; governança e participação indígena; áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; prevenção e recuperação de danos ambientais; uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; propriedade intelectual e patrimônio genético; capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Quadro 2: Extratos do Decreto da PNGATI em que constam as diretrizes desta política.

<p>DECRETO Nº 7.747 DE 5 DE JUNHO DE 2012.</p> <p><b>Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI e dá outras providências.</b></p> <p>Capítulo II DIRETRIZES</p>
<p>Art. 3º São diretrizes da PNGATI:</p> <p>I - <b>reconhecimento e respeito</b> às crenças, usos, costumes, línguas, tradições e especificidades de cada povo indígena;</p> <p>II - <b>reconhecimento e valorização das organizações sociais e políticas</b> dos povos indígenas e garantia das suas expressões, dentro e fora das terras indígenas;</p> <p>III - <b>protagonismo e autonomia sociocultural</b> dos povos indígenas, inclusive pelo fortalecimento de suas organizações, assegurando a participação indígena na governança da PNGATI, respeitadas as instâncias de representação indígenas e as perspectivas de gênero e geracional;</p> <p>IV - <b>reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres</b> indígenas e do uso de seus conhecimentos e práticas para a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais imprescindíveis para o bem-estar e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas;</p> <p>V - contribuição para a manutenção dos ecossistemas nos biomas das terras indígenas por meio da <b>proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais</b> imprescindíveis à reprodução física e cultural das presentes e futuras gerações dos povos indígenas;</p> <p>VI - <b>proteção territorial, ambiental e melhoria da qualidade de vida</b> nas áreas reservadas a povos indígenas e nas terras indígenas;</p> <p>VII - <b>proteção territorial e ambiental das terras ocupadas por povos indígenas isolados e de recente contato</b>;</p> <p>VIII - <b>implementação da PNGATI para povos e comunidades indígenas, cujas terras se localizam em área urbana</b>, naquilo que seja compatível, e de acordo com suas especificidades e realidades locais;</p> <p>IX - <b>proteção e fortalecimento dos saberes, práticas e conhecimentos</b> dos povos indígenas e de seus sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais;</p> <p>X - <b>reconhecimento, valorização e desenvolvimento da gestão ambiental</b> como instrumento de proteção dos territórios e das condições ambientais necessárias à reprodução física, cultural e ao bem-estar dos povos e comunidades indígenas;</p> <p>XI - <b>garantia do direito à consulta dos povos indígenas</b>, nos termos da Convenção nº 169 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004;</p> <p>XII - <b>reconhecimento dos direitos dos povos indígenas relativos a serviços ambientais</b> em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais que promovem em suas terras, nos termos da legislação vigente; e</p> <p>XIII - <b>promoção de parcerias com os governos</b> estaduais, distrital e municipais para <b>compatibilizar políticas públicas regionais e locais e a PNGATI</b>.</p>

Fonte: Decreto PNGATI (BRASIL, 2012a), grifos nossos.

As diretrizes da PNGATI procuram aproximar ou alinhar anseios indígenas, indigenistas, ambientalistas, socioambientalistas, contribuindo como um primeiro instrumento mediador que promova atuações articuladas entre instituições governamentais e a sociedade civil que de diferentes formas atuam por meio de ações pontuais (por vezes isoladamente) direta ou indiretamente junto aos povos indígenas nas TIs, em atividades que promovam a gestão territorial e ambiental (BRASIL, 2010a).

Podemos observar que entre os principais acordos de conteúdo que aparecem refletidos nas diretrizes encontra-se o reconhecimento e respeito aos aportes dos povos indígenas, inclusive das mulheres, jovens e idosos, à conservação da biodiversidade brasileira; destaca a necessidade do estado de contribuir para manutenção, proteção e recuperação dos recursos naturais nos territórios indígenas; e a importância de garantir a adequada participação dos povos indígenas nas diferentes instâncias de deliberação, execução e avaliação da PNGATI como elementos distintivos desta política.

Como citado anteriormente, os objetivos específicos da PNGATI foram organizados em sete eixos diferentes, dentre os objetivos que constam em cada eixo podemos destacar:

No Eixo 1 - Proteção territorial e dos recursos naturais,

"contribuir para a proteção dos recursos naturais das terras indígenas [...]; promover a proteção, fiscalização, vigilância e monitoramento ambiental das terras indígenas e seus limites; promover o etnozoneamento de terras indígenas como instrumento de planejamento e gestão territorial e ambiental, com participação dos povos indígenas" [...];

No Eixo 2 - Governança e participação indígena,

"promover a participação de homens e mulheres indígenas na governança, nos processos de tomada de decisão e na implementação da PNGATI; apoiar a participação indígena nos comitês e subcomitês de bacias hidrográficas e promover a criação de novos comitês em regiões hidrográficas essenciais aos povos indígenas" [...];

No Eixo 3 - Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas,

"realizar consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas no processo de criação de unidades de conservação em áreas que os afetem diretamente; promover a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas" [...];

No Eixo 4 - Prevenção e recuperação de danos ambientais,

"promover ações com vistas a recuperar e restaurar áreas degradadas nas terras indígenas; promover a regularização ambiental de atividades e empreendimentos instalados no interior de terras indígenas [...]; promover ações de prevenção e controle de desastres, danos, catástrofes e emergências ambientais nas terras indígenas e entornos" [...];

No Eixo 5 - Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas,

"fortalecer e promover as iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis; promover a regulamentação da certificação dos produtos provenientes dos povos e comunidades indígenas [...]; promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas [...]; garantir aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em terras indígenas" [...];

No Eixo 6 - Propriedade intelectual e patrimônio genético,

"reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos indígenas sobre conhecimentos, práticas, usos tradicionais, costumes, crenças e tradições associados à biodiversidade e ao patrimônio genético existente nas suas terras [...]; apoiar e valorizar as iniciativas indígenas de desenvolvimento de pesquisa, criação e produção etnocientífica e tecnológica, para possibilitar inovação e fortalecimento de base econômica, social e ambiental" [...]; e

No Eixo 7 - Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental,

"qualificar, capacitar e prover a formação continuada das comunidades e organizações indígenas sobre a PNGATI; promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior [...]; promover a formação de quadros técnicos, estruturar e fortalecer os órgãos públicos e parceiros executores da PNGATI." [...].

Segundo Schmidt (2010), em relação aos objetivos específicos apresentados na minuta que serviu de documento base para elaboração do Decreto que instituiu a PNGATI, estes sintetizam o resultado das consultas regionais, expressando serem muitos os esforços necessários para atender os desafios a serem enfrentados em relação à gestão territorial e ambiental de TIs em contextos regionais diversos. Esse esforço está concentrado em proteger, recuperar e conservar os recursos ambientais existentes nas TIs e seu entorno, a partir da valorização da gestão indígena pré-existente em seus territórios, reconhecendo as “contribuições socioambientais indígenas” responsáveis por manterem parcelas significativas da biodiversidade nos diferentes biomas brasileiros.

Quadro 3: Extratos do decreto da PNGATI em que constam os artigos que tratam da governança dessa política.

<p>DECRETO Nº 7.747 DE 5 DE JUNHO DE 2012.</p> <p><b>Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI e dá outras providências.</b></p> <p>Capítulo III</p> <p>DA GOVERNANÇA DA PNGATI</p>
<p><b>Art. 5º São órgãos de governança da PNGATI:</b></p> <p><b>I - o Comitê Gestor da PNGATI;</b></p> <p><b>II - os Comitês Regionais da FUNAI; e</b></p> <p><b>III - a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI.</b></p>

Art. 6º O Comitê Gestor da PNGATI, responsável pela coordenação da execução da política, será integrado por representantes governamentais e representantes indígenas, conforme ato conjunto dos Ministros de Estado da Justiça e do Meio Ambiente editado nos termos do art. 8º.

Parágrafo único. Além da competência prevista no **caput**, caberá ao Comitê Gestor:

I - promover articulações para a implementação da PNGATI;

II - acompanhar e monitorar as ações da PNGATI; e

III - propor ações, programas e recursos necessários à implementação da PNGATI no âmbito do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

Art. 7º **A coordenação do Comitê Gestor da PNGATI será exercida de forma alternada entre as representações do Ministério da Justiça, do Ministério do Meio Ambiente e dos povos indígenas.**

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da PNGATI será exercida pela FUNAI.

Art. 8º Os Ministros de Estado da Justiça e do Meio Ambiente, editarão ato conjunto para:

I - definir a estrutura, a composição e o funcionamento do Comitê Gestor da PNGATI;

II - constituir comitês locais, de acordo com as demandas e especificidades dos povos e comunidades indígenas; e

III - propor a realização de conferência nacional da PNGATI.

Parágrafo único. Fica assegurada a participação dos representantes dos povos indígenas no processo de elaboração do ato de que trata o **caput**.

Art. 9º **A CNPI, no âmbito de suas competências, acompanhará a implementação da PNGATI**, a fim de promover sua articulação com as demais políticas públicas de interesse dos povos indígenas.

Art. 10º. A participação nos órgãos de governança da PNGATI será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Fonte: Decreto PNGATI (BRASIL, 2012), grifos nossos.

Podemos observar que, no capítulo III (Quadro 3) o Decreto define as instâncias de gestão e monitoramento da PNGATI, visando garantir a participação indígena desde o âmbito local de cada aldeia, comunidade e organização, até o âmbito nacional, atendendo às especificidades culturais e regionais dos diferentes povos indígenas. Criam-se também as instâncias deliberativas, gestoras e de controle social, aproveitando e fortalecendo as estruturas na administração federal e nas diferentes formas de organização social indígena.

Quadro 4: Extratos do decreto da PNGATI em que constam as disposições finais.

DECRETO Nº 7.747 DE 5 DE JUNHO DE 2012.

**Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI e dá outras providências.**

Capítulo IV  
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A PNGATI aplica-se, naquilo que for compatível, às áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por portaria da FUNAI, publicada no Diário Oficial da União, ou áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela FUNAI em razão da localização de índios isolados.

**Art. 12. A PNGATI será implementada por meio de programas e ações previstos no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e nos orçamentos anuais, e por meio de outras iniciativas e parcerias.**

**Art. 13. As despesas com a execução das ações da PNGATI correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente aos órgãos e entidades responsáveis por sua implementação, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.**

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogados:

**I - o Decreto nº 1.141, de 5 de maio de 1994;**

**II - o Decreto nº 1.479, de 2 de maio de 1995;**

**III - o art. 6º do Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999; e**

**IV - o Decreto nº 3.799, de 19 de abril de 2001.**

Brasília, 5 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF

*José Eduardo Cardozo*

*Izabella Mônica Vieira Teixeira*

Fonte: Decreto PNGATI (BRASIL, 2012), grifos nossos.

No capítulo quatro (Quadro 4), sobre as disposições finais, o decreto que institui a PNGATI revoga o Decreto nº 1.141 de 05 de Maio de 1994 e o Decreto nº 3.799 de 19 de Abril de 2001, que dispõem sobre ações de proteção ambiental e de apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas e instituem uma comissão intersetorial para coordenar tais ações. Cumpre lembrar que o Decreto nº 3.156 de 27 de Agosto de 1999, que dispõe sobre as ações de saúde indígena, já havia revogado os referidos decretos nas partes concernentes à saúde indígena.

Portanto a PNGATI passa a ser política nacional que articula e coordena a ação do governo federal referente a gestão territorial e ambiental nos territórios indígenas, para cumprir as decisões do diálogo com os povos indígenas. Finalmente, na perspectiva dos povos, comunidades e organizações indígenas, do MMA, do MJ e da FUNAI, o desafio que se coloca ao Estado e aos povos indígenas é quanto à garantia e promoção da gestão indígena sobre seus territórios. A PNGATI constitui ferramenta chave para promover essa gestão, que ora defini-se como gestão territorial e ambiental das terras indígenas. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas representa assim um marco diferencial na relação entre estados e povos indígenas para promover o etnodesenvolvimento e colaborar de forma articulada, diferenciada e participativa na proteção de terras indígenas, bem como da biodiversidade nacional (SCHMIDT, 2010).

Como vimos ao longo da nossa introdução, os propósitos contidos na PNGATI são decorrentes de um processo histórico de lutas e de reconhecimentos legais de garantia dos direitos indígenas e ambientais e do encontro desses na ótica dos direitos socioambientais. Também expressam as tensões de um país que se reconhece como pluriétnico, multicultural e megabiodiverso (SANTILLI, 2005; BENSUSAN, 2004), porém que não está livre das pressões e interesses econômicos hegemônicos, precisando cumprir os compromissos assumidos perante Convenções firmadas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), na Rio 92.

### 1.3. Breve Histórico do Povo Deni

A exploração da borracha na Amazônia, principalmente no século XIX, foi a principal causa da rápida ocupação ocidental dos vales dos Rios Purus e Juruá e das conseqüentes mortes – diretamente ou pela introdução de doenças – de muitos povos indígenas na Amazônia. A economia da borracha usou os povos indígenas como guias, como caçadores, pescadores, produtores de látex e como proteção em contato com outros grupos indígenas hostis.

Poucas são as fontes etnográficas sobre o povo Deni do Xeruã. Segundo Pezzuti (1999) em seu levantamento etnoambiental da Terra Indígena Deni, os relatos dos Deni indicam que seu contato intensivo com os *cariú* (brancos) data da década de 1940. No início do contato, nas décadas de 1940 e 1950, os índios comercializavam peles de animais, como onça (cuja pele trocavam por espingarda nova e munição), lontra, maracajá, caititu, queixada, anta, jibóia e veado. Na década de 1950 alguns índios já se encontravam engajados na extração de látex. Nas décadas de 1960 e 1970 passaram a extrair sorva e madeira e desde a década de 1980 os Deni trabalham na extração de óleo de copaíba.

Ainda segundo Pezzuti (1999), o contato intensivo e o conseqüente decréscimo da população foram os desdobramentos do novo ciclo de exploração da borracha, na década de 1940, graças à demanda oriunda da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a região do Juruá-Purus foi literalmente “invadida” por milhares de brasileiros. Ainda na década de 1980 haviam várias famílias de ocupantes não-índios no rio Xeruã (31 famílias) e no rio Cuniuá (22 famílias). Destas, em 1999, restavam apenas sete famílias no Xeruã e uma no rio Cuniuá. Desde o início, as relações econômicas

entre os Deni e os brancos foram marcadas pela exploração, sendo reproduzido o sistema de aviamento até os dias atuais.

O processo de demarcação da terra foi precedido de um movimento protagonizado pelo Greenpeace em parceria com a OPAN (Operação Amazônia Nativa) e CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Segundo relatório<sup>6</sup> encontrado no site do Greenpeace, em 1999, o Greenpeace investigava a compra de 313 mil hectares de floresta pela gigante madeireira da Malásia, WTK, que pretendia explorar madeira na região para fabricar compensados para exportação. O Greenpeace apurou que mais da metade dos 150 mil hectares adquiridos pela WTK incidiam sobre a área Deni. O Greenpeace realizou então uma campanha junto aos clientes da WTK e a empresa acabou declarando que não iria explorar a área sobreposta à terra Deni e que não recorreria à Justiça contra o processo de demarcação.

Após três tentativas de estudos realizados com o objetivo de subsidiar a demarcação da TI Deni, na década de 1930 pelo SPI; em 1985 por um Grupo Técnico coordenado pela antropóloga Terezinha de Barcellos; e 1992 por Eduardo Vieira Barnes, finalmente o relatório do Grupo Técnico organizado por Rodrigo Pádua Chaves em 1998 foi aprovado pela FUNAI em 2001.

De acordo com o relatório do Grupo Técnico, aprovado pelo presidente da FUNAI em fevereiro de 2001, a Terra Indígena foi identificada com extensão aproximada de 1.531.300 ha. Em dezembro do mesmo ano foi declarada de posse permanente indígena pelo Ministério da Justiça e, em maio de 2003, a mesma foi demarcada. A homologação pelo Presidente da República ocorreu um ano depois, em abril de 2004 (PEZZUTI, 1999).

### 1.3.1. Nome e Língua

O termo *Madihadeni* (*madiha*, no singular), significa “seres humanos” e é utilizado como autodenominação pelos falantes da língua “*madiha*” em situações em que querem distinguir-se como grupo étnico frente aos *madideni* (outros povos indígenas) e *karivadeni* (palavra de origem tupi adotada da língua geral brasileira (caraíba/cariú), que se refere aos “brancos”). Os Madihadeni não se auto definem a partir deste nome genérico, e sim como membros de clãs patrilineares cada qual com

---

<sup>6</sup> Demarcação Deni – Relatório Greenpeace/OPAN, 2003.

um nome próprio: Mei Veshedeni, gente da formiga taioca, Tamakurideni, gente do macaco parauacú, Upanavadeni, gente do igarapé Mamoriazinho, Ava Makhudeni, gente da árvore vermelha, Zumahideni, gente da onça, etc. A sociedade brasileira em geral conhece os Madihadeni pelo nome “Deni” (os Deni/ os Denis), mas sendo que este é um nome “imposto à força” ao grupo desde fora e na sua língua é um simples pluralizador que não existe como palavra separada (*amunehe* – mulher, *amunehedeni* – mulheres) (HUBER, 2007).

A língua dos Madihadeni (*madiha-kha ima*) pertence à família lingüística arawá, que inclui as línguas Kulina (Madija), Jarawara, Jamamadi, Paumari, Banawá Yafi e Suruwaha (os falantes destas línguas são reconhecidos pelos Madihadeni como parentes afastados, e chamados de *ivibuvadeni* – “nossos parentes”).

Segundo Huber (2007), em estudo realizado com os Madihadeni do Cunuiá, todas as comunidades madihadeni falam apenas a sua língua entre elas, sendo que a maioria dos homens adultos e algumas mulheres (em função de suas relações comerciais com regatões, estadias em hospitais durante tratamentos de saúde, viagens para assembleias indígenas) também têm um domínio mínimo da língua portuguesa. Ainda segundo Huber (2007), a língua madiha, com o contato com a sociedade envolvente, tem se mostrado muito dinâmica: para a maioria dos objetos “novos” que ao decorrer dos anos entraram na vida cotidiana dos indígenas foram criadas novas palavras, sendo poucas as simples adaptações fonéticas de palavras portuguesas (como patrão → patarahu).

A história e cultura do povo Deni são características definidoras da experiência de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni objeto e análise desse trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Perícia Ambiental.

Com foco na participação e protagonismo indígenas, e no trabalho coordenado entre órgãos indigenistas e ambientais do Estado, a PNAGTI pretende concentrar esforços para a proteção e conservação dos recursos naturais existentes nas TIs e seu entorno de tal forma que possam garantir as condições necessárias para o bem estar e o desenvolvimento das presentes e futuras gerações dos povos indígenas do Brasil. A

PNGATI ainda reconhece e valoriza as contribuições socioambientais indígenas para a manutenção da biodiversidade nos diferentes biomas brasileiros.

Segundo relatório institucional (OPAN, 2010b), em relação a PNGATI, uma das prioridades do projeto Aldeias consistiu em ensaiar e promover processos locais, de base, e influenciar a implementação regional de modelos de gestão das terras indígenas junto aos povos e organizações indígenas e à FUNAI. Dessa forma, o projeto teve como um dos seus principais produtos, a elaboração de documentos como os planos de vida dos movimentos indígenas de duas regiões, e os planos de gestão territorial e ambiental de três terras indígenas da Amazônia.

Foi a partir dessa experiência prática de construção coletiva do plano de gestão e inserção no cotidiano das aldeias do Povo Deni, proporcionadas pela atuação como indigenista da OPAN durante execução do projeto Aldeias, que comecei a interessar-me pelos temas, indigenismo e gestão territorial e ambiental. Interesse que foi sendo amadurecido a partir dos conhecimentos obtidos durante participação no curso de Especialização em Gestão e Perícia Ambiental, e nos processos organizacionais da OPAN.

A PNGATI foi oficialmente instituída em 5 de junho de 2012, através do Decreto Presidencial 7.747/2012. De qualquer forma, este é um processo recente e em aberto. A implementação prática da PNGATI demandará muito esforço e novos desafios. Neste contexto, há uma grande demanda por subsídios e informações sobre o tema da gestão territorial e ambiental, seja por parte de representantes indígenas ou mesmo por técnicos e profissionais não-indígenas.

A realização de um trabalho como este, portanto, justifica-se pela atualidade, relevância e complexidade do tema para os povos indígenas brasileiros e seus parceiros e interlocutores. Com ele, pretendemos compartilhar nossas experiências e reflexões com o objetivo de contribuir com a sistematização de informações e reflexões sobre a gestão territorial e ambiental, bem como sua articulação com outros temas de relevância e interesse indígena.

Com isso, trabalhamos para fornecer subsídios para que estudantes e representantes indígenas em geral possam se preparar melhor para participar dos processos de construção de políticas voltadas para a gestão territorial e ambiental de

suas terras, bem como de ações concretas a serem executadas na prática. Além disso, esperamos também contribuir com técnicos e profissionais que trabalham com povos e Terras Indígenas. Nossa colaboração, portanto, está voltada para a ação prática. Para tanto, nosso enfoque está baseado na gestão territorial e ambiental, tendo como “pivô” a Terra Indígena Deni, embora sejam considerados aspectos e ações que extrapolam seus limites.

## **2. Objetivo Geral**

Analisar os instrumentos de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã correlacionando-os com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.

### **2.1. Objetivos Específicos**

- Descrever as metodologias utilizadas e resultados obtidos na elaboração do Diagnóstico Socioeconômico, da Avaliação Ecológica, do Etnomapeamento e do Etnozoneamento;
- Correlacionar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni às diretrizes da PNGATI;
- Discutir as possibilidades e limites que influenciaram na implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni;

### 3. Metodologia

O método utilizado nesse trabalho constitui-se em duas etapas:

- 1 - A descrição e análise dos métodos de abordagem de cada um dos componentes e resultados obtidos na confecção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni (Diagnóstico Socioeconômico, Avaliação Ecológica, Etnomapeamento e Etnozoneamento);
- 2 - Análise e correlação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni com as diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.

Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica em artigos científicos que abordam a temática de gestão ambiental em terras indígenas, documentos (relatórios, guias de campo e plano de gestão) produzidos no âmbito do projeto Aldeias e em políticas públicas responsáveis pela implementação de planos de gestão ambiental em terras indígenas no Brasil.

#### 3.1. Área de Estudo

A Terra Indígena Deni está localizada numa planície entre os Rios Purus e Juruá, ambos afluentes do Rio Solimões (Amazonas), entre o Rio Cuniuá, afluente do Rio Purus, e o Rio Xeruã, afluente do Juruá, nos municípios de Itamarati, Lábrea e Tapauá, no sudoeste do estado do Amazonas (Figura 1).

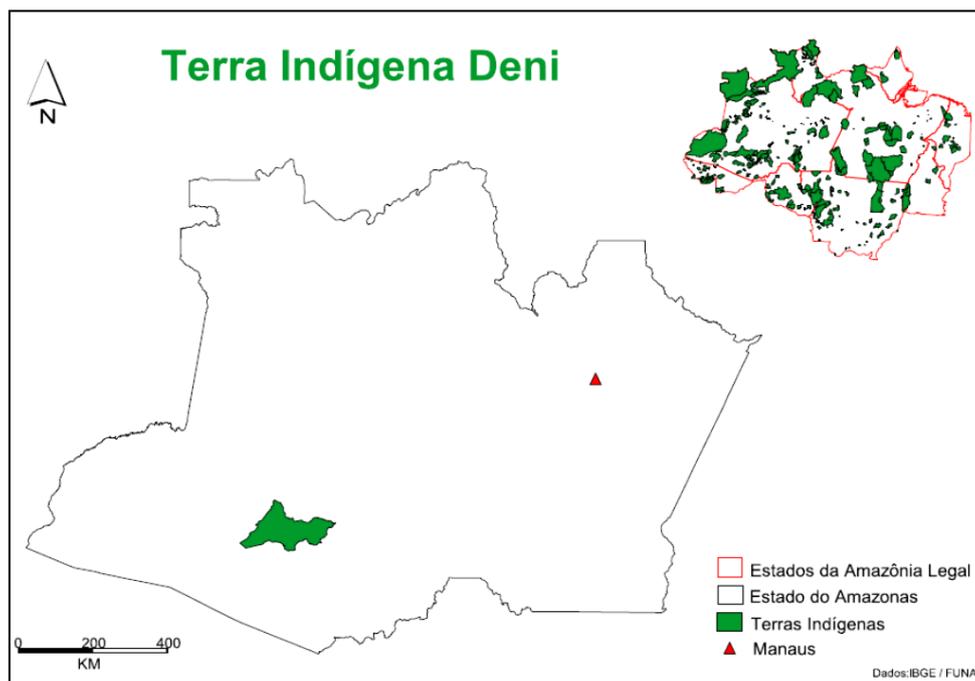


Figura 1: Localização da Terra Indígena Deni no estado do Amazonas

Com uma extensão territorial de 1.531.300 ha, a Terra Indígena Deni é contínua a Terra Indígena Zuruaha (índios semi-isolados) no lado leste, a terra indígena Kanamari do Rio Juruá no lado oeste, e do lado norte, ela faz fronteira com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS UACARI.

Segundo o relatório de levantamento ambiental elaborado por Pezzuti<sup>7</sup>, a área indígena Deni pertence à bacia hidrográfica do Solimões e é drenada por um afluente do Juruá, o Rio Xeruã, e pelo Cuniuá, afluente do Tapauá, que por sua vez deságua no Purus. A Terra Indígena Deni está inserida na região que separa a bacia de drenagem dos rios Juruá e Purus. As principais aldeias estão situadas na região do rio Xeruã, afluente do rio Juruá e na região do rio Cuniuá, afluente do rio Purus.

Por este motivo, propõe-se aqui dividir – para fins de análise – a Terra Indígena (TI) em duas porções, que se denominarão de porções Ocidental e Oriental. Na porção ocidental existem quatro aldeias, situadas no rio Xeruã (bacia do Juruá) e alguns de seus afluentes (Figura 2). São elas: Terra Nova, Morada Nova, Boiador e Itaúba. Na porção oriental existem mais quatro aldeias, todas situadas à margem do rio Cuniuá, afluente do rio Purus: Cidadezinha, Marrecão, Visagem e Samaúma. O trabalho aqui reportado desenvolveu-se na porção ocidental da terra indígena, conforme mostra o mapa abaixo.

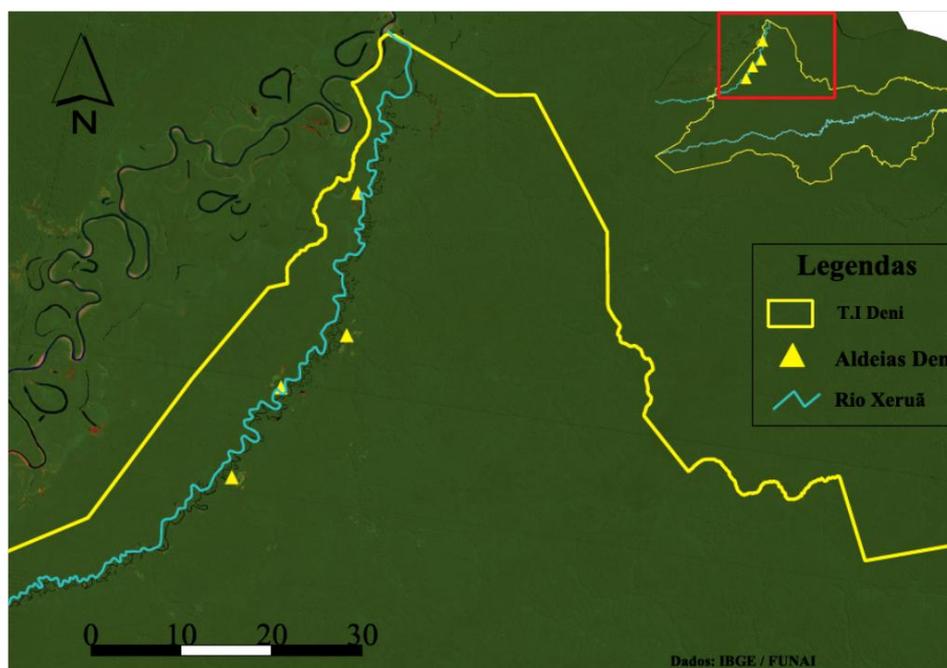


Figura 2: Mapa da porção ocidental da T.I Deni (Rio Xeruã).

<sup>7</sup> PEZZUTI, Juarez Carlos Brito. Relatório de levantamento ambiental da Terra Indígena Deni. Manaus : Univers. do Amazonas, 1999. 51 p

Não há ligação fluvial entre o Xeruã e o Cuniuá; por via terrestre existe um varadouro (caminho pela mata) que liga a aldeia Itaúba à antiga aldeia Kumarú Novo. A viagem dura em média três dias. Para as outras aldeias, a viagem pode se estender por uma ou duas semanas. Existem diversos varadouros que interligam as aldeias e locais de caça, coleta e pesca.

Na região próxima da confluência com o Xeruã, encontramos um trecho do típico ecossistema de várzea, sobretudo à esquerda do Xeruã. Os terrenos são de origem holocênica, formados a partir da deposição de sedimentos provenientes da região andina e dos Escudos Central-Brasileiro (AYRES, 1995).

Podem-se distinguir estações definidas para toda a região, em função do ciclo hidrológico. Durante a enchente e a cheia, existe maior quantidade de chuvas e menor amplitude térmica. Esta última aumenta durante a vazante e atinge níveis mais altos na seca, quando também se registram os menores índices de precipitação mensal (AYRES, 1995).

Na terra indígena não há áreas contínuas desmatadas: a região é uma mistura de florestas primária e secundária – estas, em avançado estágio de recuperação. As florestas secundárias criam um novo ambiente para a fauna e flora, onde a proliferação de espécies vegetais gera novas espécies de estágios sucessionais diferentes.

### 3.2. Plano de Gestão Territorial e Ambiental

A construção do plano de gestão da terra indígena Deni agregou: i) componente técnico, que consistiu na elaboração de diagnósticos, mapeamento participativo (etnomapeamento), avaliação ecológica rápida e etnozoneamento; ii) componente político de tomada de decisões que incluiu, a promoção de acordos entre as aldeias, a validação comunitária do plano de gestão e articulações com as populações do entorno: populações indígenas e populações ribeirinhas das Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), com a coparticipação da FUNAI e dos órgãos públicos envolvidos (LIMA et. al., 2012).

Em relação ao apoio à gestão dos territórios indígenas e a busca de soluções econômicas sustentáveis, na terra indígena Deni optou-se pela introdução de técnicas de manejo sustentável de recursos pesqueiros. Trabalho que foi realizado por meio de

apoio ao planejamento da proteção territorial e da implementação de projeto-piloto para alternativas econômicas, nesse caso, o plano de manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*).

É importante salientar que todas as atividades desenvolvidas, assim como as metodologias utilizadas, eram planejadas, monitoradas e avaliadas a cada semestre por todos que compunham o projeto (equipes de campo e coordenações) e a coordenação da OPAN. Além disso, esses encontros ainda contavam com a participação dos técnicos do Instituto Centro de Vida (ICV), que auxiliavam na construção das metodologias que seriam utilizadas em campo.

### 3.2.1. Diagnóstico Socioeconômico

Um ponto central no diagnóstico realizado na terra indígena Deni foi a metodologia de OBSERVAÇÃO-PARTICIPAÇÃO-AÇÃO, segundo a qual os indigenistas se envolviam no cotidiano da aldeia e promoviam as ações do programa em interlocução permanente com os atores indígenas (OPAN, 2009).

É comum nos diagnósticos indigenistas priorizar uma tendência seletiva de tipo culturalista ou inclusive “tradicionalista”, que privilegia e dá destaque unilateral às informações sobre os “aspectos ancestrais” da cultura, e que oculta (deliberadamente ou não) os “aspectos modernos”, considerando-os como “ameaça à cultura original” (OPAN, 2009).

Em contraste a isso, priorizou-se um diagnóstico crítico que colocou em evidência os “sistemas tradicionais” e os “sistemas de inovação”, e principalmente as dinâmicas de interação entre ambos, como dinâmica constitutiva da cultura em todos os seus eixos. Esta foi a chave do diagnóstico socioeconômico desenvolvido.

Além disso, o trabalho para a construção do diagnóstico foi coordenado e acompanhado por uma antropóloga, que elaborou um roteiro para coleta de informações, por parte dos indigenistas junto aos povos indígenas beneficiados pelo projeto, para posterior avaliação da efetividade das ações desenvolvidas e também contribuir para a construção do plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena.

O roteiro construído orientava os indigenistas para coleta de dados qualitativos e quantitativos, a partir de macro categorias temáticas, tais como: demografia, saúde, educação escolar, distribuição espacial e habitação, cultura e organização social,

organização política local, economia local: comercial e de subsistência e contatos com cidades do entorno.

Posteriormente, os dados coletados juntamente com a pesquisa de fontes secundárias disponíveis sobre o povo indígena Deni (principalmente sobre etnografia e histórico das áreas e conflitos), contribuíram para a construção do diagnóstico socioeconômico. Em seguida, serão apresentados os resultados desse diagnóstico, resultados que estão sistematizados no documento Diagnóstico Socioeconômico Terras Indígenas do Projeto Aldeias: Povo Deni (Juruá - Purus) (OPAN, 2010a).

### Demografia

A sociedade indígena Deni sofreu um decréscimo populacional intenso, principalmente a partir de 1940, com a intensificação do contato com as frentes extrativistas, o que levou à desarticulação e posterior reorganização de diversos sub-grupos Deni (OPAN, 2010a). Foram registrados diversos surtos de tuberculose, pneumonia e sarampo ao longo da história do contato com a sociedade envolvente. A reprodução física e cultural dos índios Deni foi ameaçada e, no início da década de 1990, esta sociedade indígena atingiu o pico máximo de decréscimo populacional.

No relatório de Pezzuti (1999) consta a informação de que no ano de 1992, particularmente, ocorreu um surto de sarampo que resultou na morte de 67 índios no período de 12 meses. A taxa de mortalidade naquele período foi de 12%. A partir desse período iniciou-se uma lenta recuperação do grupo que segue até os dias atuais (Tabela 1).

Tabela 1: Dados demográficos das quatro aldeias Deni localizadas no Rio Xeruã, na porção ocidental da TI.

TI	ALDEIA	POPULAÇÃO EM 2009	POPULAÇÃO EM 2012
<b>TI Deni - Aldeias Deni do Rio Xeruã</b>	Terra Nova	54	69
	Morada Nova	242	274
	Boiador	188	205
	Itaúba	133	155
<b>1 TI</b>	<b>4 aldeias</b>	<b>617</b>	<b>703</b>

Fonte: Censo Populacional Deni (CIMI, 2009 e 2012).

Podemos observar, comparando os censos populacionais realizados em 2009 e 2012 que a população Deni aumentou em aproximadamente 13% nesse período. Dados que confirmam a necessidade dos Deni começarem a planejar melhor a retirada dos recursos naturais no seu território, pois com a população crescendo, conseqüentemente a pressão sobre os recursos também crescerá.

## Saúde

Os Deni do Rio Xerua são assistidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI - Médio Rio Solimões e Afluentes), que é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), e está vinculado a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS). O DSEI - Médio Solimões, tem sede na cidade de Tefé-AM.

Os atendimentos articulados ao SUS são de responsabilidade do município de Itamarati, porém possui vinculação com o município de Carauari, o qual é responsável pelos salários dos agentes de saúde e profissionais que trabalham nas aldeias. A prefeitura do município de Itamarati, na qual se insere parte da terra Deni, recorre ao governo federal para que a sede distrital seja transferida para este município, por razões obviamente econômicas (OPAN, 2010a).

A unidade básica dos DSEI são os postos de saúde e, acima destes, o Pólo-Base, a primeira referência para os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) que atuam nas aldeias (Tabela 2). O Pólo-Base da TI Deni na parte do Rio Xerua, tem sua sede na aldeia Morada Nova.

O Conselho Distrital de Saúde Médio Solimões está sediado em Tefé e conta com 40 conselheiros distritais. Quanto à participação Deni, apenas um Conselheiro Local representa as quatro aldeias Deni.

Tabela 2: Estrutura de atenção à saúde nas aldeias da TI Deni do Rio Xerua.

TI	ALDEIA	ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	AGENTE INDÍGENA DE SAÚDE	EQUIPE MÉDICA	EQUIPAMENTOS
<b>TI Deni – Aldeias Deni do Rio Xerua</b>	Terra Nova	Não possui posto de saúde	1	Atendimento somente no Pólo Base	Radiofonia
	Morada Nova	Polo-Báse Prédio com 5 cômodos	2	Uma enfermeira, um enfermeiro e um	Balança, radiofonia, maca, fogão,

		(sala de radiofonia, ambulatório, Quarto de hospedagem para agentes, sala de vacinação e cozinha		piloto de embarcação.	geladeira, TV, leito, armário com medicamentos.
	Boiador	Pequeno Posto de saúde sucateado	2	Atendimento somente no Pólo Base	Alguns medicamentos simples e radiofonia
	Itaúba	Pequeno Posto de saúde sucateado	2	Atendimento somente no Pólo Base	Alguns medicamentos simples e radiofonia

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico Terras Indígenas do Projeto Aldeias: Povo Deni (Juruá - Purus) (OPAN, 2010a).

Podemos observar que as três aldeias mais antigas (Morada Nova, Boiador e Itaúba) possuem postos de atendimento sanitário, sendo que o Pólo-Base fica na aldeia Morada Nova, e serve de acomodação aos agentes de saúde não indígenas que fazem escalas de trabalho no local. A aldeia Terra Nova não possui posto de saúde, por isso depende do atendimento do pólo base.

As aldeias Boiador e Itaúba contam com postos de saúde menores, onde há alguns medicamentos mais simples como antitérmicos, antibióticos e analgésicos. Caso exista a necessidade de outros medicamentos, recorrem ao pólo base por meio da radiofonia (instalada nos prédios dos postos de saúde).

Além da presença dos profissionais de saúde da SESAI (enfermeira, enfermeiro e piloto de embarcação) e da entidade prestadora de serviços a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS), foram designados agentes indígenas de saúde para atuação nas aldeias.

### Educação Escolar

A Prefeitura do município de Itamarati é responsável pela educação das aldeias Deni do Rio Xerua (Tabela 3). Porém, a situação é bastante precária, e em algumas escolas as aulas não são ministradas há quase um ano. O povo Deni, através da ASPODEX, Associação do Povo Deni do Xerua, realiza negociações solicitando reformas ou a construção de novas escolas nas aldeias.

Tabela 3: Estrutura de atenção à educação escolar nas aldeias da TI Deni do Rio Xeruã.

TI	ALDEIA	ESTRUTURA	CRIANÇAS ATENDIDAS	PROFESSORES INDÍGENAS	MERENDA ESCOLAR	MATERIAL ESCOLAR
<b>TI Deni - Aldeias Deni do Rio Xeruã</b>	Terra Nova	Não possui escola	-	-	-	-
	Morada Nova	Escola sucateada	104	2 Professores e 2 suplentes	Não possui	Não possui
	Boiador	Escola sucateada	70	2 Professores e 2 suplentes	Não possui	Não possui
	Itaúba	Escola muito sucateada-não tem aulas há 1 ano	69	2 Professores e 2 suplentes	Não possui	Não possui

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico Terras Indígenas do Projeto Aldeias: Povo Deni (Juruá - Purus) (OPAN, 2010a).

Através da SEDUC do estado do Amazonas, são oferecidos cursos de magistério indígena. Porém, estes cursos não acontecem regularmente, além de não existir um acompanhamento satisfatório dos professores indígenas nas aldeias após sua formação. Cada município, na região da bacia do rio Juruá, tem um assessor de educação indígena, mas a maioria destes assessores não estão preparados para atuar em relação a uma educação diferenciada, como é direito dos povos indígenas.

A educação escolar Deni tem como principais atores, os próprios indígenas protagonizando as ações pedagógicas. Seu sistema de ensino possui uma organização formada para não interferir nas atividades cotidianas e sazonais que ocorrem nas aldeias, tais como, o plantio de roçado, as pescarias, o preparo das festas tradicionais, as visitas à cidade, etc. Para cada professor (são dois por aldeia) existe um professor suplente, que fica responsável pelo revezamento na prática de docência quando o professor titular encontra-se ausente.

As aulas são de ensino básico ministradas na língua Deni, facilitando assim o aprendizado por parte das crianças e jovens que as presenciam. As principais disciplinas ministradas em sala de aula são: Matemática, Português e Educação artística.

## Distribuição Espacial e Habitação

A construção das residências, assim como as casas de farinha, é feita exclusivamente pelos homens, com materiais obtidos na floresta. As casas de moradia Deni, segundo os próprios índios, diferenciam-se das casas feitas há 50 anos, sendo atualmente influenciadas pela arquitetura dos seringueiros, com os quais tiveram forte contato desde a década de 1950.

A tipologia das construções encontra-se hoje em dia em uma fase de transição, entre o modelo tradicional, com paxiúba de assoalho e sem divisórias e o modelo regional (palafita), com tábuas de assoalho e divisórias.

Atualmente as casas são em formato retangular, sustentada por oito toras [*acapu* (*Vouacapoua americana*), *acariquara* (*Minquartia guianensis*)], e o assoalho é feito de paxiubão (*Iriartea deltoidea*) e fica suspenso a cerca de 1,50 m de altura. O telhado é feito de folhas de canaraí (*Mauritia Limnophila*) trançadas. A cozinha pode estar nos fundos, ou pode ser outro cômodo vizinho da casa, a primeira vista confundida com uma casa de menor porte, mas bem destacada pelo acesso que tem com a casa, feito através de uma tábua de madeira

Observando a tabela abaixo (Tabela 4), podemos concluir que duas aldeias (Terra Nova e Boiador) tiveram um aumento no número de habitantes por casa, entre 2009 e 2012, e que, provavelmente, aumentará o número de casas nessas aldeias nos próximos anos..

Tabela 4: Números de habitações por aldeias da TI Deni do Rio Xerua entre 2009 e 2012.

TI	ALDEIA	2009		2012	
		CASAS	HABITANTES POR CASA	CASAS	HABITANTES POR CASA
<b>TI Deni - Aldeias Deni do Rio Xerua</b>	Terra Nova	7	5,7	10	6,9
	Morada Nova	45	5,4	50	5,5
	Boiador	38	4,9	34	6,0
	Itaúba	26	5,3	27	5,7

Fonte: Censo Populacional Deni (CIMI, 2009 e 2012).

O modelo de aldeia Deni, já descrito por Koop & Lingenfelter (1983), está composto por um terreiro central, que é utilizado para a realização de festas tradicionais e atualmente como campo de futebol; ao redor estão distribuídas as casas de frente para o campo. Dos fundos das casas saem os caminhos para os roçados, pontos de coleta de lenha, igarapés, lagos, cemitérios, antigos roçados e outros espaços de uso da aldeia.

### Organização Social

Segundo estudo de organização sociopolítica (Tabela 5) e desenvolvimento comunitário realizado por Koop & Lingenfelter (1983), o casamento preferencial se dá entre primos cruzados, o casamento entre primos paralelos é considerado incestuoso, tanto que os irmãos do pai são classificados como pai (*abi*), e as irmãs da mãe estão na mesma categoria de mãe (*ami*). A regra de residência após o casamento tende a ser matrilocal: quando o rapaz casa vai morar na casa da mulher.

Tabela 5: Organização social e lideranças das aldeias Deni do Rio Xeruã.

TI	ALDEIA	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	LIDERANÇAS
<b>TI Deni-Aldeias Deni do Rio Xeruã</b>	Terra Nova	vínculos estruturais da família extensa são aqueles entre um grupo de irmãos ou entre o sogro ( <i>hedi</i> ) e seus genros ( <i>hirubadi</i> ).	Mais velhos da aldeia: Zemu; Tuchaua (líder externo): Sabá
	Morada Nova		Mais velhos da aldeia: Assariha e Hupanaha; Tuchaua (líder externo) Saravi; Liderança ritual: Zé Ribeiro (shabuna)
	Boiador		Mais velhos da aldeia: Ramon e seu irmão Kamazuti; Tuchaua (líder externo): Babá; Liderança ritual: Mavirá
	Itaúba		Mais velhos da aldeia: Mavahari, Mairu e Mativi; Tuchaua (líder externo) Vabishi e MArurru; Liderança ritual: Mahuru e Tabuvi

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico Terras Indígenas do Projeto Aldeias: Povo Deni (Juruá - Purus) (OPAN, 2010a).

A despeito da matrilocidade, a descendência pelo lado paterno constitui a base da organização social. Homens que compartilham o mesmo pai ou cujos pais têm um pai comum constituem uma parentela que geralmente vive próxima, compartilha o mesmo trabalho coletivo e arranja os casamentos de suas filhas e filhos. Se um grupo de irmãos possui três ou mais homens adultos com mulheres e filhos, eles podem se afastar da casa do sogro e construir suas casas próximas. Assim, os vínculos estruturais da

família extensa são aqueles entre um grupo de irmãos ou entre o sogro (*hedi*) e seus genros (*hirubadi*).

Em todas as aldeias existe a figura da liderança *patarahu*, considerado o líder por ser sempre da família mais antiga da aldeia, que assume as decisões de caráter relevante para o grupo e gerencia a resolução de conflitos; contudo, não representa uma unidade centralizadora, mas sim um articulador para questões principalmente internas. Ainda existe a figura da vice-liderança que assume, na ausência da liderança, a responsabilidade de decidir sobre questões de interesse do povo indígena.

O foro público para tomadas de decisões na aldeia ocorre de madrugada, pouco antes da saída do sol. De sua rede, o chefe ou alguém que deseja se pronunciar começa a falar em voz alta e clara. Após terminar, comentários e discussões ecoam através da praça central da aldeia, vindos de homens em suas respectivas redes. Assim, as decisões e projetos para o dia são feitos coletivamente, contando inclusive com a participação feminina, em alguns casos (KOOP & LINGENFELTER, 1983).

### Economia Local: Subsistência

Os Deni são caçadores e agricultores, além de realizarem a pesca com muita eficiência – dela obtém a maior parte protéica de sua alimentação – assim como praticam a coleta de produtos florestais.

### Caça

Atividade tipicamente masculina e altamente valorizada dentro da sociedade Deni (PEZZUTI, 1999). Os Deni realizam as caçadas geralmente em conjunto (várias duplas ou apenas duplas); O uso de arco e flecha nas atividades de caça está em declínio; apenas a zarabatana é usada ocasionalmente para caça de macacos e somente em uma aldeia (Terra Nova), o que implica na opção forte dos Deni pelo uso de um instrumento mais eficiente de caça, como a espingarda.

Os Deni utilizam diversas técnicas de caçada, tais como: espera, armadilha ou visitas em locais específicos, como os barreiros. Além disso, também é muito comum a realização de caçadas com o auxílio de cães para rastrear, perseguir e acuar a caça, que posteriormente é abatida com facas ou porretes.

Os animais comumente capturados para a alimentação são queixadas, caititus, macacos, pacas, cutias, antas, veados e algumas aves como o mutum, araras, nambu e patos (Tabela 6).

Tabela 6: Animais caçados pelos Deni.

Animais de caça					
Nome Deni	Nome Vulgar	Nome científico	Nome Deni	Nome Vulgar	Nome científico
Hizamã	Queixada	<i>Tayassu pecari</i>	Vaha	Arara	<i>Ara spp</i>
Anubeza	Porquinho	<i>Pecari tajacu</i>	Aburu	Papagaio	<i>Amazona spp.</i>
Kamanuvi	Paca	<i>Cuniculus paca</i>	Vamã	Jacare	<i>Paleosuchus spp.</i>
Shinamã	Cutia	<i>Dasiprocta sp.</i>	Tukuzu	Jacare Açú	<i>Melanosuchus Niger</i>
Avi	Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	Ishi'i	Tatu	familia <i>Dasypodi- dae</i>
Zutumi	Coati	---	Badu	Veado	<i>Mazama spp</i>
Humu	Macaco preto	---	Banipé	Tamandua	<i>Myrmecophaga tridactyla*</i>
Zhuvihí	Macaco prego	<i>Cebus apella</i>	Anure	Soco	<i>Ardeidae</i>
Sura	Barrigudo	<i>Lagothrix lagothrica</i>	Anupitaru	Garça	---
Zaziu	Guariba	<i>Alouatta SP</i>	Anupiture	Garça	---
Uruva	Zogue-Zogue	<i>Callicebus sp.</i>	Aphau	Pato	<i>Chairina moschata</i>
Idiku	Mutum	<i>Crax spp.</i>	Duphiphi	Beija Flor	---
Dapu	Jaco	---	Hunure	Não identificado	---
Vashuri	Nambu	<i>Tinamidae (Crypturellus)</i>			

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico Terras Indígenas do Projeto Aldeias: Povo Deni (Juruá - Purus) (OPAN, 2010a).

O uso do rapé (*shina*) nas atividades de caça é comum, servindo como um ritual agregado à prática de caçada: os caçadores sopram rapé na pegada do animal, ou sopram rapé no ar a fim de localizar o bicho.

A época de verão é preferencial para a prática da caça, pois com as chuvas e a consequente cheia dos rios, os animais concentram-se nas áreas de terra firme que rodeada de água os deixa acuados. Outro fator positivo seria a umidade deixada no solo que propiciaria marcas de pegadas mais “legíveis” para os caçadores, além de provocar menos barulho durante o deslocamento para aproximar-se da caça.

## Pesca

A pesca é praticada tanto por homens, quanto por mulheres, crianças e idosos. Todas as manhãs alguns índios saem de canoa para pescar por várias horas em um local já planejado anteriormente. Porém, as pescarias longas, envolvendo vários dias de viagens e a construção de acampamentos, são realizadas somente pelos homens e rapazes mais velhos.

Todos os ambientes aquáticos são utilizados para pescarias, que se estendem por toda a área. Lagos, ressacas, a própria calha principal dos rios, igarapés, praias e a floresta alagada ou igapó, todos são explorados para a obtenção de peixes e quelônios (PEZZUTI, 1999) (Tabela 7).

As técnicas de captura são o uso do arco e flecha, anzol com iscas, malhadeiras e o uso de venenos (*vekamã*) – estes últimos são utilizados mais em pescas nos igarapés e de forma coletiva. Além disso, em seu relatório de levantamento ambiental, Pezzuti (1999) descreve a utilização de outras técnicas de captura, como a pescaria com veneno e larvas de vespas (*Zumuvi Utapituvi Vekamaza*) e a pesca de camarão (*Sinu*).

A variação sazonal no nível da água influencia decisivamente na distribuição da fauna aquática e, conseqüentemente, nos locais em que a pesca acontece em cada período do ano. De modo geral, as pescarias tem maior fartura durante o verão (seca), pois nessa época a água está no seu nível mais baixo e os peixes estão concentrados nos corpos de água remanescentes, facilitando sua captura. Enquanto que no inverno, quando o rio já está bem cheio, os peixes invadem os habitats novamente disponíveis na floresta alagada à procura de alimento. Essa dispersão aumenta a dificuldade na captura dos peixes. Portanto, no inverno (cheia) é um período de maior escassez de peixes.

Tabela 7: Espécies capturadas nas pescarias Deni.

NOME DENI	NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	NOME DENI	NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO
Ve'e	Firarucu	<i>Arapaima gigas</i>	Zumuvi Nukhu'puta	Piau flamengo	<i>Leporinus fasciatus</i>
Bazaru	Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Sibure	Tracajá	<i>Podocnemis unifilis</i>
Akumi'Kiri	Piranha Preta	<i>Serrasalmus rhombeus</i>	Sibure Putaharu	Tartaruga	<i>Podocnemis expansa</i>
Mamure	Matrinxã	<i>Brycon amazonicus</i>	Sibure Imei	Capitari	<i>Podocnemis expansa</i>
Karuru	Pacu	<i>Piaractus mesopotamicus</i>	Kapuru	Cabeçudo	<i>Peltocephalus dumerilianus</i>
Shaku	Traira	<i>Holias malabaricus</i>	Shiri	Perema	<i>Rhinoclemmys punctularia</i>
Akumi	Piranha	<i>Serrasalmus ssp.</i>	Aphina	Peixe-boi	<i>Trichechus inunguis</i>
Zumuvi	Piau	<i>Leporinus ssp.</i>	Butani	Arraia	
Utavi	Cará	<i>Astronotus ssp.</i>	Aba'Mavani	Jundiá	<i>Leiarius marmoratus</i>
Kibi	Pacu Lavrado	<i>Myleus schomburgkii</i>	Shuda	Matamatá	<i>Chelus fimbriata</i>
Nukhu'mepe	Sardinha	<i>Triportheus ssp.</i>	Kusi	Piaba	<i>Astyanax bimaculatus</i>
Mashiri	Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	Zuri	Sarapó	<i>Gymnotus anguillaris</i>
Kushiri	Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	Vavi Nukku	Arari	<i>Chalceus macrolepidotus</i>
Khuza	Jaraqui	<i>Semaprochilodus insignis</i>	Sinu	Camarão	<i>Macrobrachium amazonicum</i>
Davi	Jacundá	<i>Crenicichla ssp.</i>	Vasha Putahari	Cuiu Cuiu	<i>Oxydoras niger</i>
Abamaphá'raharu	Tucunaré	<i>Crenicichla ssp.</i>	Kuvi	cara açu	<i>Astronotus ssp.</i>
Bidama	Mandí	<i>Fimelodus maculatus</i>			

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico Terras Indígenas do Projeto Aldeias: Povo Deni (Juruá - Purus) (OPAN, 2010a).

Podemos observar que além dos peixes os quelônios (tracajá, tartaruga, capitari, cabeludo e matamatá), os jacarés ocasionalmente, são capturados para a alimentação, não sendo um animal preferencial na dieta Deni. Além disso, ainda aparecem nessa lista duas espécies que não foram observadas nas pescarias dos indígenas, mas foram descritas por eles, como o camarão e o peixe-boi.

## Roçados

Os roçados revelam uma forte relação dos Deni com esse tipo de atividade. Grandes e fartos eles são caracterizados pela diversidade de espécies plantadas e forte interação dos índios para com o seu espaço. Em geral, são localizados no entorno das aldeias.

Nos roçados são plantados: mandioca, macaxeira, maxixe, banana, cana, pupunha, abacaxi, caju, batata doce, cará, milho, mamão, abiu, ariá, taioba; outras plantas com usos não alimentares são encontradas no roçado, entre eles estão o tabaco, o algodão e o piscicida cupina (*vekamã*). A cada ano os Deni abrem novos roçados e modificam paulatinamente os roçados antigos do seu uso anterior, passando a usá-los para outras finalidades como caça ou coleta de frutos de espécies pioneiras como a pupunha.

O processo de abertura de uma roça se inicia com a escolha do local onde vai ser aberto um novo roçado, esta escolha é feita a partir de uma reunião matinal e é escutada a opinião dada por um ancião muito respeitado pelos indígenas que possui experiência capaz de detectar se o terreno é propício ou não para a abertura de uma roça. A altitude do terreno e a umidade do solo estão entre as observações que são feitas pelo índio realizador da escolha.

Escolhido o limite da área do roçado inicia-se então a derrubada das espécies de menor porte, técnica chamada de “bosquear”, deixando apenas as árvores com diâmetro na altura do peito maior que 15 cm. Após alguns dias é feita a derrubada dessas árvores maiores para posteriormente se realizar a queimada. Quando as cinzas oriundas das queimadas findarem os indígenas dão início a plantação do roçado.

Todo este processo deve ser planejado para ocorrer antes do início das chuvas, pois a queimada depende da ausência das águas para ter sucesso. Portanto a escolha do

local ocorre de acordo com o início do verão entre abril e maio e a plantação vem a ocorrer no mês de outubro.

A abertura dos roçados é feita por toda a população da aldeia, existindo divisão de gênero nas atividades (homens ficam com o trabalho que exige mais força física como a derrubada de árvores, as mulheres ficam com trabalhos como colocar fogo; em outras ocasiões homens e mulheres podem realizar o mesmo trabalho como capinar e semear). Além dos roçados os Deni plantam espécies frutíferas nos seus quintais, por isso é comum observar em volta das aldeias, por trás das casas, espécies de jambo, jaca, banana, graviola, cupuaçu, maracujá, limão, pequiá, açaís, bacabas e patauás.

## Coleta

Diversos recursos podem ser obtidos da floresta, constituindo outro importante contato e interação dos índios para com o seu ambiente, entre eles frutas diversas tais como: seringa, castanha de cutia, abiorana, sabunu, etc. Cipós de dois tipos são retirados com assiduidade nas proximidades das aldeias: o ambé e o titica, para confecção de cestarias, vassouras e amarrações na construção das casas.

A coleta de lenha é feita pelas mulheres. Elas colocam a lenha em cestas feitas de ambé. Os Deni costumam retirar a lenha de duas formas: aproveitando madeira de galhos ou árvores que caíram por causa natural ou escolhendo árvores de boa qualidade para lenha. Para a colheita de mel silvestre, derrubam a árvore onde se encontra a colmeia para depois expulsar as abelhas com fumaça e recolher o mel.

Outros recursos também são aproveitados para a fabricação de artefatos, tais como a pluma oriunda do fruto da munguba, que é utilizado no arco da zarabatana, o fruto de abiorana, usado para fabricação de um instrumento musical, assim como as tabocas empregadas para a fabricação das flautas, além dos arcos. A palha de uma palmeira é usada para a confecção da corda do arco, enquanto o caule da pupunheira é usado para confeccionar o próprio arco. A cerâmica, segundo relatos dos indígenas, já foi bastante utilizada na cultura local, apesar de atualmente está em franco desuso. Um instrumento musical, *huri huri* – utilizado para convocar os Deni para as reuniões matinais ou pelos *zupinehe* em práticas de xamanismo – é a única evidência atual de cerâmica Deni.

## Economia Local: Comercial

A partir do envolvimento com a sociedade ocidental os índios criaram novas necessidades antes inexistentes em sua cultura tradicional. Assim, por exemplo, o uso de combustível se tornou essencial para o deslocamento fluvial até outras aldeias, para as atividades de caça e pesca, para exercer a vigilância do território e para realizar as visitas à cidade. Alguns índios já possuem renda mensal, pois participam de alguns programas de governo como bolsa família, ou são aposentados; há também funcionários públicos, como os professores e AIS, que recebem mensalmente seus salários. Com o dinheiro, os Deni compram alimentos industrializados como açúcar, biscoitos, café ou ainda feijão, arroz, e sal e adquirem roupas. É comum que tragam alguns objetos de interesse variado, tais como bicicletas, caneleiras, calçado esportivo, óculos de sol, munição e bolas de futebol.

Os índios que não possuem renda mensal conseguem algum dinheiro produzindo artefatos que são vendidos na cidade, a) artesanatos feitos de coco, buriti e osso, b) vassouras feitas com cipó titica e c) cestarias. Situados entre os produtos mais comuns (Tabela 8). Além disso, são levadas para cidade farinha e algumas galinhas que, se não servirem para alimentação, são vendidas. Há, em ocasiões não muito numerosas, a extração e venda de mel de abelha nativa.

Tabela 8: Atividades comerciais nas aldeias Deni do Rio Xeruã.

	ALDEIA	Produto	Formas de comercialização	Destinação do produto
<b>TI Deni- Aldeias Deni do Rio Xeruã</b>	Terra Nova	Mel, Peneira, Vassoura e Galinha	Troca e venda	Indigenistas / Comunidade vizinha
	Morada Nova	Artesanato, Farinha, Mel, Rapé, Peneira, Paneiro, óleo de andiroba e copaíba.	Troca e venda	Indigenistas, Visitantes e população da cidade
	Boiador	Banana, Farinha, Pupunha, Galinha e Vassoura.	Troca e venda	Indigenistas, Visitantes e população da cidade
	Itaúba	Pato, Porco, Mel, Galinha, Vassoura, Paneiro e Artesanato	Troca e venda	Indigenistas, Visitantes e população da cidade

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico Terras Indígenas do Projeto Aldeias: Povo Deni (Juruá - Purus) (OPAN, 2010a).

## Organização e articulação política

Identificar as lideranças dentro da organização social Deni é bastante complexo, uma vez que as interpretações deles são bastante dinâmicas e se agregam ao processo de contato estabelecendo novas posições conforme as expectativas externas. Por exemplo, existe a figura tradicional de liderança (*patarahu*) em todas as aldeias, são os representantes mais velhos das aldeias, ou seja, as primeiras famílias que chegaram ao local. Outra liderança institucionalizada pelos Deni é o *tuxaua*, um tipo de conselheiro local, responsável pelas questões externas das aldeias, que requerem contato com o branco, embora às vezes o papel do *tuxaua* em alguns casos se confunda com o do *patarahu*. Os Deni ainda qualificam como lideranças os professores, agentes de saúde e ainda as posições que gerenciam a ASPODEX, como presidente, vice-presidente, tesoureiro etc.

### Associação do Povo Deni do Xeruã - ASPODEX

Os Deni do rio Xeruã têm uma associação criada em 2006 com apoio do Conselho de Missão Entre Índios (COMIN), OPAN e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), cujo objetivo é atender as necessidades do povo Deni do Rio Xeruã. Segundo depoimento de seus gestores, a possibilidade de não depender de outras entidades para elaboração de projetos já é uma vitória, significa liberdade. Ainda que hoje os Deni necessitem das entidades de apoio, a vontade de se tornar independente é uma demanda coletiva.

A estrutura da associação está constituída pelo presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e conselheiros fiscais (representantes de todas as aldeias), que são escolhidos através de eleições que ocorrem de quatro em quatro anos. Os membros, segundo o estatuto que rege a associação, são todos índios Deni do Rio Xeruã. A associação possui sub-sede em Carauari, devido ao apoio do COMIN. É o COMIN também que anualmente colabora diretamente para a realização da assembleia, através da organização da pauta temática e da disponibilização de recursos para o transporte de participantes.

A falta de experiência dos indígenas em administração básica gera uma grande demanda por realização de cursos, para que possam ter autonomia no gerenciamento da associação. Sua instância maior são as Assembleias, que objetivam a troca de

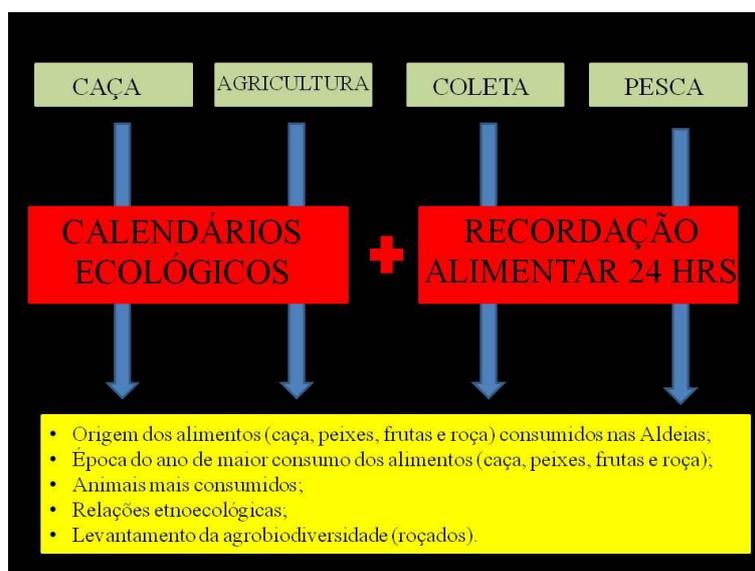
experiências dos vários atores envolvidos na realidade das aldeias, na tomada de decisões visando a melhorias nas práticas comunitárias e na resolução de problemas que tenham sido detectados ao longo do ano.

### 3.2.2. Avaliação Ecológica

A metodologia de levantamento biológico proposta por Sobrevilla & Bath (1996) e aperfeiçoada por Sayre et al. (2003), Avaliação Ecológica Rápida (AER), tem eficácia, pelos bons resultados obtidos em experiências anteriores, e eficiência por apresentar baixos custos e agilidade na sua realização (FRANÇOSO e BRANDÃO, 2008). Essa metodologia é utilizada com boas respostas para diagnósticos preliminares e direcionamentos de manejo em Unidades de Conservação, além disso, é flexível e adaptável para cada objetivo e proposta, porém não se propõe a descrever definitivamente as taxas e os processos ecológicos de uma determinada área (FRANÇOSO e BRANDÃO, 2008).

Para a realização da Avaliação Ecológica da terra indígena Deni, as metodologias priorizadas foram os calendários ecológicos e a recordação de alimentação (RECALL 24HS) (Figura 3). Além disso, a equipe de indigenistas que trabalhou juntamente com o povo Deni aplicou outra ferramenta de avaliação ecológica, o levantamento da agro-biodiversidade dos roçados das aldeias. De modo geral, buscou-se analisar os universos de gestão de recursos nas áreas de caça, pesca, agricultura e coleta florestal.

Figura 3: Metodologias utilizadas na avaliação ecológica.



Fonte: Projeto Aldeias - Conservação da Amazônia Indígena, guia de campo 2009 (OPAN, 2009).

## Calendários Ecológicos

A metodologia para a construção dos calendários ecológicos consistiu na apresentação do objetivo da atividade para a elaboração do plano de gestão e de seus possíveis usos pelos próprios indígenas, principalmente no meio educacional. Também foi feita uma breve explicação de como o homem começou a usar calendários, sua utilidade, assim como a exibição de exemplos de calendários em diferentes formatos - calendário Maia, Egípcio, Asteca, etc.

Os calendários foram construídos integralmente a partir das informações e conhecimentos dos indígenas, ficando à escolha deles o modo de representação das informações coletadas. Optou-se por sistematizar a coleta de informações segundo as categorias: estação do ano, caça, pesca, coleta, festas tradicionais e roça, de forma a facilitar a lembrança das principais atividades, produtos e conhecimentos relacionados a cada uma destas categorias. Iniciou-se pelo reconhecimento dos períodos/estações do ano indígena associados aos 12 meses do calendário formal. Depois foram seguidas mensalmente as atividades desenvolvidas e os conhecimentos ecológicos relacionados a cada período. A construção do calendário obedeceu as demandas indígenas quanto a profundidade das informações, à representação gráfica e aos idiomas para o produto final (LIMA et. al., 2012).

Como resultados dessa metodologia foram produzidos dois tipos de calendários: um feito apenas a partir da identificação de recursos de caça, pesca, agricultura e coleta florestal mais relevantes, para posteriormente estabelecer os ritmos de sazonalidade. E outro, elaborado a partir da auto-representação (desenhos) Deni.

Os calendários produzidos a partir da identificação dos recursos mais relevantes foram divididos em temáticas (caça, pesca, roçado e coleta), como visto na Figura 4.

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Phuvani						Vahanu					
Ta'u			Shetunaru			Shetukanaru			Phuvani		
Avi											
Avi	Avi	Avi	Avi	Avi							
Hizamã	Hizamã	Hizamã	Hizamã	Hizamã	Hizamã	Hizamã	Hizamã	Hizamã	Hizamã	Hizamã	Hizamã
Badu	Badu	Badu	Badu	Badu	Badu	Badu	Badu	Badu	Badu	Badu	Badu
Anubeza	Anubeza	Anubeza	Anubeza	Anubeza	Anubeza	Anubeza	Anubeza	Anubeza	Anubeza	Anubeza	Anubeza
Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi	Khamanuvi
		Shinama	Shinama	Shinama							
		Banipe	Banipe	Banipe	Banipe						
Sura											
Sura											
Zuvihi	Zuvihi	Zuvihi									
Manu	Manu	Manu									
Pishiveshe	Pishiveshe	Pishiveshe									
Humu	Humu	Humu									
Zazi'u	Zazi'u	Zazi'u									
Idiku											
Dapu	Dapu	Dapu	Dapu	Dapu	Dapu	Dapu	Dapu	Dapu	Dapu	Dapu	Dapu
Vaha	Vaha	Vaha	Vaha	Vaha							
Aburu	Aburu	Aburu	Aburu	Aburu							
Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu	Kahadukhu
Vashuri	Vashuri	Vashuri	Vashuri	Vashuri	Vashuri	Vashuri	Vashuri	Vashuri	Vashuri	Vashuri	Vashuri
Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva	Zanikuva
Apau	Apau	Apau	Apau	Apau	Apau	Apau	Apau	Apau	Apau	Apau	Apau

Figura 4: Calendário de caça feito em 2010 na aldeia Itauba.

Podemos observar que nesses tipos de calendários, como visto no calendário de caça, os indígenas optaram por descrever os recursos que são obtidos dividindo-os de acordo com as estações de inverno (*Puvani*) e verão (*Vahanu*) e, posteriormente, subdividindo em: enchente (*ta'u*), cheia (*Shetunaru*), vazante (*Shetukanaru*) e seca (*Phuvani*). Além disso, os Deni também optaram por elaborar os calendários utilizando os nomes nativos dados aos recursos (ANEXO A).

O outro tipo de calendário foi elaborado a partir da auto-representação (desenhos) Deni das atividades mais importantes para eles ao longo do ano (Figura 5). Vale ressaltar que o calendário de desenhos representou um rico material ilustrativo e pedagógico que foi solicitado pelos Deni para finalidades didáticas nas aldeias.

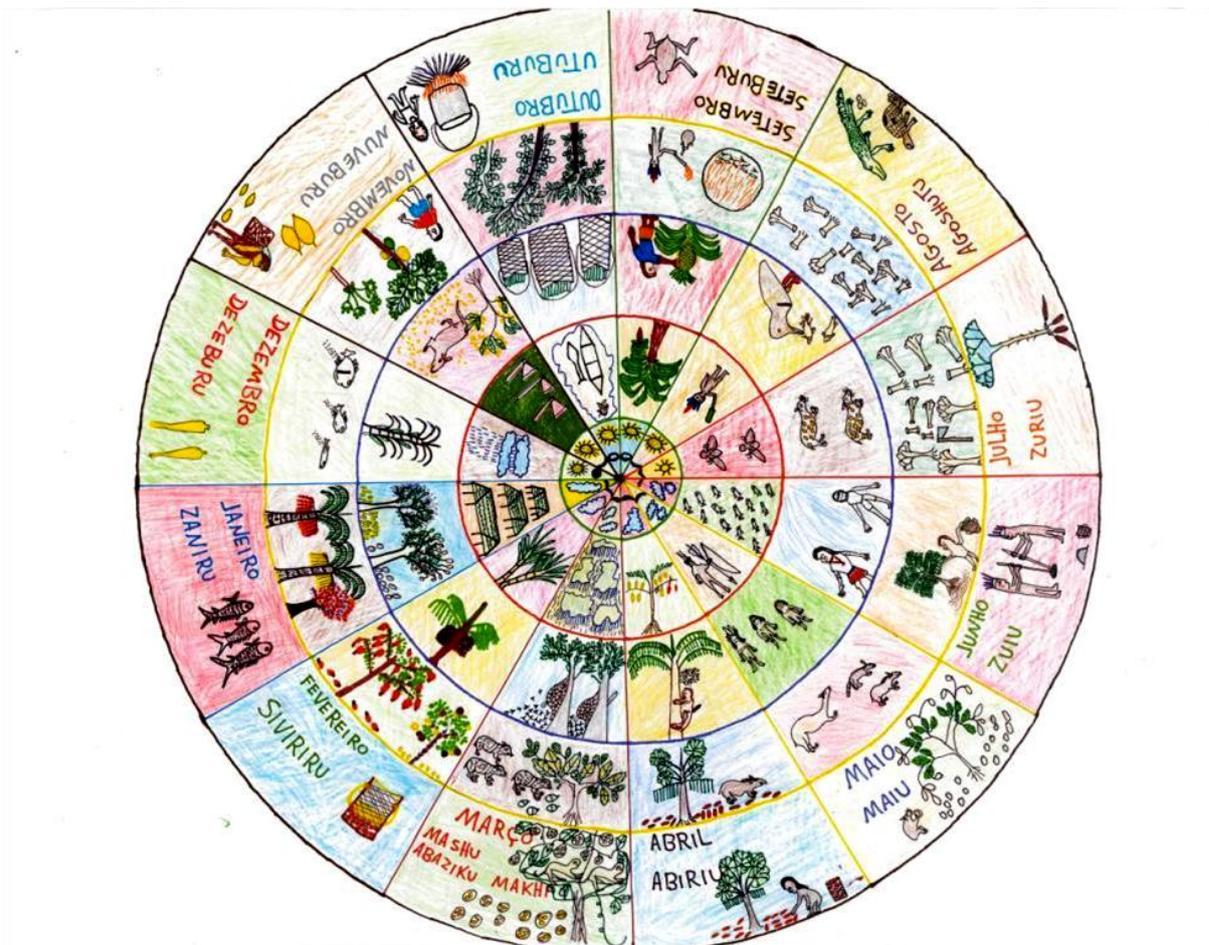


Figura 5: Calendário com representações Deni de atividades realizadas ao longo do ano.

A partir da construção desse tipo de calendário foi possível identificar períodos de frutificação, épocas de festas, relações etnoecológicas, relações ecológicas e períodos de coleta, pesca, caça, etc. Essas informações ficaram evidentes a partir de desenhos que mostraram, por exemplo, que “no mês de março o queixada come fruta da seringa que está caída”. Ou que “no mês de maio são encontradas cutias comendo castanha e que é uma boa época para caçadas, pois os animais estão gordos”, etc. No “mês de agosto é época da desova do trajaá e jacaretinga”, que coincide com o mês que marca o fim da derrubada das árvores para fazer os roçados, etc.

Assim como no outro tipo de calendário produzido, também foi possível observar que nesses calendários os Deni também representaram os períodos/estações do ano indígena associados aos 12 meses do calendário formal. Inclusive escrevendo os nomes dos meses do ano na língua nativa e em português.

## Recordação de Alimentação (RECALL 24HS)

A entrevista de Recordação de Alimentação (RECALL 24HS) tem por objetivo relatar o consumo de todos os alimentos e bebidas ingeridos durante um período de 24 horas. Este período pode ser o dia anterior, desde o desjejum até a ceia, ou as últimas 24 horas precedentes à entrevista (PALANIAPPAN et al., 2003; BUZZARD, 1998; FREUDENHEIM, 1993).

Tendo o cuidado de obter-se dados confiáveis a partir das informações coletadas, os pesquisadores optaram por realizar as entrevistas em, pelo menos, 25% das unidades domiciliares de cada aldeia e repetindo duas vezes as entrevistas: uma para cada período do ano (inverno/verão). Nas entrevistas eram aplicadas fichas (ANEXO B) para obtenção de informações como: o que o entrevistado comeu em cada refeição (desjejum, almoço e ceia) do dia anterior, onde obteve o alimento, quanto pesava, quantas pessoas (crianças e adultos) comeram, etc. Posteriormente, todos os dados foram consolidados em arquivos Excel, para possibilitar uma melhor sistematização das informações.

Como resultados das entrevistas de recordação alimentar foi possível obter dados relativos a quantidade consumida de recursos de caça, pesca, coleta e dos roçados em diferentes épocas do ano (cheia, seca, enchente, etc.) nas aldeias. Principais recursos naturais coletados na floresta, sejam espécies de frutas (coletadas para consumo), espécies de cipós (coletadas para fazer artesanatos) ou espécies de palhas (coletadas para utilização na construção de casas), e as espécies de peixes e animais de caça mais consumidos nas aldeias. Além disso, também foi possível identificar os locais que sofrem maior pressão de retirada desses recursos nas diferentes aldeias, tais como os principais locais de pesca da aldeia Morada Nova (Figura 6).

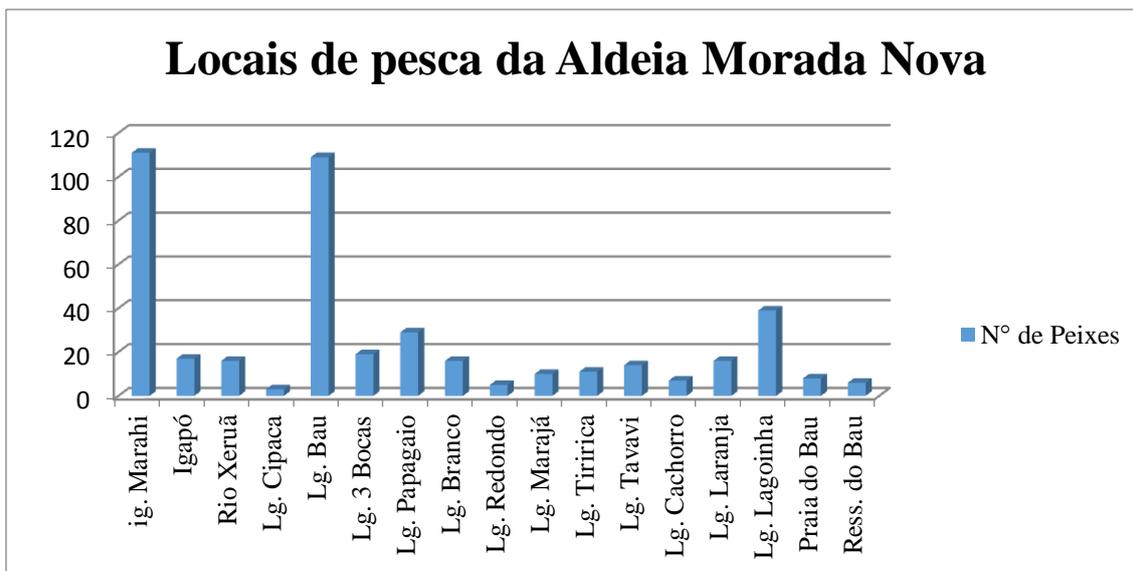


Figura 6: Principais locais de pesca da aldeia Morada Nova.

Na figura 6 podemos observar que, não por acaso, os principais locais de pesca dessa aldeia são o igarapé *Marahi* e o lago Bau. Esses, são os locais de mais fácil acesso pelos indígenas dessa aldeia, pois a aldeia Morada Nova localiza-se às margens do igarapé *Marahi* e, dessa forma, esse ambiente sofre grande pressão de pesca. Da mesma forma que o lago Bau, que está localizado alguns metros acima da foz do igarapé *Marahi*, às margens do Rio Xeruã.

Esse tipo de constatação feita a partir dos resultados das entrevistas de recordação alimentar, foi uma tendência observada em todas as quatro aldeias Deni do Rio Xeruã. Essas informações, localizando onde a pressão sobre os recursos é maior, também foram utilizadas na construção do etnomapeamento, agregando informações ao banco de dados do sistema de informações georeferenciadas.

### Levantamento da Agrobiodiversidade dos roçados

Segundo a FAO (1999), a agrobiodiversidade consiste na diversificação de plantas, animais e microrganismos utilizados direta ou indiretamente para alimentação e agricultura, incluindo a diversidade dos recursos genéticos e espécies utilizadas para fins medicinais, fibra e combustível. Assim, a agrobiodiversidade não inclui apenas espécies alimentícias, mas também espécies que são utilizadas para fins terapêuticos e matéria-prima. A agrobiodiversidade é gerida por agricultores, sem os quais muitos componentes não sobreviveriam à interferência humana. Nesse contexto, o conhecimento local e a cultura são considerados partes integrantes da gestão da

biodiversidade agrícola, pois molda e conserva esta dinâmica relação entre sociedades humanas e os outros seres vivos (CONWAY, 1987; FAO, 1999; MARZALL, 2007).

Essa ferramenta de avaliação ecológica foi aplicada através de visita aos roçados de cada aldeia, acompanhado de indígenas, onde eram perguntadas e observadas informações a respeito do tamanho da área do roçado, para quantas famílias ele servia e o que tem plantado no roçado. Além disso, em cada roça, foram marcadas as coordenadas geográficas para posterior utilização na elaboração do etnomapeamento.

Como resultado das visitas aos roçados podemos observar que os roçados Deni possuem uma área média de 2,9 ha. E cada roçado serve, em média, para 9 famílias (Tabela 9)

Tabela 9: Principais culturas encontradas nos roçados das aldeias Deni (2010).

NOME DENI	NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO
Kashuri	Cana	<i>Saccharum officinarum</i>
Himeka	Macaxeira	<i>Manihot esculenta Crantz</i>
Biha	Cará	<i>Dioscorea alata L.</i>
Harishi	Batata doce	<i>Ipomoea batatas</i>
Sava	Taioba	<i>Xanthosoma sagittifolium</i>
Tapa	Milho	<i>Zea mays L.</i>
Sipari	Banana	<i>Musa spp.</i>
Zupati	Cajú	<i>Anacardium occidentale</i>
Kavazu	Mamão	<i>Carica papaya</i>
Shami	Abacaxi	<i>Ananas comosus L. Merril</i>
Vekama	Timbó	<i>Ateleia glazioveana Baill</i>
Zavida	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>
Imi	Ingá	<i>Inga edulis</i>
Ukuru	Ariá	<i>Calathea allouia</i>
Shina	Tabaco	<i>Nicotiana tabacum</i>
Vamure	Algodão	<i>Gossypium hirsutum L.</i>
Hidepe	Urucum	<i>Bixa orellana</i>
Kashi'i	Pimenta	<i>Capsicum spp</i>

Vale salientar que, esses são dados genéricos das espécies encontradas, pois ficou bastante evidente no momento das visitas que existe um número elevado de variedades de cana, banana, taioba, macaxeira, milho, abacaxi, cará, pimenta, etc.

Foi observado também que, além das culturas frequentemente encontradas em roçados, ainda foram encontradas outras como o Timbó, utilizado em algumas ocasiões

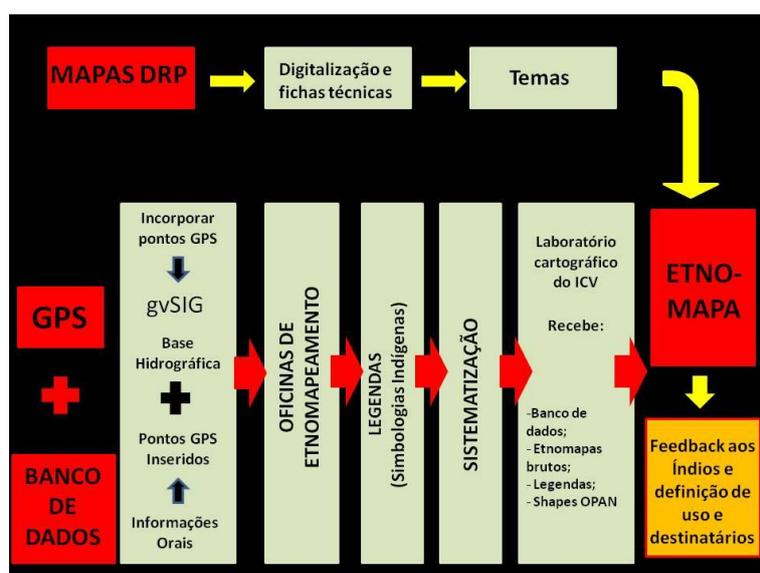
na pesca nos igarapés, o urucum, na pintura corporal, e o tabaco, utilizado para fazer o rapé. Esses achados estão de acordo com o conceito segundo a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) (1994), que diz “Agrobiodiversidade é uma parcela da biodiversidade utilizada pelas comunidades locais, povos indígenas e agricultores familiares na agricultura, ou em práticas correlatas, na natureza, de forma domesticada ou semi-domesticada”.

### 3.2.3. Etnomapeamento

As atividades de etnomapeamento desenvolvidas basearam-se na implementação de metodologias participativas buscando dar destaque à perspectiva dos atores indígenas locais, a partir das suas concepções de territorialidade. Utilizou-se de diversos referenciais teóricos e metodológicos que, em função das características culturais dos Deni, tiveram que ser adaptados. Os referenciais acessados foram:

- A concepção da Nova Cartografia Social, que prioriza a visão dos sujeitos sociais sobre seu território (CYNTHIA et. al., 2011);
- A aplicação de ferramentas da cartografia e dos Sistemas de Informações Geográficas em usos participativos com os atores indígenas (SZTULMAN, 2006);
- O roteiro metodológico de Mapeamento Cultural Colaborativo proposto pelo ACT Brasil (ACT BRASIL, 2008), adaptado para as especificidades de cada comunidade Deni.

Figura 7: Etapas da construção do etnomapeamento.



Fonte: Projeto Aldeias - Conservação da Amazônia Indígena, guia de campo 2009 (OPAN, 2009).

O primeiro passo, após a definição da área a ser pesquisada e o que seria representado no mapa, foi propor aos indígenas que fizessem um mapa mental (mapa cognitivo) (SZTULMAN, 2006) das áreas de uso de recursos naturais de cada aldeia. Cada mapa cognitivo era obrigatoriamente acompanhado por uma ficha técnica (ANEXO C), que continha informações como: data da elaboração do mapa, aldeia onde o mapa foi elaborado, os participantes da elaboração, descrição do mapa, a metodologia aplicada na elaboração, o tema de territorialidade destacado no mapa (caça, pesca, agricultura, coleta, etc). É importante ressaltar que após a elaboração do desenho os indígenas já faziam uma classificação prévia dos locais de acordo com a pressão de uso, pintando de vermelho as áreas de uso intensivo, de verde as áreas de uso esporádico e de marrom as áreas de pouco uso. Em seguida, para concluir, os locais foram numerados e nomeados. Após esse processo, já com os mapas prontos, eram digitalizados (Figura 8), resultando num conjunto de informações que serviu de base para a construção do etnomapa.

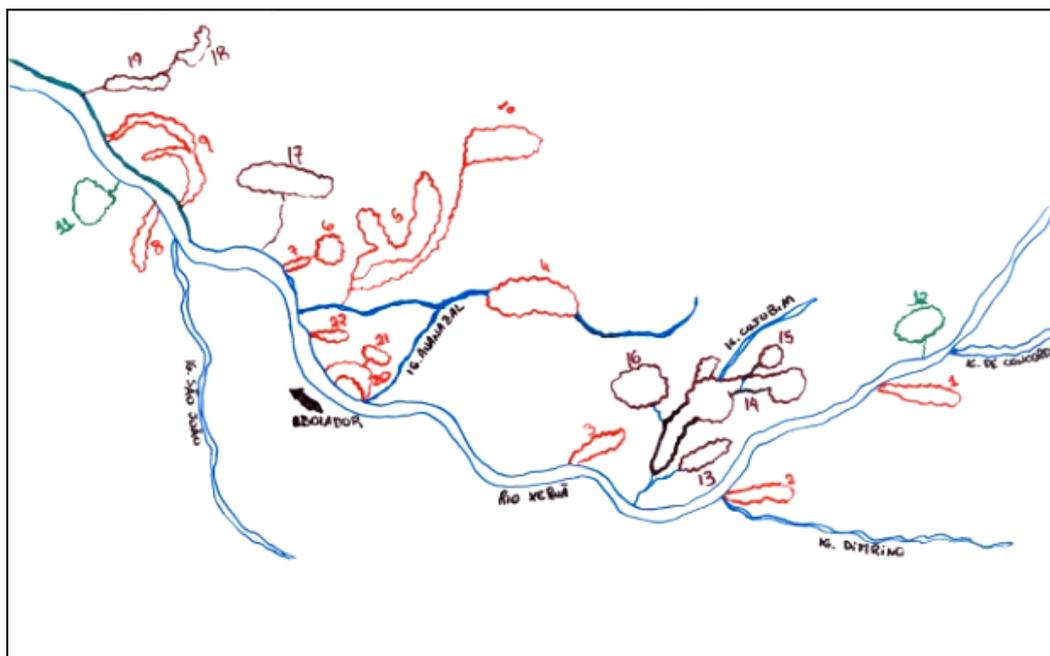


Figura 8: Mapa mental das áreas de pesca da aldeia Boiador.

Em seguida, partimos para o que foi considerado o ponto de partida de todo processo de construção do etnomapa, o banco de dados, criado para armazenar e sistematizar as informações georreferenciadas da Terra Indígena. As informações, coletadas anteriormente em campo, serviram de base para estruturar as categorias do banco de dados (Tabela 10), facilitando a sistematização e o detalhamento das áreas mapeadas. O processo de alimentação do banco de dados iniciou-se com a sistematização, em planilhas do Excel, das

informações previamente coletadas para posterior migração das mesmas para o Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Tabela 10: Modelo de Banco de Dados utilizado no etnomapeamento.

ID	LAT	LONG	X	Y	nome pt	nome nativo	hidrografia	relevância cultural	agricultura	caça	pesca	extrativismo	conflito	fotografia	nome ponto gps	Obs.
	graus dec	graus dec	UTM	UTM				aldeia atual	quintal	caça de capoeira	pesca subsistência	tradicional	exploração rec natural	há foto		
								aldeia antiga	pomar	caça subsistência	pesca comercial	de mercado	arrendamento	não há foto		
								acampamento	roça atual	caça comercial	pesca mista		residência não indígena			
								cemitério	roça antiga	caça ritual	quelônios		foco de pressão			
								local de contato	criação animais	barreiro	peixe-boi		índios 'bravos'			
								local simbólico			jacaré		casavigilância			
1																
2																
3																
4																
5																

Fonte: Projeto Aldeias - Conservação da Amazônia Indígena, guia de campo 2010 (OPAN, 2010).

As coletas de dados em campo, realizadas com a utilização do GPS GARMIN 60 CSX, foi um processo contínuo e contou com envolvimento tanto dos indígenas quanto, principalmente, dos “pesquisadores indígenas”, que foram treinados no uso do GPS e na compreensão do processo de construção do etnomapa.

Posteriormente, com a utilização em aldeia do programa GVSig e o auxílio dos “pesquisadores indígenas” de cada aldeia, alguns pontos foram incorporados nos shapes do etnomapa em construção a partir das informações orais dos participantes indígenas, levando em conta as referências, sobretudo da base hidrográfica e dos pontos já previamente inseridos a partir das informações coletadas nos mapas cognitivos. Na ocasião aproveitou-se para fazer a conferência desses pontos com os “pesquisadores indígenas”.

O próximo passo foi a realização das oficinas de etnomapeamento em cada uma das aldeias da terra indígena Deni, atividade que contou com a participação de um técnico do ICV.

O roteiro metodológico proposto para as oficinas de etnomapeamento envolveu os seguintes passos:

- a) Apresentação dos objetivos do etnomapeamento e da metodologia de trabalho;
- b) Apresentação do vídeo “Placa Não Fala” dos índios Waiãpi produzido pelo Vídeo nas Aldeias;
- c) Debate sobre o vídeo;
- d) Discussão sobre a importância do etnomapa;
- e) Apresentação em power point de conceitos e noções básicas de Cartografia;
- f) Oficina de identificação e coleta de informações através de interpretação visual a partir da imagem de satélite impressa de pontos de interesse da comunidade (Figura 9a);
- g) Conferência dos pontos identificados na imagem de satélite em SIG (Figura 9b).



Figura 9: a) Identificação e coleta de informações pela interpretação visual de imagem de satélite; e b) conferência dos pontos em SIG.

Devido às especificidades de cada aldeia, esse roteiro teve que ser flexibilizado, resultando em adaptações para melhor se ajustar a dinâmica de cada comunidade. O roteiro metodológico foi aplicado usando uma didática facilitadora, que consiste em usar exemplos de coisas já conhecidas pelos indígenas facilitando assim o processo de entendimento. O uso dessas metodologias facilitadoras funcionou muito bem, pois levava os indígenas a uma compreensão maior nos momentos de interpretação visual da imagem de satélite impressa, no manuseio do GPS e na leitura das coordenadas geográficas.

No total foram mapeados 550 locais na terra indígena Deni, sendo 260 pontos visitados e 290 pontos inseridos diretamente no programa GVSig, a partir das informações orais dos “pesquisadores indígenas” e das informações coletadas nos mapas cognitivos. Podemos observar que entre as subcategorias de hidrografia que foram mapeadas, a subcategoria Lago foi bastante significativa, pois representa 63%

dos pontos mapeados (Figura 10). Isso representa uma ótima ferramenta para o desenvolvimento de estratégias de manejo para o Pirarucu, pois segundo Carvalho (2006), o conhecimento do espaço geográfico em todas as suas dimensões é, atualmente, essencial para o planejamento e gestão ambiental.

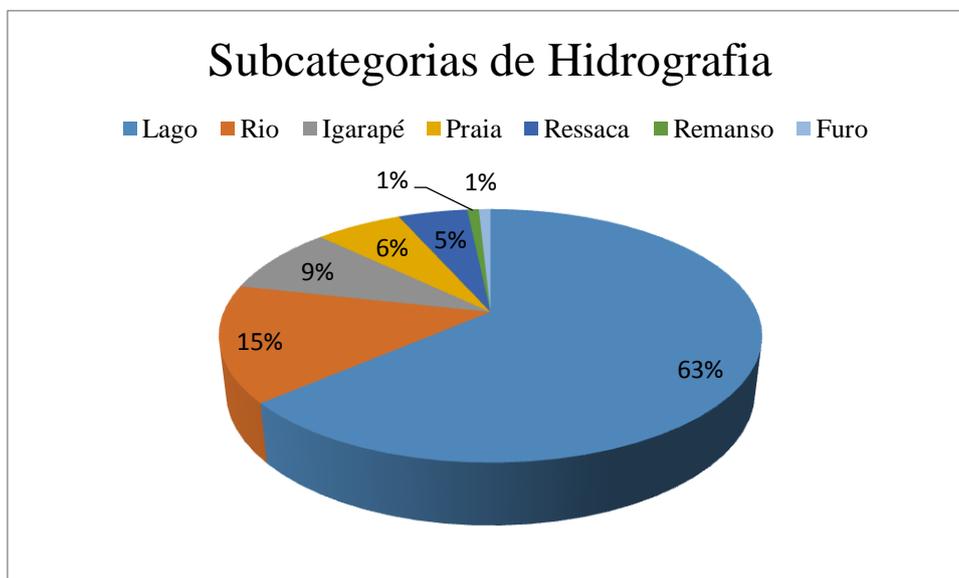


Figura 10: Porcentagem das subcategorias de hidrografia.

Em seguida, foram realizadas nas aldeias oficinas de elaboração das legendas do etnomapa. Essas oficinas contavam com metodologias participativas que colocavam em evidência as simbologias indígenas através de desenhos que representavam os usos e práticas de Gestão dos Recursos Naturais. Os desenhos eram orientados de acordo com as categorias existentes no banco de dados (Barreiro, roça antiga, roça atual, lago, igarapé, aldeia antiga, aldeia atual, coleta de andiroba, coleta de frutas, etc.). Após a conclusão, os desenhos foram digitalizados e sistematizados, para a composição final dos etnomapas. Para cada subcategoria de hidrografia foi feito um desenho que serviria como legenda específica para aquela subcategoria no etnomapa, como mostrado na figura 11.

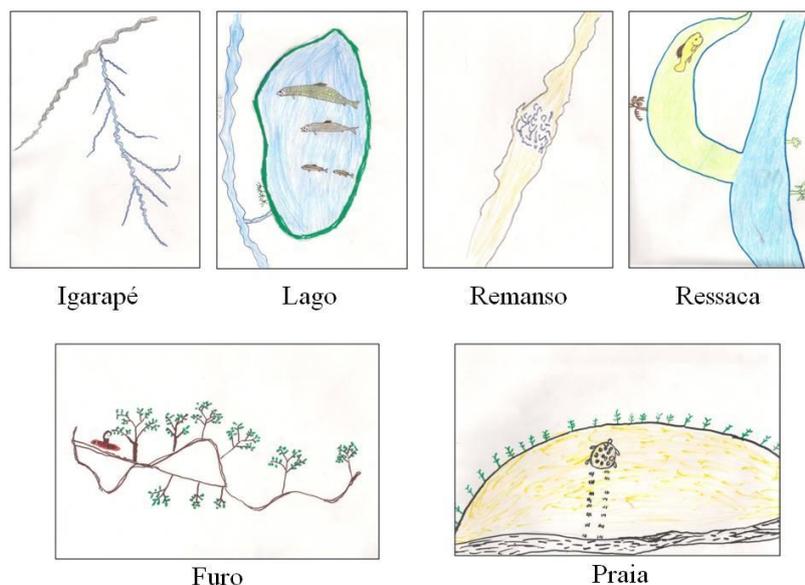


Figura 11: Legendas das subcategorias de hidrografia.

Segundo Atilde & Martins (2005), é interessante observar que os organismos mais frequentes nas legendas são aqueles que assumem algum valor de importância para os comunitários, quando considerados os valores de uso direto, indireto e místico. Este fato pode estar relacionado com os critérios adotados pelo grupo social na percepção e classificação dos organismos vivos, pois como salienta Hunn apud Begossi et al. (2002), organismos que são considerados notáveis ou mesmo perigosos, recebem uma atenção maior.

Nos desenhos feitos pelos Deni para as subcategorias de hidrografia (Figura 11) podemos observar que existem dois animais que assumem grande importância, pois aparecem relacionados a dois ambientes retratados nas legendas do etnomapa. Na legenda que representa o Lago podemos observar que foi desenhado também o Pirarucu (*Arapaima gigas*) dentro do lago, e na legenda que representa a Praia podemos observar que foi desenhado o Tracajá (*Podocnemis unifilis*) na praia. No seu relatório de levantamento ambiental, Pezzuti (1999) descreve bem o que foi desenhado pelos Deni na legenda para subcategoria Praia, nele ele diz que grandes pescarias de quelônios e coletas de ovos nas praias são realizadas quando o período de nidificação está terminando, e envolvem viagens relativamente longas, de mais de uma semana.

Posteriormente, já na fase final de elaboração dos etnomapas, o banco de dados, etnomapa bruto, Shapes elaborados pela equipe e sistema de legendas foram

encaminhados para o coordenador do projeto, que os apresentou ao laboratório cartográfico do ICV para organização e elaboração final dos etnomapas digitalizados.

Ainda como resultado do etnomapeamento, foram identificadas algumas áreas de invasão ao território indígena (Figura 12). O mapeamento dessas áreas foi de grande importância para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes de vigilância, intensificando-as nos pontos onde ocorrem mais invasões no território indígena. A posse desses dados, também possibilitou aos Deni uma melhor articulação com o poder público (FUNAI, IBAMA, etc.) no sentido do desenvolvimento de estratégias mais eficientes de proteção territorial. É importante salientar que, conforme pode ser observado na Figura 12, no etnomapa elaborado não foi representada toda a Terra Indígena Deni, foi representada apenas a porção ocidental da T.I, que engloba a bacia do Rio Xeruã, onde o trabalho foi desenvolvido.

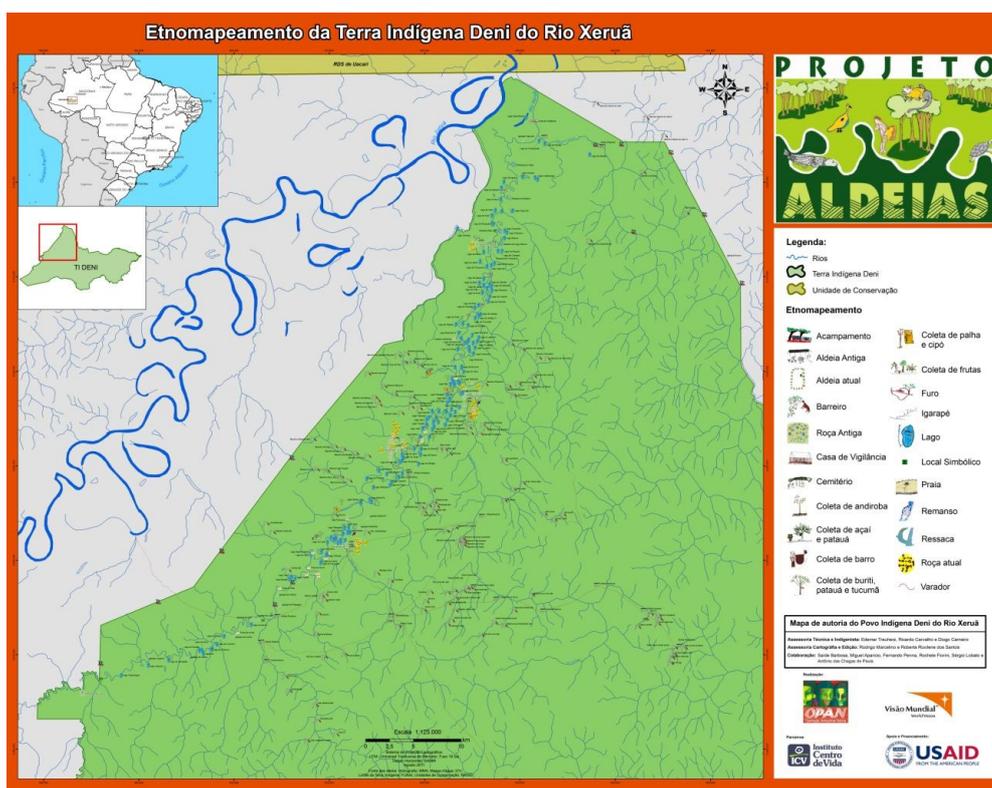


Figura 12: Etnomapa da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã.

Na figura 13, podemos observar em destaque a aldeia Morada Nova e, de acordo com as legendas do etnomapa, também podemos identificar locais de barreiros, roçados novos e velhos, locais de coleta de barro, locais de coleta de palha e cipó, lagos e locais de coleta de açaí e patauá. Um ponto interessante em se levar em consideração é que, todos esses locais estão em torno da aldeia, portanto devem ser monitorados

principalmente com relação a pressão exercida sobre esses locais para retirada de recursos, pois por tratarem-se de locais próximos à aldeia serão os locais preferencialmente escolhidos para retirada dos recursos naturais.

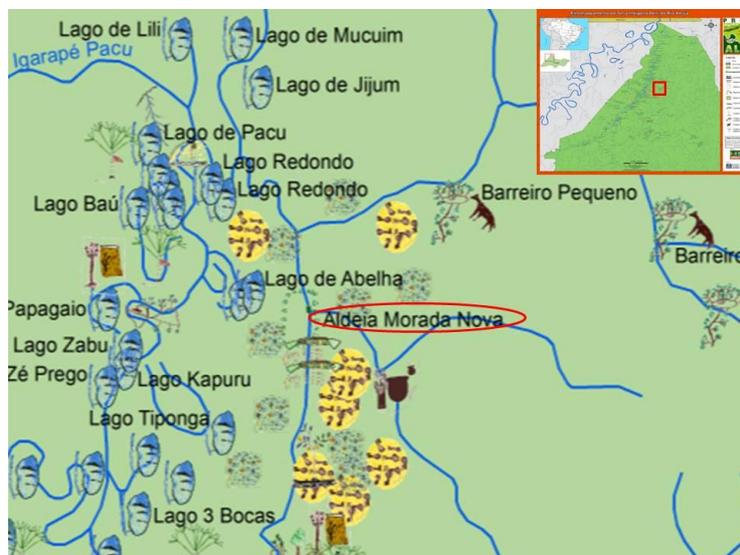


Figura 13: Zoom no etnomapa mostrando a região do entorno da aldeia Morada Nova.

## Validação do etnomapeamento

Foram realizadas reuniões em todas as aldeias para se apresentar o etnomapa pronto, aproveitando a ocasião também para validar as informações nele contidas (Figura 14) e discutir os próximos passos do processo. A revisão do mapa teve como finalidade apresentar aos pesquisadores e à comunidade uma versão preliminar dos mapas, revisar os trabalhos, identificar possíveis erros ocorridos nos trabalhos de gabinete, validar a conclusão dos trabalhos desenvolvidos com a apresentação e revisão do produto final, o etnomapa (ACT BRASIL, 2008).



Figura 14: Validação das informações contidas no etnomapa, a) aldeia Itauba , e b) aldeia Morada Nova.

Nessas reuniões também foi feito o vínculo entre a discussão sobre o etnomapa e as atividades participativas de diagnóstico e avaliação ecológica, conectando os dados obtidos a respeito das pressões sobre os recursos com as localidades. Esta estratégia buscou despertar a percepção de que é necessário gerir melhor os recursos naturais de modo que possam ser usufruídos pelas gerações futuras.

Segundo Opan (2011b), os etnomapas produzidos integraram tanto representações cognitivas dos povos indígenas quanto informações geoprocessadas em Sistemas de Informação Geográfica. Portanto, os Etnomapas, são produtos destinados às próprias comunidades indígenas e devem permanecer direta e explicitamente sobre controle indígena. Por isso, são as próprias comunidades indígenas que devem estabelecer o perfil dos destinatários, o uso e publicidade eventual dos etnomapas, e a possibilidade de ampliar ou restringir o leque de informações passível de divulgação externa.

Com referência aos usos políticos dos etnomapas, formulou-se algumas perguntas norteadoras para auxiliar os indígenas nos processos de decisão de como os mapas seriam utilizados. Estas incluíam questões tais como: Quais informações devem aparecer nos mapas? Quais informações devem ser preservadas? O que pode ser divulgado ou não? O que vamos fazer com esse mapa? Quem não deve ter acesso a essas informações? Quais são os destinatários dos mapas? Com base nessas afirmações, no momento das reuniões de validação do etnomapa, realizadas em todas as aldeias, a resposta dos Deni as perguntas feitas pela equipe, relativas ao uso político do etnomapa, foi de que a divulgação do etnomapa deveria ser restrita ao uso interno nas aldeias, e a disponibilização apenas para as instituições parceiras que atuam junto aos Deni, como: OPAN, CIMI, COMIN e FUNAI.

Apesar de nesse momento a discussão sobre a construção do plano de gestão já estar amadurecida, foi nessa fase do processo que ela foi mais aprofundada, através da apresentação didática de planos de gestão de outras terras indígenas, aproveitando o momento para, mais uma vez, explicar o que é um plano de gestão e para que servia tudo que estava sendo produzido no âmbito do projeto. Evidenciando ainda mais o caráter participativo do processo de construção do plano de gestão, outro ponto importante das reuniões foi a definição das temáticas sobre as quais se organizaria a estrutura base dos planos e, juntamente a isso, foi feita uma indicação, por parte das

aldeias, de “pesquisadores indígenas” que ficaram responsáveis em incentivar a discussão de Indicativos de Gestão (regras de uso) nas aldeias.

Segundo ACT Brasil (2008), essa escolha é feita pela comunidade considerando sua organização social, formas de decisão política e tradições culturais. Nesse processo, os pesquisadores coletam informações sobre o conhecimento tradicional territorial e cultural da comunidade através de discussões realizadas na ausência da equipe técnica, e posteriormente, as repassam para equipe. Seguindo esse raciocínio, foram fornecidos aos pesquisadores, kits para levantamento preliminar dos indicativos de gestão que posteriormente seriam repassados aos técnicos no momento da realização da oficina de etnozoneamento e construção do plano de gestão, próximos passos do processo.

Além disso, os Deni avaliaram positivamente os etnomapas e apontaram ainda novas informações sobre áreas de uso de recursos naturais e de manejos indígenas, informações que foram incorporadas ao longo do processo de construção do Plano de Gestão.

#### 3.2.4. Etnozoneamento e elaboração dos indicadores de gestão

Nesse tópico apresento uma visão geral da metodologia e dos resultados obtidos na oficina de etnozoneamento, dando ênfase aos zoneamentos das áreas de pesca e vigilância.

A oficina de etnozoneamento contou com a participação dos pesquisadores indígenas, das lideranças indicadas pela comunidade, da equipe indigenista da OPAN e dos consultores do ICV. Também foi proposta a participação de representantes de organizações indígenas e da FUNAI, mas os indígenas acharam pertinente a participação desses atores em outro momento do processo. Essa atividade teve como foco a construção dos etnozoneamentos temáticos e o avanço no modelo para elaboração do Plano de Gestão.

Após uma breve apresentação dos participantes a oficina iniciou-se com a apresentação da linha do tempo de todo o processo, que teve o objetivo de relembrar as atividades desenvolvidas até então. Foram apresentadas as fotos e resultados, em powerpoint e datashow, da elaboração do diagnóstico socioambiental, da construção do calendário ecológico, dos mapas cognitivos, do manejo de pesca e da elaboração do

etnomapeamento nas aldeias. A interação dos indígenas neste momento foi grande através do reconhecimento do trabalho que foi construído nas aldeias do qual alguns deles foram autores. Em seguida foram apresentados exemplos de planos de gestão em outras terras indígenas da Amazônia, para que os participantes conhecessem o trabalho realizado por outras etnias em outras áreas.

Ao discutir “O que é Plano de Gestão e para que serve?” realizou-se uma dinâmica sobre percepções e conhecimentos dos indígenas sobre o tema. A partir das percepções dos participantes foi iniciada a discussão e apresentação dos conceitos. Para tanto buscou-se fazer a relação com as atividades apresentadas anteriormente na linha do tempo e assim expor o passo a passo da construção (Figura 15), evidenciando o momento atual do processo que é o etnozoneamento, até a construção do plano de gestão da terra indígena Deni. Para finalizar foi apresentado o conceito de etnozoneamento e sua função na elaboração do plano de gestão.



Figura 15: Passo a passo da construção do plano de gestão ambiental.

Esse momento da reconstrução dos passos para elaboração do plano de gestão, foi bastante interessante para os indígenas, pois possibilitou a eles a visão geral de todo o processo, o resgate das etapas que já haviam sido percorridas, a identificação de qual etapa estavam no momento e a recordação de que eles participaram ativamente de todas as etapas percorridas.

O conceito de plano de gestão obtido após as discussões realizadas pelos indígenas foi de que esse é um documento composto por mapas e regras que iria auxiliá-los a gerir os seus recursos para viver bem hoje e no futuro. Além disso, que o documento, dentro da terra indígena, iria melhorar a qualidade de vida (saúde,

educação, moradia, etc.) nas aldeias, e fora da terra indígena iria ajudar nas discussões com as instituições envolvidas no dia a dia deles (FUNAI, SESAI, Prefeituras, etc.).

No segundo dia da oficina a primeira atividade foi um momento de revisão dos conceitos vistos no dia anterior. Essa foi uma estratégia importante para fixação das informações e esclarecimento de dúvidas dos participantes. Logo após, iniciamos a coleta de informações dos pesquisadores indígenas que puderam apresentar os desenhos e textos elaborados por eles (Figura 16), para o plano de gestão, nas reuniões realizadas nas aldeias antes da oficina de etnozoneamento. Essas informações agiram como subsídio inicial para a construção das regras de uso e gerou a elaboração de uma lista de necessidades atuais do povo Deni. Este momento foi bastante rico, pois os pesquisadores trouxeram muitas informações já sistematizadas por temáticas. Todas as informações foram arquivadas para posterior discussão entre os participantes da oficina.



Figura 16 (a e b): Pesquisadores indígenas e lideranças apresentando informações coletadas nas aldeias.

Finalizada a colheita das informações, teve início o trabalho com os etnomapas, objetivando revisar as informações, corrigir ou acrescentar algo importante que tenha faltado e identificar as temáticas de uso dos recursos naturais. Para essa etapa do trabalho foi sobreposta uma folha de acetato no etnomapa. Em seguida, os indígenas identificavam e marcavam os pontos ausentes do mapa. Nesse momento também foram descritos e desenhados no acetato alguns caminhos utilizados pelos indígenas para acesso a barreiros, lagos, cidades vizinhas, etc. Posteriormente, a folha de acetato foi utilizada para incorporação dos pontos marcados no etnomapa, através do programa GVSig. Além disso, as informações relacionadas aos pontos marcados foram anotadas para posteriormente ser incorporadas ao banco de dados do etnomapa final.

A partir da visualização das informações obtidas e descritas no etnomapa foram identificadas 5 temáticas de uso dos recursos naturais, à saber, caça, pesca, roçado,

coleta e vigilância. Nesse momento também começaram as discussões a respeito das categorias de zoneamento que iriam ser utilizadas para cada temática. Os indígenas identificaram e mapearam as zonas com diferentes intensidades de uso para cada temática. Esse processo foi realizado com a utilização de uma folha de acetato sobreposta ao etnomapa. Esse foi o momento em que as áreas de uso, e de reserva foram delimitadas, a partir da visualização dos pontos inseridos no etnomapa. Dessa forma, as áreas que não foram mapeadas, representavam naturalmente áreas de preservação, por serem pouco acessadas.

Na discussão sobre as categorias de etnozoneamento foram apresentadas aos indígenas algumas categorias de Zoneamento Econômico-Ecológico, como: Zonas intensivas (áreas de uso cotidiano consolidado: áreas de pesca cotidiana); Zonas extensivas (áreas de pesca sazonal, áreas de uso não permanente dos recursos naturais); Zonas de risco (áreas de conflito, áreas de invasão, áreas que requerem readequação de uso ou com sobre-exploração de recursos naturais); Zonas preservadas (áreas com baixo ou nulo impacto antrópico, com índice de conservação alto ou extremamente alto); Zonas de pesca, que poderiam ser divididas em: Zona de pesca de subsistência, Zona de pesca comercial e Lagos de reserva. Nesse ponto foi necessário um cuidado especial, pois a inclusão das categorias de ZEE sem “cruzamento” com as denominadas “categorias nativas” era questionável, uma vez que atribui uma perspectiva exógena. Por isso foi fundamental promover uma análise adequada feita pelas lideranças e pesquisadores indígenas que participaram do processo.

Segundo OPAN (2011b), as “categorias de Zoneamento Econômico-Ecológico” que foram apresentadas (convencionalmente aplicadas em unidades de conservação) estavam situadas simplesmente como proposta indicativa. Por isso, duas considerações foram ponderadas: A leitura de ZEE não pode ser unilateral: tal como afirmado anteriormente, ocorre conjugá-la com a “leitura indígena” do território (categorias nativas). Por outro lado, a aplicação de categorias de ZEE torna-se interessante para dimensionar o potencial de conservação dos manejos e práticas indígenas, que podem assim adquirir mais visibilidade como bons modelos amazônicos de gestão da biodiversidade.

Observando as categorias de Zoneamento Econômico-Ecológico propostas, os indígenas optaram por utilizar duas expressões indígenas que, em suas respectivas



utilizados pelos indígenas eram os lagos e igarapés que ficavam nas imediações das aldeias.

Uma importante observação realizada é que o resultado do zoneamento das áreas de pesca foi bastante satisfatório e com grande perspectiva dele realmente ser respeitado, pois durante todo o convívio com os Deni nas atividades cotidianas das aldeias, a equipe indigenista observou que as áreas que foram delimitadas pelos indígenas como áreas de reserva, dificilmente são acessadas por eles para retirada de recursos pesqueiros, ou por estarem muito distantes ou por apresentarem dificuldades de navegação até esses locais.

No zoneamento das áreas de vigilância os Deni delimitaram as áreas de perigo de invasão, a partir dos pontos coletados e descritos no etnomapa de locais onde se tinha conhecimento de constantes invasões na terra indígena. Essas áreas de perigo de invasão na categoria indígena foram chamadas de *Butibuti Nahade* (área em vermelho). Com relação às áreas de vigilância, os Deni, em discussões com a equipe técnica, decidiram delimitar toda a área de ocorrência de pontos mapeados no etnomapa, pois foi de entendimento de todos que, as áreas de circulação dos indígenas (áreas mapeadas) podem ser consideradas de vigilância, pois considera-se que o simples ato de circular pelo território já é por si só um tipo de monitoramento. Assim, as áreas de vigilância na categoria indígena foram chamadas de *Denikha Mutha* (área em verde).

No zoneamento das áreas de vigilância (Figura 18), os Deni optaram por considerar dois principais pontos de perigo de invasão em seu território, a foz do Rio Xeruã e o Lago cerrado. Com isso, podemos constatar que existem poucos locais de perigo de invasão no território Deni, facilitando assim o desenvolvimento de estratégias de vigilância mais eficazes ao monitoramento dessas áreas.

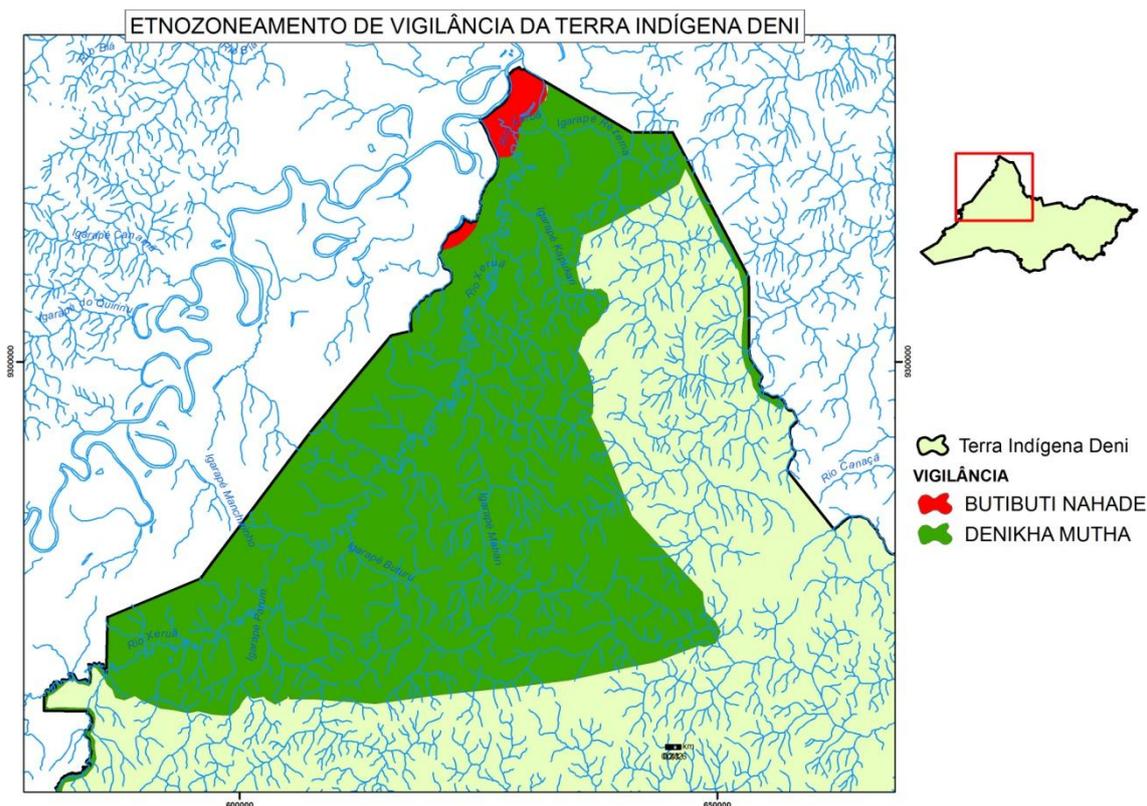


Figura 18: Etnozoneamento das áreas de vigilância da Terra Indígena Deni.

Após o zoneamento das temáticas de uso dos recursos, voltaram as discussões a respeito das regras de uso que iriam compor o plano de gestão ambiental. Inicialmente foram identificadas as temáticas do plano de gestão ambiental. Parte das temáticas foram identificadas a partir da visão sobre o etnomapa e posteriormente do zoneamento, sendo elas: caça, pesca, roçado, coleta e vigilância. A outra parte das temáticas foi definida a partir das informações trazidas pelos pesquisadores indígenas, pois estas são temáticas relacionadas a demandas e necessidades do povo e que dependem de fatores externos, dentre as quais educação, saúde, cultura, organização indígena, lixo/saneamento básico e criação de animais domésticos.

### 3.2.5. Validação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental

Nessa fase os principais objetivos eram: Consolidar as decisões sobre Indicativos de Gestão (regras de uso) e definir especificidades do plano: temáticas que o integrariam, formato (uso de imagens, desenhos indígenas, mapas cognitivos e Etnomapa que faria parte do Plano de Gestão, etc.), sempre tendo como foco que a discussão deveria ter como ponto de partida *O Plano de Gestão que queremos*.

A reunião geral de validação contou com a presença de grande parte da população Deni, os Kanamari, os representantes do CIMI e um representante da SESAI. No início foi feita uma apresentação mostrando a linha do tempo do projeto, do início até os dias de hoje, e qual seria o resultado final esperado (Plano de Gestão Ambiental Deni). Nesse resgate mostrava-se detalhadamente como foram realizadas as atividades de Avaliação Ecológica, Diagnóstico Socioambiental, Etnomapeamento, Etnozoneamento com ênfase no protagonismo dos Deni e a finalidade de subsidiar a construção do Plano de Gestão.

Após esse histórico foi apresentado novamente, de modo detalhado, os mapas do etnozoneamento da Terra Indígena Deni para que fossem validados por todos. Como já haviam sido mostrados em cada aldeia, não sofreram nenhuma mudança. Todos foram validados.

Posteriormente, discutiu-se coletivamente as regras de uso que iriam compor o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Deni. Relemos juntos as regras que foram coletadas pelos pesquisadores indígenas nas reuniões promovidas por eles nas aldeias, e aquelas que surgiram durante as reuniões de validação do etnozoneamento e do Plano de Gestão feitas em cada aldeia. Pelo fato dessas regras já terem sido exaustivamente discutidas junto com eles em todas as aldeias, essa reunião realizou-se com certa tranquilidade. No momento da leitura das regras de pesca abrimos um espaço para que o técnico responsável pela elaboração do plano de manejo do Pirarucu fizesse uma breve explicação a respeito dos hábitos biológicos do Pirarucu, como eles haviam solicitado, e após isso, surgiram algumas regras que tratam do assunto do manejo pesqueiro e também especificamente do Pirarucu.

Posteriormente, fizemos junto com os indígenas o texto de apresentação dos Deni para o Plano de Gestão, e também discutiu-se o formato final esperado do Plano de Gestão, com isso definido começamos a apresentar as fotos para que eles escolhessem as que iriam ilustrar o citado documento. Após todo o processo ser concluído, a equipe indigenista auxiliou os indígenas na tradução dos textos (regras de uso e apresentação) do português para a língua Deni. Essa iniciativa contribuiu para uma maior assimilação por parte dos indígenas, principalmente pelas mulheres e crianças, que possuem menos conhecimento da língua portuguesa.

### 3.2.6. Encontro regional de apresentação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã

Uma vez concluído e validado, o plano de gestão foi apresentado e discutido em um encontro regional que contou com a participação de lideranças indígenas Deni e Kanamari do Rio Xeruã, Kulina do Igarapé Uere e Kanamari do Igarapé Taquara. Além disso, o evento ainda contou com a presença de representantes da SESAI/Carauari, da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (SEIND), da FUNAI/Lábrea, do ICMBio, da CEUC/SDS, da ASPROC, do COMIN, do CNS e da Prefeitura de Carauari. Esse encontro teve como objetivo articular um amplo arranjo institucional (movimento indígena, parceiros não governamentais, órgãos federais, estaduais e municipais) que permitisse dar maiores garantias ao processo futuro de implementação do Plano de Gestão.

Com esse objetivo em mente, optou-se nesse encontro em garantir a presença dos principais atores regionais que poderiam, de alguma forma, contribuir com os Deni no processo de implementação do plano de gestão elaborado. Dessa forma, estavam presentes no encontro representantes da Coordenação Regional da FUNAI (CR/Lábrea), que tem jurisdição na região onde está localizada a T.I Deni; da SEIND, que é a secretaria responsável por implementar a política de etnodesenvolvimento sustentável a nível estadual; um representante da SESAI, secretaria vinculada ao ministério da saúde que é responsável por gerir o sistema de atenção à saúde indígena; do ICMBio, que preside o conselho deliberativo da RESEX Médio Juruá, próxima a T.I Deni; e um representante da CEUC, que é responsável pela gestão das unidades de conservação do estado do Amazonas.

Além disso, o encontro ainda teve a presença de parceiros não governamentais, como a ASPROC, que é a Associação dos Produtores Rurais de Carauari e desenvolve um trabalho de comércio ribeirinho solidário, pioneiro na região, com os moradores da RESEX e RDS vizinhas a T.I Deni; uma representante do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) que executa trabalhos juntos às mulheres da RESEX e RDS vizinhas a T.I Deni; e um representante do COMIN, que é um órgão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e atua na T.I Deni dando apoio nas áreas de educação, saúde, terra, organização e auto-sustentação.

Como principais resultados, obtidos a partir desse encontro, podemos destacar: a possibilidade dos Deni apresentarem, para os potenciais parceiros da região, o trabalho participativo de construção do plano de gestão da sua terra indígena, e a partir disso, articular algumas parcerias para realização de trabalhos em conjunto com as instituições locais; A possibilidade de todos presentes alinharem suas ações, no sentido de vencer os desafios impostos aos atores locais, para melhoria da sua qualidade de vida. O evento também serviu para que os Deni apresentassem suas demandas nas áreas de saúde, vigilância territorial, educação e etnodesenvolvimento, e a partir daí, traçar alguns encaminhamentos para atendimento a essas demandas, junto às instituições governamentais presentes (SESAI, FUNAI e SEIND).

Dessa forma, foram elaborados documentos com reivindicações do movimento indígena regional, para encaminhamento aos órgãos competentes, a fim de possibilitar maior agilidade no atendimento às demandas indígenas contemporâneas. Vale lembrar que, várias dessas reivindicações relacionadas ao povo Deni, foram descritas no Plano de Gestão. Evidenciando assim, o instrumento político que o Plano de Gestão representava para esse povo indígena.

### 3.2.7. Apoio a proteção territorial e manejo de recursos pesqueiros

Segundo ACT Brasil (2008), o caminho para a proteção do meio ambiente e o fortalecimento das culturas dos povos indígenas sustenta-se em três pilares: mapeamento, proteção e manejo. Tais conceitos estão intimamente ligados, uma vez que o mapeamento subsidia as discussões coletivas para a elaboração de planos e estratégias voltadas à conservação ambiental e à proteção territorial (ACT BRASIL, 2008).

Seguindo esse princípio, concomitantemente as atividades de mapeamento que foram apresentadas, também se desenvolveram na terra indígena Deni, atividades de apoio ao planejamento da proteção territorial e ao manejo de recursos pesqueiros, como o pirarucu.

Dentre as atividades de apoio a proteção territorial foram desenvolvidas: reuniões, junto às equipes de vigilância de cada aldeia, para planejamento e reorganização das estratégias utilizadas no posto de vigilância Deni (flutuante para monitoramento territorial localizado na foz do Rio Xeruã), e a realização de expedições nos limites da terra indígena, com a intenção de monitorar áreas de conflito e pressão no

perímetro da terra indígena (invasão, extração de madeira e de recursos pesqueiros, etc.). Para dar suporte a essas atividades, a cada entrada da equipe indigenista em área, eram fornecidos às equipes de vigilância: combustível, itens alimentícios e mantimentos. Além disso, também eram feitas articulações com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT/FUNAI), através da apresentação de projetos de monitoramento da terra indígena Deni, para serem apoiados por esse órgão indigenista.

Na parte de apoio ao manejo de recursos pesqueiros foi elaborado por uma equipe de técnicos especializados, um estudo para elaboração de um plano de manejo pesqueiro da terra indígena Deni. Além disso, durante todo o período de realização do projeto, foram realizadas em todas as aldeias, oficinas para capacitação dos indígenas em: confecção de apetrechos de pesca, legislação pesqueira na Amazônia e contagem de Pirarucu (*Arapaima gigas*). Todas essas oficinas foram ministradas por um técnico experiente na execução e construção de planos de manejo pesqueiro, que já havia trabalhado vários anos na RDS Mamirauá. Também realizaram-se reuniões de discussão para estabelecimento de acordos de pesca entre as aldeias e definição das classificações dos lagos por categorias de uso.

Na capacitação em confecção de apetrechos de pesca não foi utilizado nenhum material didático de apoio, apenas era feita uma breve explicação sobre a importância da utilização, nas atividades de pesca, de material adequado as práticas de manejo. Para confecção dos apetrechos (malhadeiras) foram utilizados materiais como: náilon, agulhas e tabuletas. Na prática a confecção das malhadeiras (Figura 19) foi feita de acordo com a seguinte classificação: Malhadeiras para captura de peixes de grande porte (Pirarucu), com a utilização de náilon nº 48, 60, 72, 96, 108 e 120, e tamanho da malha de 150 mm entre os nós ou 30 cm em ângulos opostos; Malhadeiras para captura de peixes de médio porte (Tambaqui e peixes de couro), com a utilização de náilon nº 18, 24, 36, e tamanho da malha de 120 mm entre os nós ou 24 cm em ângulos opostos; Malhadeiras para captura de peixes de pequeno porte (Tucunaré, Jaraqui, Aruanã, etc), com a utilização de náilon nº 8, 9, 12, e tamanho da malha 50 mm entre os nós ou 10 cm entre ângulos opostos. Vale salientar que, todas as malhadeiras foram confeccionadas com aberturas de malhas para a captura de peixes de acordo com tamanho permitido pela legislação vigente.



Figura 19 (a e b): Indígenas confeccionando malhadeiras.

Para o processo de capacitação em legislação pesqueira na Amazônia utilizamos a metodologia de debate livre guiado por questões. Essa metodologia consistia na apresentação aos participantes de questões para serem posteriormente debatidas. As seguintes questões foram apresentadas para estimular o debate: o que é a pesca? o que é necessário para realização de uma pesca? As respostas dos participantes foram posteriormente confrontadas com as definições apresentadas na Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Essa Lei define a pesca como “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros.”

Abordou-se ainda sobre os direitos e deveres do pescador profissional artesanal e sua família, segundo previsto na lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego ao pescador artesanal, caso esteja registrado como pescador profissional durante o período do defeso. Em seguida, trazendo o assunto para o contexto das terras indígenas, foi explicado que para alimentação nas aldeias e comunidades (pesca de subsistência) poderiam ser capturados diariamente até 10 kg de pescado por família.

Nas discussões e explicações realizadas, sempre buscou-se apresentar as leis que tratassem de normas relativas as espécies que frequentemente faziam parte das pescarias dos indígenas. Então, também foram vistas:

- A Portaria da SUDEPE nº 11 de 21 de fevereiro de 1986, que proíbe a perseguição, caça, pesca ou captura de pequenos Cetáceos como o boto vermelho (*Inia geoffrensis*) e o boto Tucuxi (*Sotalia fluviatillis*) e os Sirênios, como peixe-boi (*Trichechus inunguis*) e (*trichechu manatus*);

- A Portaria da SUDEPE nº 466 de 8 de novembro de 1972, que proíbe vários tipos de aparelho e técnica de pesca;
- A Portaria do IBAMA nº 8 de 2 de fevereiro de 1996, que no seu artigo 5º proíbe a captura das seguintes espécies de peixes com comprimento total inferior a: pirarucu (*Arapaima gigas*) 150 cm; surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) 80 cm; caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*) 80 cm e tambaqui (*Colossoma macropomum*) 55 cm;
- A Instrução Normativa nº 35 de 29 de setembro de 2005, que no seu artigo 1º proíbe anualmente, no período de 1º de outubro a 31 de março, a pesca, o transporte, a armazenagem, o beneficiamento e a comercialização do tambaqui (*Colossoma macropomum*) na bacia hidrográfica do rio Amazonas;
- A Instrução Normativa do IBAMA nº 34 de 18 de junho de 2004, que estabelece normas gerais para o exercício da pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*) na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas. E no seu artigo 4º permite a captura, a comercialização e o transporte do pirarucu com as seguintes medidas de tamanho mínimo: 1,50 metros de comprimento total, para o peixe inteiro; 1,20 metros de comprimento total para a manta fresca; e 1,10 metros de comprimento total para a manta seca.
- A Instrução Normativa do IBAMA nº 1 de 1º de junho de 2005, que no seu artigo 1º proíbe anualmente a pesca, o transporte, a armazenagem e a comercialização do pirarucu (*Arapaima gigas*) no estado do Amazonas, durante o período de 1º de junho de a 30 de novembro. Exceto em área de manejo autorizada por órgão ambiental competente.

O método de contagem de Pirarucu foi desenvolvido juntamente com os pescadores de pirarucu da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá ver (CASTELLO, 2004). É fundamental que os pescadores responsáveis pela avaliação dos estoques de pirarucu tenham participado de treinamentos de avaliação específicos, junto a técnicos e contadores de equipes especializadas (ARANTES *et al.*, 2007b). As oficinas de capacitação em contagem de Pirarucu foram ministradas por um técnico experiente na execução e construção de planos de manejo pesqueiro, que já havia trabalhado vários anos na RDS Mamirauá. Essas capacitações contaram com componentes teóricos e práticos. Além disso, foi elaborado material didático (apostila) para acompanhamento dos assuntos ministrados. Atualmente o método de contagem de

Pirarucu é exigido pelo IBAMA-AM como ferramenta fundamental para o manejo da espécie nas diversas localidades onde ela ocorre (CASTELLO, 2004).

Na parte teórica, foram apresentados os objetivos das oficinas e abordados temas como biologia do Pirarucu, histórico de como foi desenvolvida a técnica de contagem, as práticas de um bom contador, como é a metodologia e quais passos devem ser seguidos durante as contagens. Na parte prática, os alunos eram acompanhados por contadores experientes e certificados vindos da RDS Mamirauá, que ficavam responsáveis em tirar dúvidas no decorrer das contagens. No início, após uma breve explicação de como eram realizadas as contagens, os dois (aluno e professor) contavam os pirarucus da mesma área e comparavam os resultados. Nessa ocasião aproveitou-se para fazer as contagens em todos os lagos das áreas de uso de cada aldeia, com isso, foi possível estimar a densidade e monitorar os estoques de pirarucu Tabela 11.

Tabela 11: Resultados das contagens de Pirarucu nos lagos das aldeias Deni do Rio Xerua.

	2010		2011	
	Juvenil	Adultos	Juvenil	Adultos
<b>Terra Nova</b>	110	45	150	63
<b>Morada Nova</b>	160	53	243	133
<b>Boiador</b>	50	21	39	22
<b>Itauba</b>	16	11	12	25
<b>TOTAL</b>	336	130	444	243
	466		687	

Esse aumento de aproximadamente 47% no número total de pirarucus, observado nos resultados das contagens realizadas nos lagos das aldeias em 2010 e 2011, sugerem a eficiência de um acordo de pesca feito entre as aldeias para realização do manejo dessa espécie. Os resultados completos das contagens de Pirarucus nos lagos de cada aldeia Deni do Rio Xerua, podem ser vistos nas tabelas (ANEXOS D e E).

Durante as oficinas iniciaram-se as discussões a respeito da categorização dos lagos. Foi proposto em cada aldeia que classificassem cada um dos lagos das suas áreas de uso em três categorias:

1 - Lagos de Procriação ou Preservação: São os escolhidos para proteção. Explicou-se que para essa categoria é interessante que se escolham lagos conhecidos por serem profundos, com muita cobertura vegetal e de difícil acesso, dificultando a invasão de pessoas estranhas. Além disso, foi explicado que ninguém deveria mexer nas suas águas, pescar ou passar de motor rabeta por perto. Assim os peixes ficariam tranquilos, se multiplicariam e cresceriam.

2 - Lagos de Manutenção ou subsistência: São os que servem para tirar alimento para o sustento das famílias no dia-a-dia. Explicou-se que de preferência esses ambientes deveriam ser aqueles próximos das aldeias e, na maioria das vezes, pequenos.

3 - Lagos de Manejo ou comercialização: São aqueles onde se faz a pesca para o comércio. Explicou-se que para essa categoria deveriam ser escolhidos os lagos conhecidos por ter boa produção, ser de fácil acesso e maiores que os lagos de subsistência. Ressaltamos ainda que, nesses lagos seria preciso obedecer às regras estabelecidas por lei e também às que fossem firmadas nos acordos entre as aldeias. Nesses lagos os pirarucus grandes teriam de ser contados todos os anos para o cálculo da cota de despesca do ano seguinte.

Essa categorização dos lagos foi um passo importante e posteriormente serviu de subsídio para elaboração dos acordos de pesca que integraram o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni, pois segundo Castro e McGrath (2001), a classificação dos locais de pesca é uma das características que envolvem as regras de uso dos recursos pesqueiros.

Como visto anteriormente, no momento do zoneamento das áreas de pesca, os Deni dividiram os ambientes de pesca em áreas de reserva e áreas de pesca. Dessa forma, observamos que não era possível classificar os lagos de acordo com o proposto, pois o contexto Deni, no momento, não o permitia. Porém, esse sistema de classificação foi levado em consideração no momento da construção das regras de uso, que compõem o Plano de gestão na temática Pesca, como pode ser visto na regra de uso a seguir, "Futuramente os Deni devem transformar alguns lagos de reserva em lagos de preservação". Dessa forma, podemos observar que várias das regras de uso que compõem o plano de gestão já são por si só, acordos de pesca realizados entre as aldeias.

Na próxima seção serão demonstrados os possíveis problemas que afetam a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã.

### 3.3. Fatores que afetam a implementação do Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã

Nessa seção pretendo descrever e analisar os fatores que afetam a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni, cujo processo de construção foi apresentado na seção anterior. Para isso, antes apresentarei alguns aspectos estruturais, do órgão indigenista oficial (FUNAI) que, a partir da sua identificação, foram modificados no sentido de atender as novas demandas indígenas contemporâneas e, dessa forma, atuar de maneira mais efetiva na implementação da PNGATI.

Segundo Verdum (2002, p.90), a forma de atuação do Estado Brasileiro e seus sucessivos governos no que se refere à política e a ação indigenista, executada desde o início do século XX até o final dos anos 1980, foram sempre pensadas assimetricamente. Os primeiros anos da década de 1980 foram marcados pela característica de um Estado “todo poderoso” no que se refere à implementação de políticas de “desenvolvimento comunitário”, conforme a lógica das “ações desenvolvimentistas do indigenismo oficial” (VERDUM, 2002). Tais políticas e ações indigenistas da época causaram as populações indígenas impactos socioambientais significativos, que se fazem sentir até a atualidade. Estas se expressam material e imaterialmente sobre as populações, desde a perda de seus territórios originários que são vínculos fundamentais ao alicerce e manutenção de suas organizações sociais, saberes, valores culturais, línguas e tradições. Pois, ainda que as culturas sejam dinâmicas, se atualizem e se renovem, as transformações a que foram (e em parte ainda estão sendo) submetidos estes povos, se deram de maneira impositiva, portanto ditadas de maneira exógena, e em grande parte, incompatíveis com os ritmos de vida dessas populações (PRINTES, 2012).

Somam-se a isso, as corrupções e formas de exploração (mineração, madeireiras, arrendamento, etc.) empreendidas por décadas nas TIs desde os tempos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) até a atualidade. Pois, apesar do órgão indigenista não mais realizar tais atividades, hoje tidas como ilícitas, algumas delas ainda são recorrentes, conduzidas por servidores ou não, por vezes com conivência dos próprios indígenas cooptados pelo clientelismo, favores, manipulação e corrupção. São vícios adquiridos

que ainda se fazem presentes nas relações entre índios e não-índios e que contribuíram para deteriorização da FUNAI (POZZOBON, 1999).

Pozzobon (1999), em seu artigo “O lumpen-indigenismo do Estado Brasileiro” discorre sobre as origens dos vícios acima mencionados e sobre o quadro de falência institucional em que a FUNAI se encontrava na metade da década de 1990. O artigo é fruto da experiência de cinco meses (set/1995 a fev/1996) do antropólogo no cargo de Chefe de Gabinete e Presidente Substituto da FUNAI, na gestão de Márcio Santilli. Apresento na figura 20 o que Pozzobon (1999, p.295) chama de “organograma da incompetência”, que sintetiza o dramático quadro da Fundação à época.

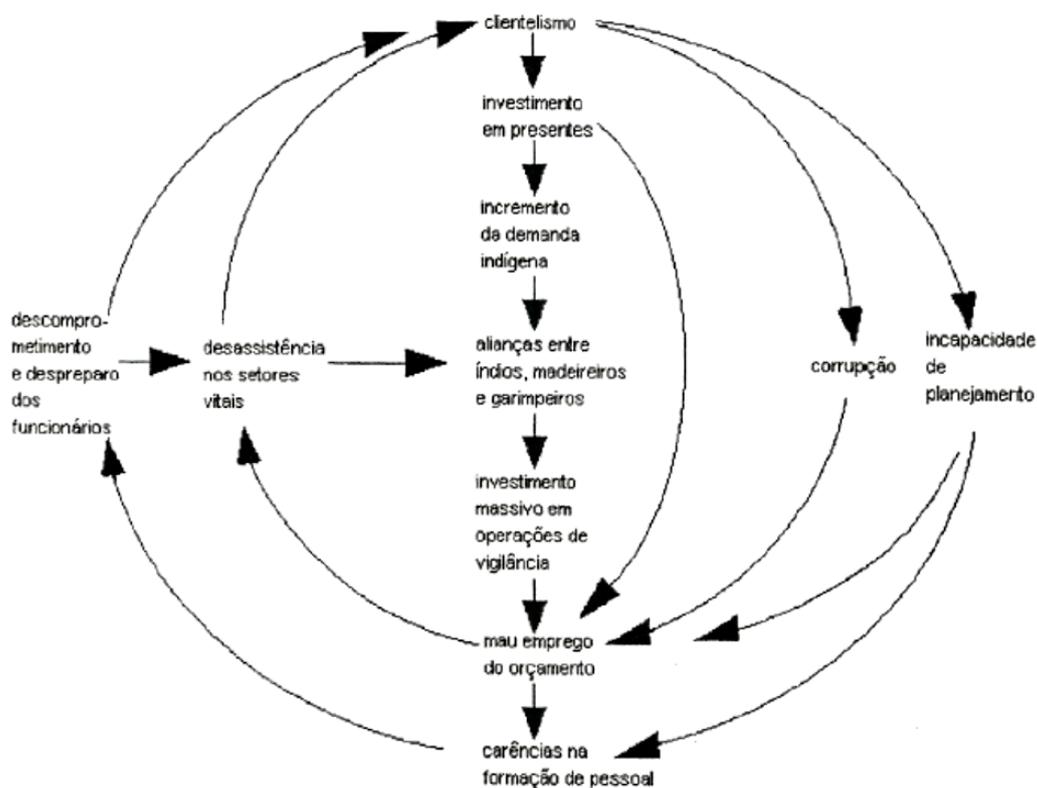


Figura 20: Organograma da incompetência.

Fonte: POZZOBON (1999, P.295)

Se separarmos os fatores políticos externos, tais como a estratégia neoliberal do rebaixamento dos salários, o baixo investimento na formação de quadros, os cortes no orçamento e o sucateamento da infraestrutura, temos na FUNAI um ambiente interno que adquiriu dinâmica própria, através de um círculo vicioso, cujas etapas principais estão representadas na Figura 20 (POZZOBON, 1999).

Pozzobon (1999), no mesmo artigo, acrescenta que poderia ter colocado no gráfico um outro efeito tipicamente circular do clientelismo. Ele transforma os índios em pedintes sem noção dos limites orçamentários do órgão. O que, na visão da maioria dos funcionários, carentes de formação indigenista adequada, produz um índio caricato e essa caricatura acaba orientando a relação dos funcionários com o indigenato, de modo que uma coisa reforça a outra.

Outros tantos exemplos de distorções, que ilustrariam o caráter vicioso e aparentemente insolúvel do indigenismo oficial poderia ser acrescentado a essa figura, mas isso entulharia o gráfico, afastando-nos da questão de fundo (POZZOBON, 1999).

Diante disso, é fundamental saber se é possível, no âmbito do indigenismo oficial, reorientar a política indigenista para o fomento de projetos sustentáveis, a fim de criar as condições necessárias para que os índios e suas comunidades possam se libertar da condição de clientela mal tratada do Estado. Para isso, o processo de democratização do país possibilitou transformações no âmbito das políticas oficiais na medida em que outros órgãos do governo passaram a assumir juntamente com a FUNAI políticas de atuação diferentes daquelas até então vigentes desde os tempos do SPI, cujos efeitos contribuíram para a situação exposta no organograma de Pozzobon (1999). Na esfera governamental são características dessas mudanças os diversos conselhos e fóruns de debates criados que incorporam a participação de organizações indígenas, ONGs, instituições parceiras nacionais e internacionais, públicas e privadas, bem como outros ministérios no atendimento às demandas indígenas (VERDUM, 2002).

Em relação a PNGATI, cabe ressaltar que a responsabilidade por sua execução é partilhada entre FUNAI e o MMA (no nível governamental) e entre organizações não governamentais e organizações dos povos indígenas (no que se refere às parcerias para sua boa implementação). No nível governamental, o Decreto n° 6.101, que aprova a estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, já previu diversas competências para o citado ministério na execução de ações afins à PNGATI. Como se pode ver a seguir, em alguns incisos do Artigo 27, que trata das competências da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:

À Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA compete:

V - fomentar a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável junto às populações tradicionais, aos povos indígenas, aos assentamentos rurais e demais produtores familiares; [...]

I - subsidiar a formulação de políticas e normas, a definição de estratégias e a produção de estudos para a implementação de programas e projetos voltados para os povos indígenas e comunidades tradicionais [...]

II - promover a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável junto aos povos indígenas e às comunidades tradicionais; [...]

Dessa forma, podemos concluir que ficou claro para esferas governamentais que o “futuro dos índios não pode depender do futuro da FUNAI” (POZZOBON, 1999, p.299), pois a instituição não tem capacidade de suportar sozinha a demanda indígena contemporânea. Diante desse contexto, é evidente que centralizar em um único órgão essas demandas é impraticável (POZZOBON, 1999).

Essa necessidade de atuação conjunta entre órgãos do governo fica bem clara quando observamos o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni, pois nele, além de conter vários acordos interaldeias e acordos de uso dos recursos naturais, ele traz consigo uma série de reivindicações relativas a saúde, educação, geração de renda com bases sustentáveis, fiscalização do território, cultura, etc. E, nesse sentido, os Planos de Gestão construídos devem ser utilizados como uma ferramenta política, de articulação entre o seu próprio povo, com outros povos e com instituições governamentais e não governamentais.

Além da necessidade da FUNAI atuar sinergicamente com outras instituições, governamentais e não governamentais, para atendimento às demandas indígenas, se tornou imprescindível pensar na reestruturação do órgão, em planejamento estratégico, bem como a renovação dos seus quadros de servidores. Essas mudanças tornam-se necessárias, pois os desafios enfrentados pelos povos indígenas em pleno século XXI, demandam que o Estado se ajuste estruturalmente a fim de possibilitar maior agilidade no atendimento aos anseios indígenas contemporâneos.

No Decreto presidencial nº 7.778 de 27 de Junho de 2012 (BRASIL, 2012b), que faz um rearranjo da antiga estrutura da FUNAI, é possível perceber que, dentre as inovações da reestruturação está a extinção dos antigos Postos Indígenas (PIN)

instalados no interior das TIs desde os tempos do SPI, bem como a extinção das Administrações Executivas Regionais (AERs). Ambos foram substituídos por 36 Coordenações Regionais (CR) e 297 Coordenações Técnicas Locais (CTL).

Quadro 5: Extratos do Decreto que aprova o estatuto da FUNAI em que constam as competências dos órgãos descentralizados (CR e CTL).

<p>DECRETO Nº 7.778 DE 27 DE JUNHO DE 2012.</p> <p><b>Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio</b></p> <p>Capítulo IV DOS ORGÃOS COLEGIADOS Seção V Dos Órgãos Descentralizados</p>
<p><b>Art. 21 Às Coordenações Regionais compete:</b></p> <p><b>I - supervisionar técnica e administrativa das coordenações técnicas locais</b>, exceto aquelas que estejam sob subordinação das Frentes de Proteção Etnoambiental, e de outros mecanismos de gestão localizados em suas áreas de jurisdição, <b>e representar política e socialmente o Presidente da Funai na região;</b></p> <p>II - coordenar e monitorar a implementação de ações relacionadas à administração orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoas, realizadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental;</p> <p><b>III - coordenar, implementar e monitorar as ações de proteção territorial e promoção dos direitos socioculturais dos povos indígenas;</b></p> <p><b>IV - implementar ações de promoção ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e de etnodesenvolvimento econômico;</b></p> <p><b>V - implementar ações de promoção e proteção social;</b></p> <p><b>VI - preservar e promover a cultura indígena;</b></p> <p>VII - apoiar a implementação de políticas para a proteção territorial dos povos indígenas isolados e de recente contato;</p> <p><b>VIII - apoiar o monitoramento territorial nas terras indígenas;</b></p> <p>IX - apoiar as ações de regularização fundiária de terras indígenas sob a sua jurisdição, em todas as etapas do processo;</p> <p><b>X - implementar ações de preservação do meio ambiente;</b></p> <p>XI - implementar ações de administração de pessoal, material, patrimônio, finanças, contabilidade e serviços gerais;</p> <p><b>XII - monitorar e apoiar as políticas de educação e saúde para os povos indígenas;</b></p> <p><b>XIII - elaborar os planos de trabalho regional; e</b></p> <p><b>XIV - promover o funcionamento do Comitê Regional em sua área de atuação.</b></p> <p><b>Art. 23. Às Coordenações Técnicas Locais compete:</b></p> <p><b>I - planejar e implementar ações de promoção e proteção dos direitos sociais dos povos indígenas, de etnodesenvolvimento e de proteção territorial, em conjunto com os povos indígenas e sob orientação técnica das áreas afins da sede da FUNAI;</b></p> <p>II - implementar ações para a localização, monitoramento, vigilância, proteção e promoção dos direitos de índios isolados ou de recente contato em sua área de atuação, nos casos específicos de subordinação da Coordenação Técnica Local à Frente de Proteção Etnoambiental, conforme definido em ato do Presidente da FUNAI;</p> <p><b>III - implementar ações para a preservação e proteção do patrimônio cultural indígena; e</b></p>

**IV - articular-se com outras instituições públicas e da sociedade civil para a consecução da política indigenista, em sua área de atuação.**

Fonte: Decreto de Aprovação do Estatuto da FUNAI(BRASIL, 2012b), grifos nossos.

Porém, apesar dessa reestruturação, o que podemos dizer baseado na experiência vivida pelos Deni, é que ainda não foi possível sentir os impactos benéficos dessas mudanças, pois apesar da construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da sua T.I, o que observa-se na região do médio Juruá, onde o Território Deni está inserido, é uma completa ausência da FUNAI. Essa ausência é possivelmente um dos principais fatores que contribuem para a não implementação do Plano de Gestão da T.I Deni, pois sem o apoio da FUNAI os Deni deixam de fazer ações de monitoramento do território; Articulações com IBAMA, ICMBio e CEUC para o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, como por exemplo, a cadeia produtiva do Pirarucu (*Arapaima gigas*); Articulações com Prefeituras (secretaria de educação) e SESAI para a execução de políticas de saúde e educação indígenas; e articulações com a SEIND para fortalecimento institucional da ASPODEX (Associação do Povo Deni do Rio Xerua).

Segundo relatos de alguns servidores da FUNAI, descritos no trabalho de Printes (2012), a reestruturação provocou o afastamento da FUNAI aumentando ainda mais a inoperância do órgão perante as demandas indígenas e a proteção contra invasão de suas terras, especialmente aquelas localizadas em lugares remotos do país.

Segundo o próprio relato do representante da Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM/FUNAI) e Coordenador Nacional do Projeto GATI em 2011, descrito no trabalho de Printes (2012), a ideia da substituição dos Postos Indígenas (localizados dentro das TI's), pelas CTL's (localizadas em cidades próximas as TI's), é que os servidores permanecessem presentes nas TI's, mas com outro tipo de qualificação, de equipe, de infraestrutura, de política e articulados com outras instituições. Porém, o que ocorreu na realidade foi a transformação do antigo chefe de posto em mero motorista ou despachante de documentos. Uma possível causa desse problema é o fato das CTL's, apesar da reestruturação, estarem completamente desestruturadas, como pode ser observado no mesmo relato do coordenador do Projeto GATI.

As CTLs precisavam ter no mínimo 5 pessoas e com uma estrutura mínima na cidade vizinha à TI, e isso não acontece. Tem CTL que às vezes o servidor está sozinho trabalhando com pouca estrutura. Às vezes nem sequer tem uma sede, um local de trabalho, próximo da TI. Então, se antes ele estava

subutilizado dentro da TI, muitas vezes, agora ele está subutilizado na CR. Então, a ideia é realmente fortalecer as CTLs para ter mais presença nas TIs e pra isso a gente precisa dar um passo a mais, ter mais servidores. (Representante da CGGAM, Coordenador Nacional do Projeto GATI, 24/08/2011).

Em relação à renovação do quadro de servidores, em 2010 foi realizado concurso público para a FUNAI, com vistas ao preenchimento de 3.000 vagas, nos cargos de Indigenista Especializado, Agente em Indigenismo e Auxiliar em Indigenismo. Até o momento 551 novos servidores já foram nomeados (FUNAI, 2011), trazendo para FUNAI, quiçá, renovação e fôlego para lidar com a carga de desafios atualmente existentes em relação às demandas indígenas contemporâneas.

Segundo alguns autores, é necessário pensar na renovação do quadro de servidores da FUNAI, com perspectivas de capacitações para os mesmos sob a ótica de uma “nova ação indigenista”. São perspectivas alicerçadas em “novos modelos de intervenção indigenista”, onde as abordagens da interculturalidade, intercientificidade e a etnoecologia se destacam como elementos para alcançar a autonomia e autossustentação de acordo com os preceitos indígenas (LITTLE, 2002; SOUZA LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2002, p.19). Essa ótica de "nova ação indigenista" torna-se necessária, pois os indígenas atualmente mantêm interlocução com variados segmentos sociais, ONGs nacionais e internacionais, socioambientalistas, ambientalistas, entidades religiosas, agências e órgãos dos governos municipal, estadual e federal bem como madeireiros, garimpeiros, arrendatários, etc. Assim, há cerca de trinta anos os indígenas passaram a se organizar em associações, a fim de tornar mais fácil suas relações de contato com esses interlocutores (SANTILLI, 2002).

Na seção seguinte pretendo apresentar alguns caminhos para implementação do Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã.

### 3.4. Caminhos para implementação do Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã

Nessa seção pretendo apresentar alguns possíveis caminhos para implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni do Rio Xeruã, baseado na experiência vivida durante execução de trabalho juntamente com esse povo indígena e durante pesquisa bibliográfica acerca das políticas responsáveis pela implementação de planos de gestão ambiental em terras indígenas no Brasil. Para isso, apresento os possíveis caminhos e de que maneira eles estão relacionados com as políticas vistas no decorrer desse trabalho.

Início esta seção falando a respeito do que a meu ver é o principal caminho para implementação do Plano de Gestão Ambiental da T.I Deni, que é a maior presença da FUNAI na região ao qual o território Deni está inserido, seja por meio de uma Coordenação Regional mais próxima a porção ocidental da T.I ou por meio de uma Coordenação Técnica Local com sede em alguma cidade vizinha a T.I.

Segundo consta no site da FUNAI, a Coordenação Regional que tem jurisdição sobre a T.I Deni é a Coordenação Regional do Médio Purus/AM, cuja sede localiza-se na cidade de Lábrea, que está distante das aldeias Deni da porção ocidental da T.I (bacia do Rio Xeruã) centenas de quilômetros. Por esse motivo, fica muito complicado essa Coordenação Regional dar apoio às ações realizadas nessa região. Dessa forma, a possível solução para esse problema seria que a CR Médio Purus/AM repassasse a jurisdição da porção ocidental da Terra Indígena Deni (bacia do Rio Xeruã) para outra Coordenação Regional, por exemplo, a CR Alto Solimões/AM, que apesar de estar localizada na cidade de Tabatinga, também distante da porção ocidental da T.I Deni, possui entre as suas Coordenações Técnicas Locais a CTL Carauari/AM, cidade próxima a porção ocidental da T.I Deni, que constantemente recebe não só indígenas do povo Deni, mas também do Povo Kanamari e Kulina que moram na região.

Assim, como visto na seção anterior, de acordo com o decreto nº 7.778/2012, que aprova o estatuto da FUNAI, no seu inciso I, do Artigo 21, que descreve as competências das Coordenações Regionais, é competência da CR supervisionar técnica e administrativamente as Coordenações Técnicas Locais que estão sob sua jurisdição. Portanto, dessa forma, o povo Deni poderia contar com uma presença maior da FUNAI

através da CTL Carauari, que por sua vez seria supervisionada pela CR ao qual os Deni estivessem sob sua jurisdição.

Em decorrência da maior presença da FUNAI na região do médio Juruá, através da CTL Carauari, os Deni poderiam demandar apoio nas articulações com instituições governamentais como IBAMA, Polícia Federal e CEUC, no sentido de implementar estratégias, em conjunto com as comunidades do entorno, para a realização de ações de vigilância territorial que estão descritas no Plano de Gestão Territorial e Ambiental da sua terra indígena.

Segundo o Decreto nº 7.778/2012, visto no capítulo anterior, está entre as competências das CTL's, implementar ações para a preservação e proteção do patrimônio cultural indígena, e articular-se com outras instituições públicas e da sociedade civil para a consecução da política indigenista, em sua área de atuação. Ou seja, é uma competência da Coordenação Técnica Local articular-se com instituições públicas, como as citadas acima, para conseguir implementar a PNGATI, que tem como um dos objetivos específicos, no eixo proteção territorial, promover a proteção, fiscalização, vigilância e monitoramento das terras indígenas e seus limites.

Além disso, os Deni podem demandar da FUNAI, utilizando o Plano de Gestão da sua terra indígena como "carta de negociação", apoio nas atividades de monitoramento territorial, pois esse é um item recorrente no Plano de Gestão, refletindo um anseio de toda a população Deni, conforme pode ser visto abaixo em alguns trechos do Plano de Gestão na temática vigilância.

- Falta voadeira, gasolina, motor rabeta e motor de luz para o flutuante, para podermos realizar as atividades de vigilância;
  - O povo Deni quer que a FUNAI cumpra com a sua obrigação, dando apoio para os Deni ficarem no flutuante e entorno vigiando. Para os vigias fazerem a vigilância precisam de material para trabalhar (motor), pois às vezes não tem motor funcionando na aldeia;
  - Os Deni querem que a FUNAI apoie as limpezas de picada com material;
  - Os Deni também precisam de apoio da FUNAI para tirar o Rani (registro) e apoio na cidade também.
- (trechos do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni, OPAN, 2011a).

Ainda segundo o Decreto nº 7.778/2012, é competência da Coordenação Regional da FUNAI, monitorar e apoiar as políticas de educação e saúde para os povos indígenas. Dessa forma, podemos observar que a CTL próxima ao povo Deni deveria apoiá-los na articulação com as Prefeituras locais (Itamarati e Carauari) para incluir nos

seus Planos Plurianuais e nos orçamentos municipais algumas das demandas que estão descritas no Plano de Gestão, especialmente as ligadas à saúde e educação. Pois, segundo a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seus artigos 78 e 79 atribui aos municípios a responsabilidade de desenvolver programas voltados à educação escolar indígena, em todos os níveis. Cabendo ao Ministério da Educação coordenar as ações de educação indígena em um regime de colaboração com estados e municípios e em articulação com a FUNAI.

Além disso, a FUNAI, através de uma CTL mais próxima ao povo Deni, poderia também apoiá-los nas articulações com o DSEI - Médio Rio Solimões e afluentes, no sentido de atendimento às demandas relativas a saúde indígena que constam no plano de gestão da terra indígena Deni. O próprio Plano Plurianual da FUNAI - PPA 2012-2015 (FUNAI, 2011), no âmbito do Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, tem recursos para implementar ações vinculadas a uma política de gestão ambiental e territorial em terras indígenas. Inclusive, tem entre um dos seus objetivos: "Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais."

Em um artigo intitulado "horizontes e desafios para implementação dos planos de gestão territorial", Guerreiro & Silveira (2012) descrevem, com base na experiência de trabalho na OPAN com os povos e organizações indígenas que essa organização já trabalhou, como é o caso dos Deni, que o processo de consolidação da gestão territorial e do planejamento do uso e manejo da biodiversidade precisa ser construído, de maneira muito concreta, também com o avanço na identificação de soluções econômicas sustentáveis mediante a intensa demanda de participação indígena nos mercados regionais.

Conforme visto anteriormente nesse trabalho, vários passos já foram dados pelos Deni, como experiências piloto de manejo da biodiversidade. Como ponto de partida foram introduzidas no trabalho com os Deni técnicas de manejo do pirarucu, formando os indígenas em novas tecnologias de gestão ambiental como: o mapeamento participativo dos lagos; a produção de material didático para o manejo de pirarucu; o treinamento de contadores de pirarucu; a avaliação dos estoques de pirarucu; as oficinas

de legislação pesqueira na Amazônia; as reuniões de discussão para estabelecimento de acordos de pesca, a definição das classificações de uso dos lagos e o fortalecimento da organização indígena Deni (ASPODEX) para a gestão dos recursos pesqueiros. É importante ressaltar que todo esse trabalho foi realizado pelos Deni simultaneamente a construção do seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Dessa forma, é preciso que a FUNAI e MMA aproveitem todo esse trabalho já desenvolvido pelos Deni e apoiem a implementação dessa solução econômica sustentável, como forma de consolidação da gestão territorial e ambiental de sua terra indígena. Para isso, seria necessário que a FUNAI garantisse apoio institucional integral aos Deni no sentido de facilitar o processo de regulamentação do manejo do Pirarucu em terras indígenas. E após isso, houvesse um comprometimento institucional, tanto regionalmente como da sede em Brasília, para a boa execução do manejo de Pirarucu na terra indígena Deni.

Com relação ao MMA, seria necessário que através das suas autarquias (IBAMA e ICMBio) garantisse primeiramente a participação dos indígenas no processo de regulamentação do manejo do Pirarucu, pois existe pouca ou nenhuma participação indígena nesse processo. E após isso, houvesse um comprometimento desse ministério na execução de suas próprias competências, como pode ser visto no inciso I, do Artigo 28 (Decreto nº 6.101 de 26 de Abril de 2007), que diz que está entre as competências do departamento de extrativismo, subsidiar a formulação de políticas e normas, a definição de estratégias e a produção de estudos para a implementação de programas e projetos voltados para os povos indígenas e comunidades tradicionais em temas relacionados com: as experiências demonstrativas de desenvolvimento sustentável; e as cadeias produtivas baseadas nos recursos da sociobiodiversidade.

É importante ressaltar que todas as ações aqui descritas, relacionadas com o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis em terras indígenas, estão alinhadas com as diretrizes e com os objetivos da PNGATI, como podemos ver em um dos objetivos específicos do eixo 5 (uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas), que afirma que é objetivo da PNGATI a promoção e regulamentação da certificação dos produtos provenientes dos povos e comunidades indígenas, com a identificação da procedência étnica e territorial e da condição de produto orgânico, em conformidade com a legislação ambiental.

Com relação a regulamentação de planos de manejo de Pirarucu em terras indígenas, podemos observar que já existem experiências de sucesso no estado do Amazonas, como o caso do Povo Paumari, conforme pode ser visto em trecho de notícia veiculada no site da OPAN, em agosto desse ano.

**Lábrea, AM** – Entre o final de agosto e o início de setembro, o povo Paumari que vive nas terras indígenas Lago Manissuã, Lago Paricá e Cuniuá serão protagonistas de uma experiência inédita na bacia do Purus. Eles acabaram de receber autorização do IBAMA para capturar, armazenar, transportar e comercializar o pirarucu (*Arapaima gigas*), de acordo com o plano de manejo[...]

(Notícia: Povo Paumari do rio Tapauá obtém licença inédita para realizar o manejo sustentável do pirarucu em seus lagos. 2013)

Segundo foi veiculado na mesma notícia, esta é a terceira autorização para manejo sustentável de pirarucu para terras indígenas emitida pelo IBAMA. A primeira ocorreu no município de Jutaí e a segunda em Tonantins, no Médio Solimões e, ambas, envolveram acordos de pesca com outros atores regionais além dos indígenas. Dessa forma, podemos concluir que esse será um direcionamento normativo do IBAMA a partir de agora, conforme pode ser visto logo abaixo, em trecho de fala de um analista ambiental do órgão.

“Estamos finalizando a elaboração de uma Instrução Normativa para regulamentar a atividade de manejo de pesca de pirarucu no estado do Amazonas, essa instrução normativa deve sair até o final do ano. A FUNAI também deveria ter seus instrumentos para se inserir nesse processo”, (Antônio Nery de Oliveira, analista ambiental do IBAMA).

Outro possível caminho é o fortalecimento da organização dos Deni, a ASPODEX, para que ela possa dar continuidade aos projetos voltados para o manejo de lagos e conservação da biodiversidade, a fim de não perder os avanços constituídos. Para isso, é necessário que os Deni tenham apoio da SEIND/AM, que é a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas, e foi criada por meio de uma lei estadual para formular, executar e implementar a política de etnodesenvolvimento do Estado, em parceria com outras instituições dos governos federal, estadual e municipal, com as comunidades, organizações indígenas e entidades não-governamentais. Entre as principais atribuições desse órgão está a de formular e implementar a política de etnodesenvolvimento, com vistas ao fortalecimento das organizações tradicionais e das organizações das comunidades indígenas. (Lei N.º 3.403, de 7 de julho de 2009).

Com relação ao apoio da FUNAI, no sentido de desenvolvimento e fortalecimento institucional da associação do Povo Deni do Rio Xerua, é necessário que

ele ocorra sob uma estratégia de desenvolvimento territorial e não, por demandas isoladas, pontuais e assistencialistas. Para isso, a própria reestruturação de gestão da FUNAI estabeleceu uma descentralização por meio de regiões, com coordenações e comitês regionais. Esses comitês, são compostos por Coordenadores Regionais, que os presidiam, Assistentes, Chefes de Divisão e de Serviços, Chefes das Coordenações Técnicas Locais, representantes indígenas locais e de órgãos e entidades da administração pública federal, na forma do regimento interno da FUNAI (Decreto nº 7.778 de 27 de Junho de 2012).

Para garantir uma participação qualificada dos indígenas nesses comitês, a própria PNGATI tem entre um dos seus objetivos específicos, qualificar, capacitar, fortalecer e prover a formação continuada das comunidades e organizações indígenas sobre os conceitos contidos na política. Assim, as comunidades e organizações indígenas poderão participar de maneira ativa na sua governança.

Com essa participação qualificada, no comitê, a organização indígena Deni poderá colocar em pauta as demandas de implementação do Plano de Gestão Territorial da sua T.I, e dessa forma, influenciar e articular com os demais integrantes do comitê, a formulação de políticas públicas de proteção e promoção territorial do Povo Deni e dos demais povos indígenas da região e, além disso, propor ações de articulação com outros órgãos dos governos estaduais, municipais e organizações não governamentais, no sentido de vencer os desafios que são comuns a todas as populações indígenas da região.

Para os povos indígenas da região o comitê regional é um espaço estratégico, que deve ser ocupado de maneira qualificada pelas organizações indígenas locais, pois vale lembrar que, os comitês regionais da FUNAI são órgãos de governança da PNGATI. Além disso, eles colaboram na formulação do planejamento anual para região e atuam como instâncias fiscalizadoras, apreciando o relatório e a prestação de contas anuais das coordenações regionais da FUNAI.

## 4. Conclusão

À luz dos conteúdos e argumentações que fundamentam esse trabalho foi possível verificar a amplitude, abrangência e complexidade em que se insere o debate sobre a gestão de terras indígenas no Brasil.

Constata-se que a promulgação da CF 1988 e a realização da Rio 92 são marcos emblemáticos em relação às mudanças na forma como o Estado passou a lidar e a assumir a questão indígena, cujos reflexos se fazem sentir na aproximação de outras instituições, não só governamentais, mas da sociedade civil organizada que passam a interagir na gestão dos territórios indígenas, cada qual com suas responsabilidades específicas.

Por meio desse trabalho se conclui que a PNGATI, se mostra como uma política necessária para que melhor se articulem as ações e projetos pontuais que já vem sendo criados e executados pela sociedade civil organizada e pelos diferentes ministérios responsáveis por atender às demandas indígenas. Além disso, é inegável que o processo de construção da PNGATI formalizou aproximações de propostas de gestão de indígenas, indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas que até então eram apenas intenções ou vinham ocorrendo em maior ou menor grau há alguns anos junto a algumas TIs.

Assim, os debates e consultas regionais para elaboração da PNGATI, e a própria criação da política, motivou o povo Deni a sistematizar o seu modo de vida, desafios, ameaças e perspectivas locais. Com isso, através do desenvolvimento de inúmeras metodologias participativas, discussões e novas parcerias, foi elaborado o Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Deni, para que, dessa forma, as diferenças inerentes a esse povo sejam respeitadas no momento da implementação dessa política.

Nesse contexto, a ação indigenista se renova à medida que representações indígenas ganham “vez e voz”. Das alianças e parcerias estabelecidas entre movimento ambientalista e indigenista novas oportunidades de fomento à gestão dos territórios sociais indígenas surgem, sendo o quesito “ambiental” a mola propulsora dessa aproximação. Levando, dessa forma, maior responsabilidade ao MMA para que assuma suas obrigações no processo de gestão desses territórios.

Apesar disso, podemos observar que no caso dos Deni do Rio Xeruã, a despeito da construção do Plano de Gestão de seu território, e da reestruturação da FUNAI, em vistas de uma melhor estrutura do órgão para atender as demandas indígenas atuais, o que se tem visto é que até os dias de hoje o órgão indigenista oficial não conseguiu assumir um protagonismo nas ações relativas ao atendimento das demandas desse povo.

Dessa forma, quando pensamos em possíveis caminhos para o Povo Deni, no sentido de implementar ações previstas no seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental, podemos concluir que é necessário o fortalecimento da articulação com outros povos indígenas e comunidades ribeirinhas do entorno, órgãos municipais, estaduais e federais para formação de uma rede de colaboração entre todos esses atores, no sentido de promover não tão somente soluções para a gestão das terras indígenas, mas para a própria "gestão da Amazônia".

Assim, concluímos que, por tratar de um assunto de extrema complexidade, esse trabalho não se encerra por aqui, pois é necessário um maior aprofundamento nas análises acerca dos verdadeiros motivos que levaram a não implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Deni. Bem como, um minucioso estudo sobre os mecanismos de implementação da PNGATI, justificando dessa forma, a continuação e utilização dessa temática para realizar pesquisas futuras e, assim, contribuir com as discussões e avanços a respeito da implementação da PNGATI.

## 5. Referências Bibliográficas

ACT BRASIL. **Metodologia de mapeamento cultural colaborativo**. Série Mapeamento, Manejo e Proteção. Brasília, 2008. 76 p.

AYRES, J.M. **As matas de várzea do Mamirauá**. Sociedade Civil Mamirauá. MCT-CNPq, 1995. 123pp.

ARANTES, C. C.; GARCÊS, D. S.; CASTELLO, L. **Densidades de Pirarucu (*Arapaima gigas*, Teleostei, Osteoglossidae) em lagos das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Amazonas, Brasil**. *Pan-American Journal of Aquatic Sciences* (2007) 2 (3): 263-269. 2007a.

ARANTES, C.C.; CASTELLO, L.; GARCEZ, D. S. **Variações entre contagens de *Arapaima gigas* (Schinz) (*Osteoglossomorpha*, *Osteoglossidae*) feitas por pescadores individualmente em Mamirauá, Brasil**. *Pan-American Journal of Aquatic Sciences* (2007) 2 (3): 263-269. 2007b.

ATAIDE, M. S.; MARTINS, A. L. U. **A etn-cartografia como ferramenta de gestão**. Mimeo, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Casa Civil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 11 de Outubro de 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 1.141, de 5 de maio de 1994*. Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas. Revogado pelo Decreto nº 7.747, de 2012. Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1141.htm)> Acesso em: 12 de Outubro de 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto Federal n. 5.758, de 13 de abril de 2006*. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Casa Civil, 2006a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm)> cesso em: 09 de Setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007a. disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acesso em: 10 de Setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 6.101, de 26 de abril de 2007*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências, 2007b. Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6101.htm)> Acesso em: 20 Out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012*. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências, 2012a. Casa Civil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7747.htm#art15](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7747.htm#art15)> Acesso em: 20 Set. 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 7.778 de 27 de junho de 2012*. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e dá outras providências, 2012b. Casa Civil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7056.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7056.htm)> Acesso em: 10 out 2013.

\_\_\_\_\_. Grupo de Trabalho Interministerial para a Elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (GTI – PNGATI). *Documento de apoio para as consultas regionais*. Brasília: GTI-PNGATI, 2010b. Disponível em: < <https://sites.google.com/site/pngati/>> Acesso em: 13 Set. 2013.

BRASIL. *Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. FUNAI. Disponível em: < [http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/estatuto\\_indio.html](http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/estatuto_indio.html)> Acesso em: 22 de Outubro de 2013.

BRASIL. *Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003*. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Casa Civil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.779.htm#art7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm#art7)> Acesso em: 05 de Outubro de 2013.

BRASIL. *Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009*. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm)> Acesso em: 05 de Outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça/Ministério do Meio Ambiente – MJ/MMA. Minuta GTI de Decreto da PNGATI, 2010a. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/pngati/>> Acesso em: 20 Set. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. *Instrução Normativa nº 35 de 29 de setembro de 2005*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/instrucao-normativa>> Acesso em: 11 de Outubro de 2013.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; SILVANO, R. A. M, 2002. **Ecologia Humana, Etnoecologia e Conservação**. In: AMOROZO, M.C.M.; MING, L.C.; SILVA, S. P. **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro, SP: UNESP/CNPq, pp.93-128.

BENSUSAN, N. Terras Indígenas: as primeiras unidades de conservação. In: RICARDO, F. (Org.) *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

BUZZARD M. **24-Hour Dietary recall and food record methods**. In: Willet W, editor. **Nutritional epidemiology**. 2 ed. New York: Oxford University Press; 1998. p. 51-67.

CARVALHO, A. L. A. **O Geoprocessamento na Gestão Ambiental em Terras Indígenas: Uma experiência com Etnomapeamento junto a comissão Pró-índio do Acre**. (Dissertação de Mestrado) - São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP. 2006.

CASTELLO L. **A method to count pirarucu: fishers, assessment and management**. North American Journal of Fisheries Management 24:379-389. 2004.

CASTRO, F.; MCGRATH, D. **O Manejo Comunitário de Lagos na Amazônia**. Biodiversidade, Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia. Parcerias estratégicas, nº 12. 2001. pp 112-126.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI/ Prelazia - Tefé. **Censo Populacional Deni 2009**. Tefé, 2010. 21p.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI/ Prelazia - Tefé. **Censo Populacional Deni 2012**. Tefé, 2013. 54p.

CONWAY, G. The properties of a groecosystems. **Agricultural Systems**, Essex, v. 24, n. 2, p. 95-117, 1987.

CYNTHIA, C. M.; FILHO, A. C.; GAIOSO, A. V.; ARAUJO, H. F. A. **Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais**. Coleção Pedagógica: Interpretando a Amazônia, 1. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2011. 238p.

FAO. **Sustaining agricultural diversity in agro-ecosystems functions**. Roma: Italy, 1999. 43 p.

FISHBASE, 2013. Disponível em: <<http://www.fishbase.org/search.php>> Acesso em: 03 de Outubro de 2013.

FRANÇOSO, R. D.; BRANDÃO, R. A. **Indicadores de integridade biológica como subsídio ao zoneamento do Parque Nacional Serra da Bodoquena**. V Simpósio de Pós - Graduação em ciências florestais. Brasília, 2008.

FREUDENHEIM JL. **A review of study designs and methods of dietary assessment in nutritional epidemiology of chronic disease**. J Nutr 1993;123:401-5.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). *Plano Plurianual 2012 - 2015*. Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/acessoinfo/Docs/Plano\\_plurianual-PPA\\_2012-2015.pdf](http://www.funai.gov.br/acessoinfo/Docs/Plano_plurianual-PPA_2012-2015.pdf)> Acesso em: 1 de nov de 2013.

GERREIRO, R. & SILVEIRA, G. F. V. **Horizontes e desafios para implementação dos planos de gestão territorial**. In: LIMA, A.; FANZERES, A.; ALMEIDA, J. **Jeitos de fazer - experiências metodológicas para a elaboração de planos de gestão territorial em terras indígenas**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012. 30p.

HUBER, A. M. **A percepção madiha dos “brancos” e seus projetos O processo de construção da alteridade e as estratégias de relacionamento com O “outro”, numa comunidade indígena brasileira.** Universidade Politécnica Salesiana - Manaus, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. *Portaria nº 8 de 2 de fevereiro de 1996.* Estabelece normas gerais para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do Rio Amazonas. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1996/p\\_ibama\\_08\\_1996\\_regulamentapescabaciahidroraficarioamazonas.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1996/p_ibama_08_1996_regulamentapescabaciahidroraficarioamazonas.pdf)> Acesso em: 05 de Outubro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. *Instrução Normativa nº 34 de 18 de junho de 2004.* Estabelece normas gerais para o exercício da pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*) na bacia hidrográfica do rio Amazonas. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/instrucao-normativa>> Acesso em: 05 de Outubro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. *Instrução Normativa nº 1 de 1 de junho de 2005.* Proíbe anualmente a pesca do Pirarucu no estado do Amazonas. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/instrucao-normativa>> Acesso em: 05 de Outubro de 2013.

KOOP, G.; LINGENFELTER, S. G. **Os Dení do Brasil Ocidental: um estudo de organização sócio-política e desenvolvimento comunitário.** Texas: Museu Internacional de Culturas, 1983. 88 p. Ilustrado.

LIMA, A.; FANZERES, A.; ALMEIDA, J. **Jeitos de fazer - experiências metodológicas para a elaboração de planos de gestão territorial em terras indígenas.** Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012. 30p.

LITTLE, P. E. **Etnoecologia e direito dos povos: elementos de uma nova ação indigenista.** In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002

LITTLE, P. E. **Gestão Territorial em Terras Indígenas: Definição de conceitos e propostas de diretrizes.** SEMA/SEPI/GIZ. Rio Branco, 2006.

MARZALL, K. Fatores geradores da agrobiodiversidade – Influências socioculturais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 237-240, 2007.

MILLER, R. *Documento Orientador para a Preparação do Programa Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e do Projeto GEF Indígena.* Parte 1 e 2: Análise e Sistematização dos Documentos de Referência sobre Projetos e Políticas Públicas com Interface Direta e Indireta com Gestão e Conservação da Biodiversidade das Terras Indígenas. Brasília, 2008. Disponível em:  
<<http://sites.google.com/site/pngati/>> Acesso em 20 de Outubro de 2013.

OLIVEIRA, A. R. de. **Processo de construção da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI: possibilidades, limites e desafios do diálogo entre o Estado e povos indígenas no Brasil.** Brasília: FUNAI/GIZ, 2011.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN. **Projeto Aldeias - Conservação da Amazônia Indígena, guia de campo 2009.** Cuiabá, 2009.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN. **Diagnóstico Socioeconômico Terras Indígenas do Projeto Aldeias: Povo Deni (Juruá - Purus).** Cuiabá, 2010a.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN. **Projeto Aldeias - Conservação da Amazônia Indígena, guia de campo 2010.** Cuiabá, 2010b.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN. **Relatório Institucional 2010.** Cuiabá, 2010c.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN. ***Ibure'i Hanuhanu Ikanade Shunu Deni Ihadekha: Plano de Gestão Territorial Terra Indígena Deni.*** Cuiabá, 2011a.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN. **Projeto Aldeias - Conservação da Amazônia Indígena, guia de campo 2011.** Cuiabá, 2011b.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN. **Relatório Institucional 2011.** Cuiabá, 2011c.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

PALANIAPPAN, U.; CUER, I.; PAYETTE, H.; GRAY-DONALD, K. **Implications of day-today variability on measurements of usual food and nutrient intakes.** J Nutr 2003; 133:232-5.

PEZZUTI, J. C. B. **Relatório de Levantamento Ambiental da Terra Indígena Deni.** Manaus : Universidade do Amazonas - UA, 1999. 79 p.

PEZZUTI, J. & CHAVES, R. P. **Etnografia e manejo dos recursos naturais pelos índios Deni, Amazonas, Brasil.** Acta Amazônica. vol. 39(1): 121 - 138. Manaus, 2009.

POZZOBON, J. **O lumpen-indigenismo do estado brasileiro.** In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 85, 1999.

PRINTES, R. B. **Gestão territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

RADAMBRASIL. **Folha SB 19 Juruá.** Departamento Nacional de Produção Mineral. Rio de Janeiro, 1977. 436pp.

SANTOS, R. R. **Relatório de Etnozoneamento Deni - Katukina.** MAPSMUT - Tecnologia, natureza e sociedade. Alta Floresta, 2011. 28 p.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos: Proteção Jurídica à Diversidade Biológica e Cultural.** São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.

SANTILLI, M. **Programas regionais para uma nova política indigenista.** In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II.* Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002.

SAYRE, R.; ROCA, E.; SEDAGHATKISH, G; YOUNG, B.; KEEL, S.; ROCA, R.; SHEPPARD, S. **Natureza em foco: Avaliação Ecológica Rápida.** *The Nature Conservancy*. 2003.

SCHMIDT, M. V. C. **Documento técnico contendo versão consolidada da proposta de PNGATI.** Produto 4. Consultoria - PNUD BRA/08/012: MMA, 2010.

SOBREVILLA, C.; BATH, P. **Evaluación Ecológica Rápida: un manual para usuários de América Latina y el Caribe.** Washington: *The Nature Conservancy*. 1992.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. **Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Uma apresentação.** In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE. *Portaria nº 466 de 8 de novembro de 1972.* ICMBio. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1972/p\\_sudepe\\_466\\_1972\\_revvd\\_piracema\\_alterada\\_p\\_18\\_1981\\_revvd\\_in\\_ibama\\_43\\_2004.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1972/p_sudepe_466_1972_revvd_piracema_alterada_p_18_1981_revvd_in_ibama_43_2004.pdf)> Acesso em: 06 de Outubro de 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE. *Portaria nº 11 de 21 de fevereiro de 1986.* ICMBio. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1986/p\\_sudepe\\_11\\_n\\_1986\\_proibepescapequenoscetaceos\\_pinipedes\\_sirenios.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1986/p_sudepe_11_n_1986_proibepescapequenoscetaceos_pinipedes_sirenios.pdf)> Acesso em: 05 de Outubro de 2013.

SZTULMAN, M. **Etnomapeamento por imagens de satélite. Etnomapeamento: Uma técnica robusta, barata e de fácil implementação para a gestão etnoambiental em terras indígenas.** Brasília. *The Nature Conservancy*. 2006. 22p.

VERDUM, R. **Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)**. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

## ANEXO A - LISTA DE ANIMAIS CAÇADOS (Traduções)

NOME DENI	NOME EM PORTUGUÊS
Avi	Anta
Hizama	Queixada
Badu	Veado
Anubeza	Porquinho
Khamanuvi	Paca
Shinama	Cutia
Mazakira	Cutiara
Banipe	Tamanduá
Ishi'i	Tatu
Zanikuva	Jabuti
Shura	Macaco Barrigudo
Zuvihi	Macaco Prego
Manu	Macaco Caiara
Pishi veshe	Macaco de cheiro
Humu	Macaco Preto
Zaziu	Macaco Guariba
Idiku	Mutum
Dapu	Jacu
Vaha	Arara
Varu varu	Papagaio
Kahadukhu	Arapuã
Vava'zarade	Nambu Galinha
Vashuri	Nambu
Apha'u	Pato
Tamakuri	Parauacu
Pishi	Macaco sui
Uruva veshe	Macaco Zogue zogue
Zutumi	Quati
Sava	Irara
Zakhi	Tucano
Zuzude	Nambu serra
Zuzu kharade	Bambu relógio
Phizu	Mutum piruri
Makavari	Quati puru
Hunure	Socó

## ANEXO B - FICHA DE RECORDAÇÃO ALIMENTAR (RECALL 24 HRS)

## FICHA DE RECORDAÇÃO ALIMENTAR 24 HORAS

Etnia: \_\_\_\_\_

Aldeia: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Refeições	Tipo de alimento		Medidas		Origem (T.I ou fora)	Localidade	Quantas pessoas comeram?	
			peso	unidade			Crianças	Adultos
<b>Dia</b>	caça:							
	pesca:							
	roça:							
	coleta:							
	outros:							
<b>Tarde</b>	caça:							
	pesca:							
	roça:							
	coleta:							
	outros:							
<b>Noite</b>	caça:							
	pesca:							
	roça:							
	coleta:							
	outros:							

## ANEXO C - FICHA TÉCNICA PARA OS MAPAS COGNITIVOS

	<b>FICHA TÉCNICA PARA OS MAPAS DRP (MAPAS COGNITIVOS)</b>
<b>TERRA INDÍGENA:</b>	
<b>ALDEIA:</b>	<b>DATA:</b>
<b>Participantes:</b>	
<b>DESCRIÇÃO DO MAPA</b>	
<b>METODOLOGIA</b>	
<b>TEMAS DE TERRITORIALIDADE DESTACADOS</b>	
<b>Registro realizado por:</b>	

## ANEXO D - RESULTADOS DAS CONTAGENS DE PIRARUCU ALDEIAS DENI (2010)

Contagens nos ambientes da TI Deni – 2010					
Data e Hora	Aldeia	Nome do lago	Juvenil	Adultos	Total
28/08/2010	Itauba	Paixão	1	0	1
28/08/2010	Itauba	Tiririca	0	0	0
28/08/2010	Itauba	Carvoeira	0	0	0
28/08/2010	Itauba	cobra	7	3	10
24/08/2010	Itauba	Artur	0	0	0
24/08/2010	Itauba	Parum	0	0	0
24/08/2010	Itauba	Roçado	0	0	0
28/08/2010	Itauba	Arueira	0	0	0
29/08/2010	Itauba	Tambaqui	2	1	3
28/08/2010	Itauba	Maraja	1	0	1
24/08/2010	Itauba	Peruano	0	0	0
29/08/2010	Itauba	Curral	0	0	0
29/08/2010	Itauba	Bejeza	1	4	5
29/08/2010	Itauba	Três Bocas	3	1	4
29/08/2010	Itauba	Tapiri	1	2	3
31/08/2010	Boiador	Cujubim	25	12	37
31/08/2010	Boiador	Cujubinzinho	2	2	4
31/08/2010	Boiador	Ress. Do Difirino	0	0	0
31/08/2010	Boiador	Maturo	0	0	0
01/09/2010	Boiador	Joari	6	1	7
01/09/2010	Boiador	Rem. Bom Sucesso	7	2	9
01/09/2010	Boiador	Joarizinho	0	0	0
01/09/2010	Boiador	Cobra do Boiador	0	0	0
01/09/2010	Boiador	Maku	0	0	0
01/09/2010	Boiador	Ress. Do Leme	0	0	0
01/09/2010	Boiador	Zezinho	0	1	1
01/09/2010	Boiador	Leme	0	0	0
02/09/2010	Boiador	Parum do Boiador	10	3	13
04/09/2010	Morada Nova	Branco da M. Nova	2	0	2
04/09/2010	Morada Nova	Novo	2	0	2
04/09/2010	Morada Nova	Rem. Cachorro	8	2	10
04/09/2010	Morada Nova	Cachorro	0	0	0
04/09/2010	Morada Nova	Sipoga	2	0	2
04/09/2010	Morada Nova	Socó	0	0	0
04/09/2010	Morada Nova	Redondo	0	0	0
04/09/2010	Morada Nova	Papagaio	1	0	1
04/09/2010	Morada Nova	Ress. Do Papagaio	4	2	6
04/09/2010	Morada Nova	Bau	8	0	8
05/09/2010	Morada Nova	Mucum	0	0	0
05/09/2010	Morada Nova	Comprido	15	4	19
05/09/2010	Morada Nova	Rem. Lili	10	6	16
05/09/2010	Morada Nova	Lili	2	1	3
05/09/2010	Morada Nova	Lago 1	6	3	9
05/09/2010	Morada Nova	Lago 2	13	5	18
05/09/2010	Morada Nova	Lago 3	6	2	8
05/09/2010	Morada Nova	Lago 4	6	4	10
05/09/2010	Morada Nova	Redondo do Marajá	2	0	2
05/09/2010	Morada Nova	Tiririca da M. Nova	2	1	3
06/09/2010	Morada Nova	Redondo da Questão	1	2	3
06/09/2010	Morada Nova	Questão	22	6	28
06/09/2010	Morada Nova	Redondo do Peixe-Boi	10	2	12
06/09/2010	Morada Nova	Lagoinha	2	0	2
06/09/2010	Morada Nova	Patua	9	4	13
06/09/2010	Morada Nova	Ress. Do Aragão	1	0	1
06/09/2010	Morada Nova	Jaraqui	9	4	13
06/09/2010	Morada Nova	Ress. Do Jaraqui	2	1	3
06/09/2010	Morada Nova	Laranja	0	0	0
06/09/2010	Morada Nova	Ress. Do Socó	9	4	13
06/09/2010	Morada Nova	Garrafa	4	0	4
06/09/2010	Morada Nova	Garça	2	0	2
06/09/2010	Terra Nova	Cachaça	3	1	4
06/09/2010	Terra Nova	Remanso Estevao	2	2	4
06/09/2010	Terra Nova	Jabuti	2	0	2
07/09/2010	Terra Nova	Branco	11	4	15
07/09/2010	Terra Nova	Ress. Do Tronqueira	5	1	6
07/09/2010	Terra Nova	Tronqueira	12	0	12
07/09/2010	Terra Nova	Ariranha	0	1	1
07/09/2010	Terra Nova	Kapukari	24	5	29
07/09/2010	Terra Nova	Arati	0	0	0
07/09/2010	Terra Nova	Copaiba	0	1	1
07/09/2010	Terra Nova	Macaco	2	1	3
08/09/2010	Terra Nova	Munguba	0	1	1
08/09/2010	Terra Nova	Grande	26	21	47
08/09/2010	Terra Nova	Aruaná	0	1	1
08/09/2010	Terra Nova	Japekanga de fora	13	2	15
08/09/2010	Terra Nova	Japekanga de dentro	6	4	10
08/09/2010	Terra Nova	Redondo do Japekanga	4	0	4
<b>TOTAL</b>			<b>336</b>	<b>130</b>	<b>466</b>

## ANEXO E - RESULTADOS DAS CONTAGENS DE PIRARUCU ALDEIAS DENI (2011)

Contagens nos ambientes TI Deni - 2011					
Data e Hora	Aldeia	Nome do lago	Juvenil	Adultos	Total
10/08/2011	Itauba	Paixão	0	0	0
10/08/2011	Itauba	Tiririca de cima	0	0	0
10/08/2011	Itauba	Tiririca de baixo	0	0	0
10/08/2011	Itauba	Carvoeira	0	1	1
10/08/2011	Itauba	cobra	4	14	18
10/08/2011	Itauba	Artur	0	0	0
10/08/2011	Itauba	Parum	0	0	0
11/08/2011	Itauba	Arucira	0	0	0
11/08/2011	Itauba	Tambaqui	0	0	0
10/08/2011	Itauba	Maraja	0	1	1
10/08/2011	Itauba	Peruano	0	1	1
11/08/2011	Itauba	Beleza	4	4	8
11/08/2011	Itauba	Três Bocas	1	2	3
11/08/2011	Itauba	Tapiri	3	2	5
12/08/2011	Boiador	Cujubim	24	9	33
12/08/2011	Boiador	Cujubzinho	3	1	4
12/08/2011	Boiador	Ress. Do Difirino	0	0	0
12/08/2011	Boiador	Mauro	0	0	0
12/08/2011	Boiador	Joari	2	2	4
12/08/2011	Boiador	Rem. Bom Sucesso	4	1	5
13/08/2011	Boiador	Zezinho	1	1	2
13/08/2011	Boiador	Parum do Boiador	5	8	13
14/08/2011	Morada Nova	Branco da M. Nova	7	7	14
14/08/2011	Morada Nova	Novo	5	2	7
14/08/2011	Morada Nova	Rem. Cachorro	7	2	9
14/08/2011	Morada Nova	Cachorro	7	0	7
14/08/2011	Morada Nova	Sipoga	1	0	1
14/08/2011	Morada Nova	Socó	3	4	7
14/08/2011	Morada Nova	Redondo	0	0	0
14/08/2011	Morada Nova	Papagaio			0
14/08/2011	Morada Nova	Ress. Do Papagaio	5	1	6
14/08/2011	Morada Nova	Bau	6	2	8
14/08/2011	Morada Nova	Mucum	0	0	0
14/08/2011	Morada Nova	Comprido	25	10	35
14/08/2011	Morada Nova	Rem. Lili	36	23	59
14/08/2011	Morada Nova	Lili	1	1	2
15/08/2011	Morada Nova	Lago 1	5	5	10
15/08/2011	Morada Nova	Lago 2	5	4	9
15/08/2011	Morada Nova	Lago 3	16	10	26
15/08/2011	Morada Nova	Lago 4	10	5	15
14/08/2011	Morada Nova	Redondo do Marajá	0	0	0
15/08/2011	Morada Nova	Tiririca da M. Nova	5	2	7
15/08/2011	Morada Nova	Redondo da Questão	2	1	3
15/08/2011	Morada Nova	Questão	10	8	18
15/08/2011	Morada Nova	Redondo do Peixe-Boi	6	7	13
15/08/2011	Morada Nova	Lagoinha I	0	2	2
15/08/2011	Morada Nova	Lagoinha II	3	0	3
15/08/2011	Morada Nova	Patana	6	8	14
15/08/2011	Morada Nova	Ress. Do Aragão	12	0	12
16/08/2011	Morada Nova	Jaraqui	23	7	30
16/08/2011	Morada Nova	Ress. Do Jaraqui			0
16/08/2011	Morada Nova	Laranja	2	2	4
16/08/2011	Morada Nova	Ress. Do Socó	20	5	25
16/08/2011	Morada Nova	Anta	0	0	0
16/08/2011	Morada Nova	Alancir	1	1	2
16/08/2011	Morada Nova	Garrafa	5	6	11
14/08/2011	Morada Nova	Remanso do Vivente	7	7	14
15/08/2011	Morada Nova	Remanso do Mucum	1	0	1
16/08/2011	Morada Nova	Remanso do Laranja	1	1	2
16/08/2011	Terra Nova	Garça	4	2	6
16/08/2011	Terra Nova	Cachaça			0
16/08/2011	Terra Nova	Remanso Estevao	8	4	12
16/08/2011	Terra Nova	Jabuti	2	2	4
16/08/2011	Terra Nova	Branco	7	3	10
16/08/2011	Terra Nova	Ress. Do Tronqueira	2	2	4
16/08/2011	Terra Nova	Tronqueira	11	9	20
16/08/2011	Terra Nova	Ariramba	5	1	6
16/08/2011	Terra Nova	Kapukari	44	11	55
16/08/2011	Terra Nova	Arati	0	0	0
17/08/2011	Terra Nova	Macaco	11	6	17
17/08/2011	Terra Nova	Munguba	2	2	4
17/08/2011	Terra Nova	Grande	7	10	17
17/08/2011	Terra Nova	Ress. do Pirarucu	6	0	6
17/08/2011	Terra Nova	Apui I	1	1	2
17/08/2011	Terra Nova	Apui II	2	1	3
17/08/2011	Terra Nova	Aruaná	3	0	3
17/08/2011	Terra Nova	Japekanga de fora	15	6	21
17/08/2011	Terra Nova	Japekanga de dentro fora	2	2	4
17/08/2011	Terra Nova	Redondo do Japekanga	18	1	19
<b>TOTAL</b>			<b>444</b>	<b>243</b>	<b>687</b>